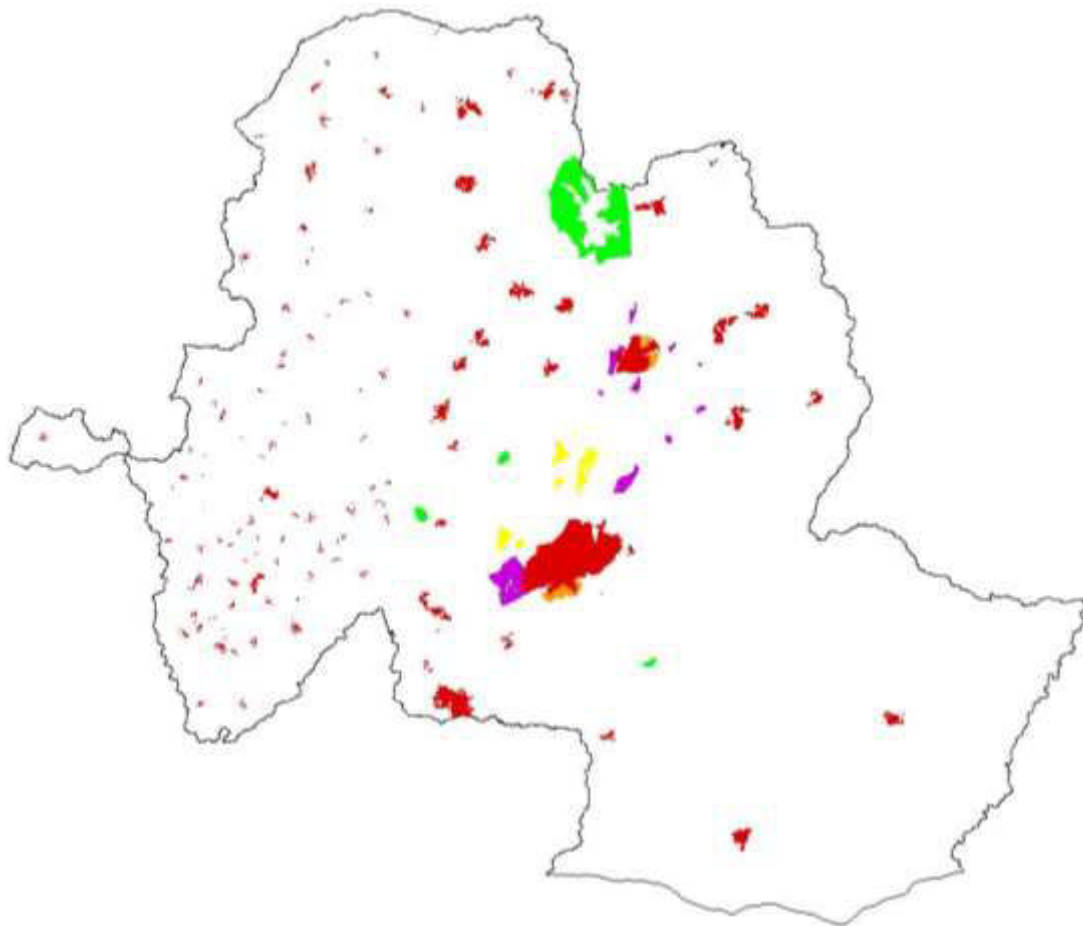
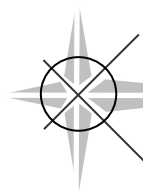


AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



maio de 2017



PLANRAIA, ESTUDOS E CONSULTORIA DA RAIA, LDA



ÍNDICE GERAL

	PÁG.
1. Introdução	1
2. Avaliação do PDMCB	2
2.1 Fundamentos jurídicos e estratégicos	2
2.2. Temáticas e âmbitos.....	4
2.3. Aspetos metodológicos na avaliação da execução do PDMCB	4
2.4. Informação disponível.....	7
3. Análise do PDMCB em vigor.....	9
3.1. Pressupostos subjacentes à proposta do PDMCB.....	9
3.2. Estrutura de objetivos e metas a alcançar com o PDMCB.....	10
3.3. Propostas de ações	13
3.4. Classificação do solo e regime de uso e ocupação do solo	13
3.5. Controlo da edificabilidade nos espaços do PDMCB.....	17
3.6. Cartografia do PDMCB.....	19
4. Dinâmicas setoriais.....	22
4.1. Planeamento do ordenamento do território no concelho.....	22
4.2. Demográfica e social.....	26
4.2.1. Níveis de escolaridade	31
4.2.2. População ativa	32
4.3. Povoamento e estrutura territorial	35
4.4. Reabilitação, requalificação e regeneração urbanas	39
4.5. Edificado	40
5. Avaliação da execução.....	43
5.1. Ações propostas	43
5.2. Planeamento urbanístico na área abrangida pelo PDMCB	43
5.3. Património classificado.....	45
5.4. Equipamentos.....	47
5.5. Infraestruturas rodoviárias e ferroviárias.....	48
5.6. Infraestruturas de abastecimento de água	50
5.7. Infraestruturas de águas residuais.....	52
5.8. Sistema de recolha de resíduos sólidos.....	55
5.9. Infraestruturas de abastecimento de gás.....	58



5.10.	Infraestruturas de transporte de energia elétrica.....	60
5.11.	Níveis de execução dos Espaços Urbanos, Urbanizáveis e Industriais previstos no PDMCB.....	61
5.12.	Espaços rurais	67
5.13.	Conclusões.....	70
6.	Revisão do PDMCB.....	72
6.1.	Fundamentos estratégicos e jurídicos.....	72
6.2.	Classificação e qualificação do solo.....	73
6.3.	Cartografia.....	74
6.4.	Contributos para a definição dos objetivos estratégicos.....	74
7.	Bibliografia.....	76
8.	Anexos.....	77

**ÍNDICE DE FIGURAS**

	PÁG.
Figura 1- Zonamento operacional do território municipal constante do PDMCB.....	11
Figura 2 - Níveis hierárquico-funcionais dos centros urbanos sedes de freguesia constantes do PDMCB.....	12
Figura 3 - Legenda da Planta de Ordenamento do PDMCB.....	14
Figura 4 - Espaços Urbanos, Espaços Urbanizáveis, Espaços Industriais e Espaços de Desenvolvimento Turístico delimitados no âmbito do PDMCB (sem escala)	15
Figura 4 - Extrato da Planta de Ordenamento do PDMCB (sem escala)	20
Figura 5 - Exemplos de perímetros urbanos delimitados no âmbito do PDMCB sobrepostos com à Carta Militar de Portugal (layer edifícios) editada em 1999 e ao Ortofotomapa de 2004 (sem escala)	21
Figura 6 - Exemplos de perímetros urbanos delimitados no âmbito do PDMCB sobrepostos com à Carta Militar de Portugal (layer edifícios) editada em 1999 e ao Ortofotomapa de 2004 (sem escala).....	21
Figura 8 - Evolução da população, famílias e ativos residentes no concelho de Castelo Branco.....	26
Figura 9 - Evolução da população residente no concelho de Castelo Branco por origem geográfica, em 2001 e 2011.....	27
Figura 10 - Pirâmides etárias da população residente no concelho de Castelo Branco em 2001 e 2011.....	28
Figura 11 - Evolução dos índices demográficos no concelho de Castelo Branco entre 1991 e 2011.....	30
Figura 12 - Evolução dos saldos natural e migratório no concelho de Castelo Branco entre 2011 e 2015.....	30
Figura 13 - Evolução dos níveis de escolaridade da população residente no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011.....	31
Figura 14 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011.....	33
Figura 15 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011.....	34
Figura 16 - Evolução da população residente ativa empregada por profissões no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011.....	35
Figura 17 - Evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios no concelho de Castelo Branco.....	36
Figura 18 - Distribuição percentual acumulada da população residente, população ativa, famílias, alojamentos e edifícios nas freguesias do concelho de Castelo Branco, em 2011.....	38
Figura 19 - Evolução do nº de licenças concedidas por tipo de obra no concelho de Castelo Branco.....	41
Figura 20 - Necessidades de reparação dos edifícios no concelho em Castelo Branco, em 2011.....	42
Figura 21 - Programas e Planos em vigor na área de intervenção do PDMCB.....	45



Figura 22 - Rede viária pavimentada existente no concelho de Castelo Branco por tipologia de via (sem escala)	50
Figura 23 - População residente em alojamentos com residência habitual servida por abastecimento de água no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011.....	51
Figura 24 - Alojamentos com residência habitual servidos por abastecimento de água no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011.....	52
Figura 25 - População residente em alojamentos com residência habitual servida por sistema de esgotos no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011.....	54
Figura 26 - Alojamentos com residência habitual servida por sistema de esgotos no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011.....	54
Figura 27- Evolução da população servida por estações de tratamento de águas residuais no concelho de Castelo Branco, entre 2006 e 2009.....	55
Figura 28 - Edifícios com alojamentos servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011.....	57
Figura 29 - Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos por destino no concelho de Castelo Branco, em 1995 e 2013.....	58
Figura 30 - Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos seletivamente no concelho de Castelo Branco, em 2010 e 2013.....	58
Figura 31 - Evolução do consumo de gás natural no concelho de Castelo Branco entre 2002 e 2014.....	59
Figura 32 - Evolução do consumo de energia elétrica entre 1999 e 2014 no concelho de Castelo Branco.....	60
Figura 33 - Evolução do nº de consumidores de energia elétrica entre 2011 e 2014 no concelho de Castelo Branco.....	61
Figura 34 - Perímetro Urbano da área urbana cidade de Castelo Branco constante do PDMCB (sem escala)	64
Figura 35 - Perímetro Urbano da área urbana de Alcains constante do PDMCB (sem escala) ...	65
Figura 36 - Perímetro Urbano da área urbana de Cebolais/Retaxo constante do PDMCB (sem escala)	66
Figura 37 - Perímetros Urbanos das Áreas Urbanas das restantes sedes de freguesia constantes do PDMCB (sem escala)	66
Figura 38 - Perímetros Urbanos das Outras áreas urbanas constantes do PDMCB (sem escala)	67
Figura 39 - Polígonos das Áreas urbanas a recuperar e dos Espaços industriais não integrados em perímetro urbano constantes do PDMCB (sem escala)	68
Figura 40 - Folha nº268, 269 e 292 da Carta militar de Portugal (layer edifícios), edição de 1999 (sem escala)	69
Figura 41 - Folha nº268, 269 e 292 da Carta militar de Portugal (layer edifícios), edição de 2016 (sem escala)	70

**ÍNDICE DE QUADROS**

	PÁG.
Quadro 1 - Temáticas e âmbitos a desenvolver na avaliação do PDMCB.....	4
Quadro 2 - Tendências caracterizadas e descritas nos Estudos Prévios/Diagnóstico do PDM.....	10
Quadro 3 - Caracterização dos objetivos definidos no PDMCB.....	10
Quadro 4 - Níveis hierárquico-funcionais dos centros urbanos sedes de freguesia.....	11
Quadro 5 - Classe de Espaço Urbano e Urbanizável do PDMCB.....	16
Quadro 6 - Classes de Espaços Industrial, Turístico e Equipamento do PDMCB.....	16
Quadro 7 - Classe de Espaço Rural do PDMCB.....	16
Quadro 8 - Indicadores de edificabilidade dos Espaços urbanos do Regulamento do PDCB em vigor.....	17
Quadro 9 - Indicadores de edificabilidade dos Espaços urbanizáveis do Regulamento....	18
Quadro 10 - Indicadores de edificabilidade do Espaço Rural do Regulamento do PDCB....	18
Quadro 11 - Alterações ao PDMCB em vigor.....	23
Quadro 12 - Planos Especiais de Ordenamento do Território que alteraram o PDMCB.....	24
Quadro 13 - Plano de Urbanização eficaz na área do PDMCB em vigor.....	24
Quadro 14 - Planos de Pormenor eficazes na área do PDMCB em vigor.....	24
Quadro 15 - Evolução dos diversos indicadores demográficos no concelho de Castelo Branco.....	28
Quadro 16 - Evolução da população ativa no concelho de Castelo Branco, entre 2001 e 2011.....	32
Quadro 17 - Evolução dos diversos indicadores no concelho de Castelo Branco.....	36
Quadro 18 - Planos de Pormenor previstos no PDMCB e realizados.....	44
Quadro 19 - Extensão da rede viária atual pavimentada no concelho de Castelo Branco por tipologia de via.....	49
Quadro 20 - Planos de Pormenor e Loteamentos aprovados no período de vigência do PDMCB.....	62
Quadro 21 - Estimativa das atuais folgas em fogos e lotes para atividades económicas por tipologia de espaço do PDMCB.....	63
Quadro 22 - Classificação e qualificação do solo no PDMCB versus Classificação do Solo prevista no DR nº n.º 15/2015, de 19 de agosto.....	73





1.Introdução

O Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDMCB), aprovado em Assembleia Municipal em 13 de abril de 1994, ratificado pelo Governo em 16 de junho e publicado em Diário da República de 11 de agosto do mesmo ano através da Resolução do Conselho de Ministros nº86/94, encontra-se em vigor há 23 anos e não foi até ao momento objeto de qualquer relatório de monitorização ou de avaliação da sua execução, embora tenha sido alterado por diversas vezes.

Desde o início dos estudos que conduziram à sua elaboração a legislação que enquadra os processos de elaboração, revisão e alteração dos Planos Diretores Municipais (PDM) já foi alterada por 3 vezes. O início dos estudos de elaboração do PDMCB foi enquadrado pelo Decreto-lei 208/82, de 26 de Maio e respetiva legislação complementar todavia a conclusão desses estudos ocorreu já no período de vigência do DL nº 69/90, de 2 de Março. Posteriormente, em 2008 e 2009 foram aprovados, respetivamente, a Lei n.º 48/98 de 11 de agosto¹, que estabeleceu as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, e o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que aprovou o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Em 2014 e 2015, os diplomas anteriores foram revogados pela Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, que veio estabelecer as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e pelo DL nº 80 /2014, de 14 de maio, que aprovou o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Embora a Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB) tenha deliberado proceder à revisão do PDMCB², em 17 de janeiro de 2003, e o processo se tenha iniciado nos termos previstos no DL nº 380/99, não chegou a ser concluído. Em 19 de agosto de 2016, a CMCB deliberou suspender a revisão em curso e reiniciar todo o processo, que deverá tramitar de acordo com o regime previsto no DL nº 80 /2014, que passa a enquadrar a revisão do PDMCB.

O presente relatório de avaliação da execução do PDMCB, solicitado pela CMCB, encontra-se organizado em seis capítulos. O capítulo seguinte versa sobre aspetos metodológicos e o âmbito da avaliação realizada. No 3º capítulo é realizada uma análise do PDMCB, dos seus objetivos e dos seus conteúdos programático, material, documental e regulamentar. No 4º capítulo é realizada uma avaliação de algumas dinâmicas setoriais que interessam à avaliação. O capítulo 5 é dedicado à avaliação propriamente dita da execução do PDMCB. No capítulo final são apresentadas algumas recomendações e contributos para revisão do PDMCB.

¹ Alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto

² A comissão mista de coordenação foi constituída pelo Despacho 20 203/2003, publicado na 2.ª série do DR nº 245/2003, de 22 de outubro.



2. Avaliação do PDMCB

2.1. Fundamentos jurídicos e estratégicos

A CMCB deliberou proceder à revisão do PDMCB em 17 de janeiro de 2003 e posteriormente deliberou suspender este processo e promover o seu reinício em 19 de agosto de 2016 com o novo enquadramento jurídico previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial previsto no DL nº 80 /2015.

A deliberação inicial de revisão foi enquadrada pelo regime legal então em vigor que estabelecia, no artigo 146º do DL nº 380/99, que “as Câmaras Municipais elaboram de dois em dois anos um relatório sobre o estado do ordenamento do território que incide sobre o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”;

ou, na inexistência deste,

“num relatório fundamentado de avaliação da execução do plano diretor municipal e de caracterização da evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração” tal como previsto no artigo 9º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de abril, o qual incide sobre os aspetos seguintes:

- a) Níveis de execução do plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município;
- b) Evolução dos principais indicadores de caracterização do concelho, nomeadamente evolução demográfica e condições de desenvolvimento económico, social e cultural, bem como outras atividades consideradas relevantes para o município;
- c) Avaliação da qualidade ambiental do concelho, devendo ser objeto de caracterização sumária, entre outros aspetos, a eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos e os dados existentes relativos a outros indicadores ambientais;
- d) Definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e dos critérios de sustentabilidade a adotar.”



Todavia, uma vez não concluída a revisão no tempo de vigência daqueles diplomas legais e tendo aqueles sido revogados pelo DL nº 80/2015, importa agora enquadrar este relatório de avaliação do PDMCB no novo enquadramento jurídico, que não difere muito do anterior.

Assim, o nº 1 do artigo 187º do DL nº 80/2015, estabelece que as entidades da administração devem promover permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos planos territoriais por si elaborados, suportada nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos. O artigo 189.º estabelece que a câmara municipal elabora, um relatório sobre o estado do ordenamento do território que traduz o balanço da execução dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

Por sua vez o nº 3 do artigo 115º estabelece que a revisão dos planos territoriais implica a reconsideração e a reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais. E o nº 2 do artigo 124º estabelece que a revisão dos planos municipais decorre da “necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios sobre o estado do ordenamento do território”.

A portaria nº 277/2015, de 1º de setembro de 2015, refere no nº 1 do artigo 3º que a CMCB deverá comunicar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro (CCDRC) o teor da deliberação que determina a revisão do PDMCB acompanhada do relatório sobre o estado do ordenamento do território.

Neste contexto, o presente relatório deverá corresponder a um compromisso entre o regime legal revogado e o atualmente em vigor, procurando:

- a) Avaliar os níveis de execução do plano e a evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a sua elaboração e fundamentar a necessidade da sua revisão; e
- b) Fornecer orientações para definição dos objetivos estratégicos a adotar no quadro dessa revisão.



2.2. Temáticas e âmbitos

Uma vez estabelecido o enquadramento legal e estratégico da avaliação do PDMCB, importa agora concretizar o que se entende por:

- a) Avaliação dos níveis de execução do plano;
- b) Avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a sua elaboração;

e fixar os âmbitos a desenvolver.

Por acordo da CMCB foi estabelecido que o âmbito da avaliação deverá versar sobre as temáticas e âmbitos constantes do Quadro 1.

Temática	Âmbito a desenvolver
Evolução do sistema de planeamento do território no município	Evolução registada em termos de planeamento na área do município após a entrada em vigor do PDM, em termos de instrumentos de nível inferior, PU e PP, e de alteração ao próprio PDM.
Povoamento, População e Demografia	Evolução do povoamento, população e demografia, e famílias, ao nível do município, freguesias e aglomerados urbanos e rurais. Quantitativos populacionais, estruturas etárias, pirâmides etárias, natalidade e mortalidade, saldos naturais, grupos funcionais, género, índices demográficos, população ativa, população inativa, estratos socioprofissionais. Níveis de escolaridade; atração/repulsão, movimentos migratórios, famílias, parque edificado; parque habitacional.
Execução de equipamentos	Evolução dos equipamentos no município, freguesias e aglomerados. Equipamentos de ensino, cultura, desporto, saúde, solidariedade e segurança social, de apoio à infância e à terceira idade e a população mais carenciada, de proteção e segurança públicas, etc.
Execução de infraestruturas	Evolução das infraestruturas no município, freguesias e aglomerados, designadamente no que se refere a infraestruturas de transporte, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, telecomunicações, energia elétrica, gás natural, rede postal, resíduos sólidos, etc.
Dinâmica do uso do solo urbano e gestão urbanística	Evolução dos usos do solo urbano no município, freguesias e aglomerados. Loteamentos urbanos, licenciamento de edificações novas, renovação e reabilitação urbana de edificações. Requalificação urbana e do espaço público. Usos urbanos; usos não urbanos, perímetros urbanos, níveis de ocupação e de utilização, densidades, índices e parâmetros urbanísticos; folgas atuais à luz da nova classificação do solo.
Justificação da necessidade da revisão do plano e formulação dos objetivos estratégicos	A partir da avaliação da execução do plano nos aspetos acima referidos serão apresentadas justificações para a necessidade de revisão. Será apresentada uma proposta de objetivos estratégicos à revisão do PDM de Castelo Branco.

Quadro 1- Temáticas e âmbitos a desenvolver na avaliação do PDMCB

2.3. Aspetos metodológicos na avaliação da execução do PDMCB

No quadro da avaliação do PDMCB acima definida importa desde logo estabelecer um conjunto de aspetos metodológicos, pressupostos e critérios utilizados de forma a que não restem dúvidas sobre o



seu âmbito e resultados esperados, tanto mais que o período de vigência inicial do PDMCB era de 10 anos e terminou em 2004 (1,3 vezes superior ao inicialmente previsto) e já foi largamente ultrapassado. Portanto, num período de tempo tão vasto, muitas alterações ocorreram sem que tivessem sido ponderadas no quadro da elaboração do PDMCB e muitas ações e intervenções foram desenvolvidas para além do estabelecido no PDMCB.

Neste contexto, face à manifesta desatualização do plano e às circunstâncias da ausência de um sistema de informação e um sistema de indicadores estruturados de monitorização do PDMCB, torna-se difícil proceder a uma avaliação estruturada da sua execução que faça o balanço entre dois momentos temporais distanciados por 23 anos.

Âmbito Temporal:

Esta avaliação incide sobre o período de vigência do PDMCB, portanto desde a sua aprovação até ao corrente. Todavia, a informação sobre a situação de referência (ou situação de partida), contante dos relatórios corresponde a um período temporal anterior à aprovação do plano. Quanto à situação de chegada os indicadores disponíveis poderão reportar a momentos temporais distintos atendendo à informação disponibilizada pelo sistema nacional estatístico e pelo sistema de informação da CMCB.

Situação de referência e situação de chegada:

Dadas as dificuldades em caracterizar a situação de referência (ou de partida) através dos estudos disponíveis no âmbito da elaboração do PDMCB, e face à intenção deliberada do município em rever o PDMCB é mais relevante que a avaliação privilegie a situação de chegada e outras dimensões não previstas e ponderadas no seio do PDMCB, sem que tenha de haver, necessariamente, uma correspondência direta entre esta e a situação de partida.

Objetivos, metas e ações:

A avaliação de um plano pressupõe a existência de um sistema articulado de objetivos estratégicos e operacionais e a definição de um programa de ação onde sejam definidas medidas, metas a alcançar e ações/projetos a desenvolver devidamente territorializados, de forma a permitir uma avaliação estruturada e inteligível nos seus resultados. Quando tal não aconteça a avaliação do plano torna-se difícil. Sempre que é possível no quadro desta avaliação, faz-se referência ao alcance de objetivos e à concretização de metas definidas.

**Resultados versus impactes:**

Em termos gerais, resultados correspondem a realizações mensuráveis enquanto os impactes se referem a efeitos decorrerem das realizações ou da ausência delas. Nesta avaliação, quando possível, dá-se especial relevância aos resultados sem contudo deixar de, quando também possível, mencionar os impactes ou os efeitos registados.

Sempre que o plano identifica de forma clara metas a alcançar e sendo possível avaliar o seu grau de execução tal é assinalado nesta avaliação.

Quando se trata de ações ou de intervenções imateriais ou de âmbitos que estão muito para além do alcance dos objetivos substantivos do plano e, por isso, difíceis de quantificar ou de avaliar no contexto do mesmo, enquanto instrumento que visa essencialmente promover o desenvolvimento através da promoção do adequado ordenamento do território do município, estes ou não são considerados ou apenas são produzidas breves notas sobre eles.

Avaliação qualitativa versus avaliação quantitativa:

A avaliação do plano do PDMCB envolve dimensões qualitativas e quantitativas consoante as temáticas e a informação disponível.

Ações não previstas no plano:

A avaliação incorpora também, no quadro das dimensões acordadas, ações e intervenções não previstas no plano.

Âmbito da avaliação da execução:

Na avaliação da execução do plano não se procede à avaliação da qualidade do funcionamento ou da operação dos sistemas sobre os quais ela incide por não ser a sede própria e adequada a esta tarefa. Esta avaliação deverá ser realizada no âmbito de estudos setoriais a desenvolver no quadro da gestão desses mesmos sistemas ou nos estudos da revisão do PDMCB. Por exemplo, avalia-se se um determinado equipamento ou infraestrutura está disponível numa determinada localização (abastecimento público de água) mas não se avalia a qualidade dos serviços prestados pelos mesmos (pressão, qualidade da água etc.).

Efeitos induzidos:

Em algumas das temáticas recorre-se adicionalmente a métodos indiretos para efetuar a avaliação a partir dos efeitos induzidos pelas ações desenvolvidas ou intervenções realizadas, sem que tal pressuponha o estudo destas intervenções ou ações. Deduz-se que o acesso a uma determinada



infraestrutura ou serviço só é possível se aquela ou este estiver disponível numa determinada localização. Por exemplo, só tem acesso a abastecimento público de água quem tiver acesso a esse sistema o que pressupõe que a infraestrutura se encontra disponível naquele local e que resulta de uma determinada intervenção ou ação.

Evolução do contexto:

Num período de vigência temporal tão vasto do PDMCB muitas alterações ocorreram na evolução do contexto próximo e alargado em diversas dimensões, tanto territoriais como setoriais, que tiveram impacto no território do município de Castelo Branco e na execução do PDMCB. Na presente avaliação não se procede ao estudo da evolução do contexto seja ele territorial ou temático, nem dos eventuais efeitos que ele exerceu sobre a execução do plano. Esta fará parte do próprio processo de revisão do PDMCB.

2.4. Informação disponível

Para efeitos da avaliação da execução do PDMCB privilegiaram-se as fontes de informação existentes na CMCB e nos Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB) sejam as de natureza documental em formato analógico ou digital ou as disponíveis no sistema de informação e no Portal da CMCB (<http://www.cm-castelobranco.pt/>), complementadas pela informação dos Censos da População e da Habitação e pelas Estatísticas Oficiais do INE.

Neste processo de avaliação foram consultados os estudos e os documentos cartográficos do PDMCB em vigor e os estudos realizados até então no quadro da revisão do PDMCB.

No que se refere a bases cartográficas foram disponibilizados pela CMCB a cartografia do PDMCB em vigor, os ortofotomapas da CMCB de 2003, os ortofotomapas da DGT para os anos de 2012 e 2015, a Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, Série M888, versão editada na década de 90 e a versão atualizada em 2016.

Tendo em consideração as diversas características técnicas dos documentos cartográficos anteriormente mencionados, em termos do seu estatuto, de características técnicas relativas a sistema de referência, rigor posicional e legibilidade, fez-se uso dos meios que melhor se adequaram aos objetivos da avaliação.

A tarefa de avaliação desenvolveu-se num quadro de proximidade e de interação entre a autarquia e a equipa tendo como ponto de partida os estudos do PDMCB, ponto de apoio os estudos desenvolvidos no âmbito da revisão do PDMCB, iniciada em 2003, e ponto de chegada o momento atual procurando



sempre que necessário e possível atualizar e validar a informação nas dimensões acordadas para o desenvolvimento da avaliação da execução do plano.



3. Análise do PDMCB em vigor

3.1. Pressupostos subjacentes à proposta do PDMCB

O relatório do PDMCB finalizado já em 1994 (CMCB, 1994) refere que *“os principais pressupostos que informam as orientações para a gestão municipal, propostas no âmbito do PDM, são os seguintes:*

2.1.1 Dimensão excecionalmente grande do Concelho de Castelo Branco, com efeitos fundamentais:

a. A diversidade de situações a gerir, cria prioridades distintas para os objetivos da gestão municipal, nas áreas homogéneas em que é possível dividir o território municipal;

b. A magnitude do volume dos investimentos necessário para proporcionar a cobertura da totalidade do território e da população concelhios com redes de infraestruturas, equipamentos coletivos e transportes, é excessivamente grande, implicando que, a curto e médio prazo, seja necessária a introdução de critérios de seletividade;

2.1.2 Densidade populacional baixa, que não viabiliza, exceto na Zona Central/Eixo, a localização de funções centrais de hierarquia elevada, de promoção privada;

2.1.3 Organização da rede viária nacional e regional, de acordo com o previsto no Plano Rodoviário Nacional de 1985 (PRN);

Tendências caracterizadas e descritas nos Estudos Prévios/Diagnóstico do PDM;

2.1.4 Capacidade financeira da Câmara Municipal, decorrente da grande dimensão do Concelho e das receitas fiscais municipais a esperar num contexto de expansão.”

Quanto às “tendências caracterizadas e descritas nos Estudos Prévios/Diagnóstico do PDM” importa referir que na altura da elaboração do relatório e da aprovação do PDMCB pelo município já eram conhecidos os resultados do Recenseamento Geral da População e da Habitação de 1991, todavia não se promoveu a atualização dos estudos nem das estimativas produzidas.

Porém, as estimativas apontadas nos Estudos Prévios/Diagnóstico do PDM, concluídos nos finais da década de 80/início da década de 90, para a evolução da população e do emprego e as correspondentes necessidades previstas de solo para as funções residenciais e para atividades económicas, equipamentos e infraestruturas até ao ano de 2001, eram demasiado otimistas e não se encontravam alinhadas com a realidade objetiva e conhecida através do Censo de 1991 (Quadro 2).



	1981		1991		2001		2011
	PDMCB*	Censo	PDMCB*	Censo	PDMCB*	Censo	Censo
População residente	54.908		63.410	54.310	72.830	55.708	56.109
População Ativa	19.191		22.960	22.252	26.370	25.191	25.486
Fogos/Alojamentos	25.003		22.416	29.596	26.506	34.981	38.382

* Estimativas

Fonte: PDMCB (1994) e INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981,1991, 2001 e 2011.

Quadro 2 - Tendências caracterizadas e descritas nos Estudos Prévios/Diagnóstico do PDM**3.2. Estrutura de objetivos e metas a alcançar com o PDMCB**

O PDMC em vigor não apresenta programa de ação, não estabelece uma estrutura clara e inteligível de objetivos estratégicos e operacionais a alcançar no quadro da sua vigência, assim como também não identifica um conjunto de medidas coerentes e devidamente articuladas, nem quantifica metas ou estabelece métricas ou um sistema de indicadores para a sua monitorização e avaliação, o que dificulta e confere maior complexidade à sua avaliação no período da sua vigência.

O Relatório do PDM (CMCB, 1994) estabelece como objetivo genérico “proporcionar o bem-estar máximo aos munícipes” de acordo com o quadro seguinte.

Objetivos	Linhas de orientação
A - Emprego (prioritário)	Manter imagem de forte competitividade no que diz respeito às condições proporcionadas à localização de atividades industriais.
B - Habitação	Instalar todas as funções centrais capazes de reforçar a centralidade da sede de distrito. Fixar população residente, de forma a evitar que haja desvio de investimentos na indústria transformadora, por escassez de mão-de-obra em condições aceitáveis de mobilidade;
C - Qualidade ambiental (património natural e edificado)	Criar uma dinâmica de potenciação das vantagens comparativas dispersas pelo território concelhio, no que se refere ao património natural e edificado, no âmbito de uma estratégia de aproveitamento turístico.
D - Boa inserção sociocultural	A construção ou disponibilização de infraestruturas e de equipamentos coletivos constitui um objetivo instrumental na medida em que enquadra de forma determinante a fixação necessária de população. O apoio à habitação reveste uma faceta de reforço das boas condições que se pretendem para a fixação de população (monitorização do mercado) e uma outra de intervenção social, destinada a evitar ruturas, ainda que localizadas, do tecido social e que pode ser utilizada também na escolha estratégica da localização de população (habitação social). As medidas de conservação e promoção do ambiente inserem-se numa tendência genérica e inelutável, fortemente estimulada pelas exigências da procura podendo ser utilizadas como forma de garantir um potencial com interesse para a prossecução do objetivo prioritário (emprego).

Fonte: PDMCB, 1994

Quadro 3 - Caracterização dos objetivos definidos no PDMCB



Segundo o relatório a estratégia para alcançar os objetivos assentava na seletividade dos investimentos municipais a realizar procurando tirar o maior partido do efeito estruturante da concentração espacial desses investimentos com vista a viabilizar a implementação “de ações/medidas de grande significado”, potenciando as “vantagens da polarização do território municipal em torno da cidade de Castelo Branco, apostando nos efeitos induzidos dispersos da concentração de oportunidades ao longo do IP2”.

Para efeitos de operacionalização da estratégia e priorização dos investimentos a realizar, tendo em vista a gestão municipal, o PDMCB estabelece uma “zonagem operacional do território municipal”, constituída por 4 zonas tendo por base a unidade administrativa freguesia (Figura 1 e Quadro 4).



Figura 1 - Zonamento operacional do território municipal constante do PDMCB

ZONAS	FREGUESIAS / Níveis Hierárquicos dos Centros Urbanos
Zona Central-Eixo	Nível I - Castelo Branco Nível II - Alcains Nível III - Cebolais e Retaxo ... Nível VI - Escalos de Baixo, Escalos de Cima, Lardosa, Lousa, Mata ... Nível IX - Benquerenças
Campo Alcastrense	Nível IV - Tinalhas ... Nível VI - Escalos de Cima, Escalos de Baixo, Lardosa, Lousa, Mata Nível VII - Cafede, Freixial do Campo, Juncal do Campo, Lourçal do Campo, Ninho do Açor, Póvoa de Rio de Moinhos, Salgueiro do Campo, Sobral do Campo, ...
Zona do Pinhal	... Nível V - São Vicente da Beira, Sarzedas ... Nível IX - Alameda, Santo André das Tojeiras
Sul	... Nível VIII - Malpica do Tejo, Monforte da Beira ...

Fonte: PDMCB, 1994

Quadro 4 - Níveis hierárquico-funcionais dos centros urbanos sedes de freguesia

A Zona Central-Eixo, tendo por base vantagens locativas em termos de disponibilidade de infraestruturas e de equipamentos, localização de atividades económicas, dimensão, diversidade e estruturação urbanas e forte acessibilidade concelhia, foi designada como privilegiada e prioritária para concentração de investimentos municipais. Os centros urbanos de Castelo Branco, Alcains e Cebolais e Retaxo deveriam ser privilegiados no investimento em infraestruturas e equipamentos e localização de atividades económicas e consequentemente de emprego no contexto municipal.

Para garantir uma melhor cobertura e um maior equilíbrio territorial e a melhoria do acesso aos equipamentos e serviços os centros urbanos de Tinalhas (no campo albacastrense), São Vicente da Beira e Sarzedas (no pinhal), e Malpica do Tejo e Monforte da Beira (no sul), seriam privilegiados em termos de investimentos.

Em relação à rede urbana classifica os centros urbanos sede de município e sedes de freguesia em 9 níveis hierárquico-funcionais (Figura 2).

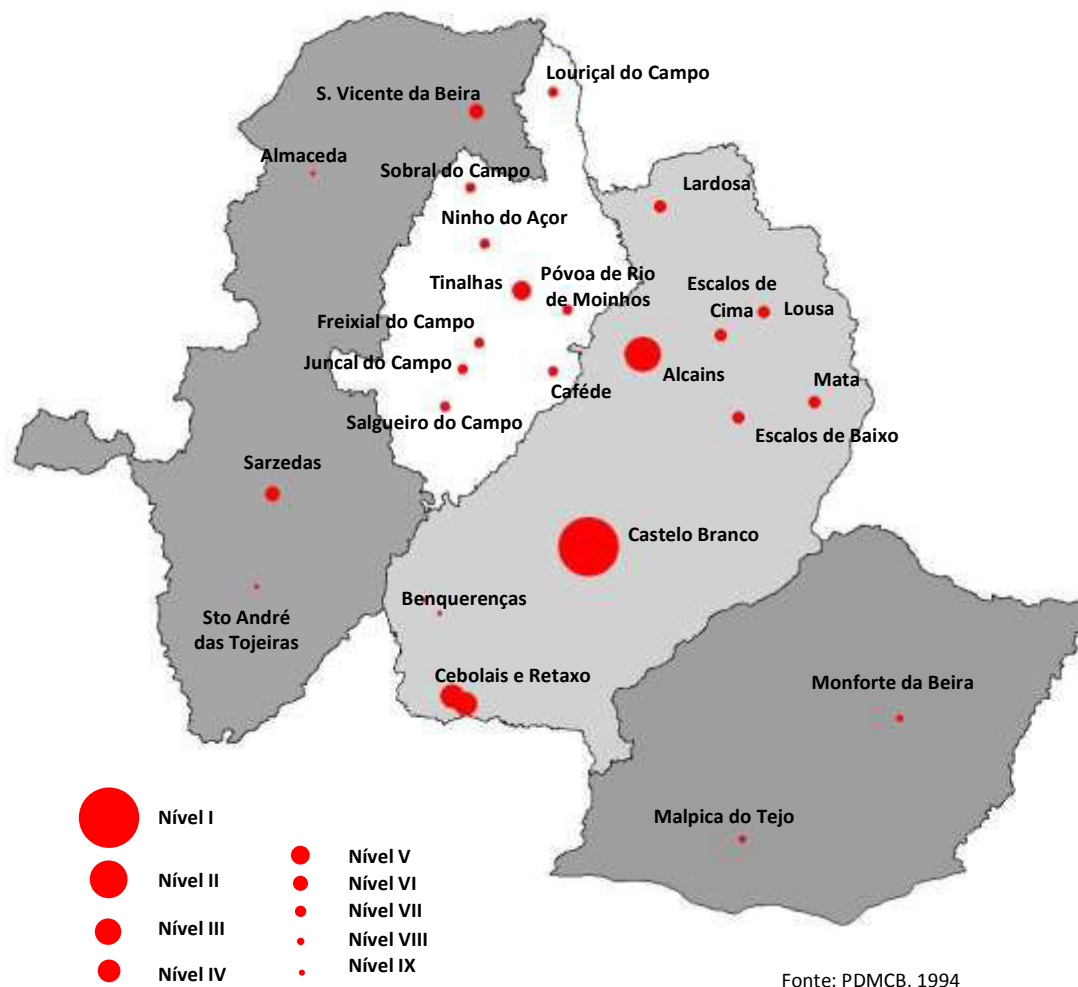


Figura 2 - Níveis hierárquico-funcionais dos centros urbanos sedes de freguesia constantes do PDMCB



3.3. Propostas de ações

Como já foi referido o PDMCB não contém um programa de ação, apresenta apenas uma lista de ações a desenvolver em cada zona em domínios relacionados com objetivos de Condicionantes e Salvaguardas, Fomento Económico, Infraestruturas, Equipamentos Coletivos e Habitação, Acessibilidades e Dinamização Sociocultural, e estabelece a criação de uma base de dados espacializada de apoio à gestão municipal. Embora muitas das ações definidas sejam de natureza imaterial, esta lista constitui uma ferramenta adequada para auxiliar a avaliação da execução do PDMCB. Por outro lado, da pesquisa efetuada nos elementos fundamentais, elementos complementares e elementos anexos ao PDMCB foi ainda possível encontrar outras propostas de intervenção que consubstanciavam as ações a desenvolver no quadro deste (Anexo I).

3.4. Classificação do solo e regime de uso e ocupação do solo

O Artigo 26.º do Regulamento do PDM e a Planta de Ordenamento fixam a seguinte classificação do solo da área do município (Figura 3):

1. Espaços urbanos;
 - 1.1. Áreas urbanas;
 - 1.2. Áreas urbanas a recuperar;
2. Espaços urbanizáveis;
3. Espaços industriais;
4. Espaços de desenvolvimento turístico;
5. Espaços de equipamento;
6. Espaço rural;
 - 6.1. Espaços agrícolas submetidos ao regime de Reserva Agrícola Nacional;
 - 6.2. Espaços agrícolas ou agro-pastoris;
 - 6.3. Espaços florestais ou silvo-pastoris;
 - 6.4. Espaços de proteção a valores do património natural;
 - 6.5. Espaços de indústrias extrativas;
7. Espaços-canais.

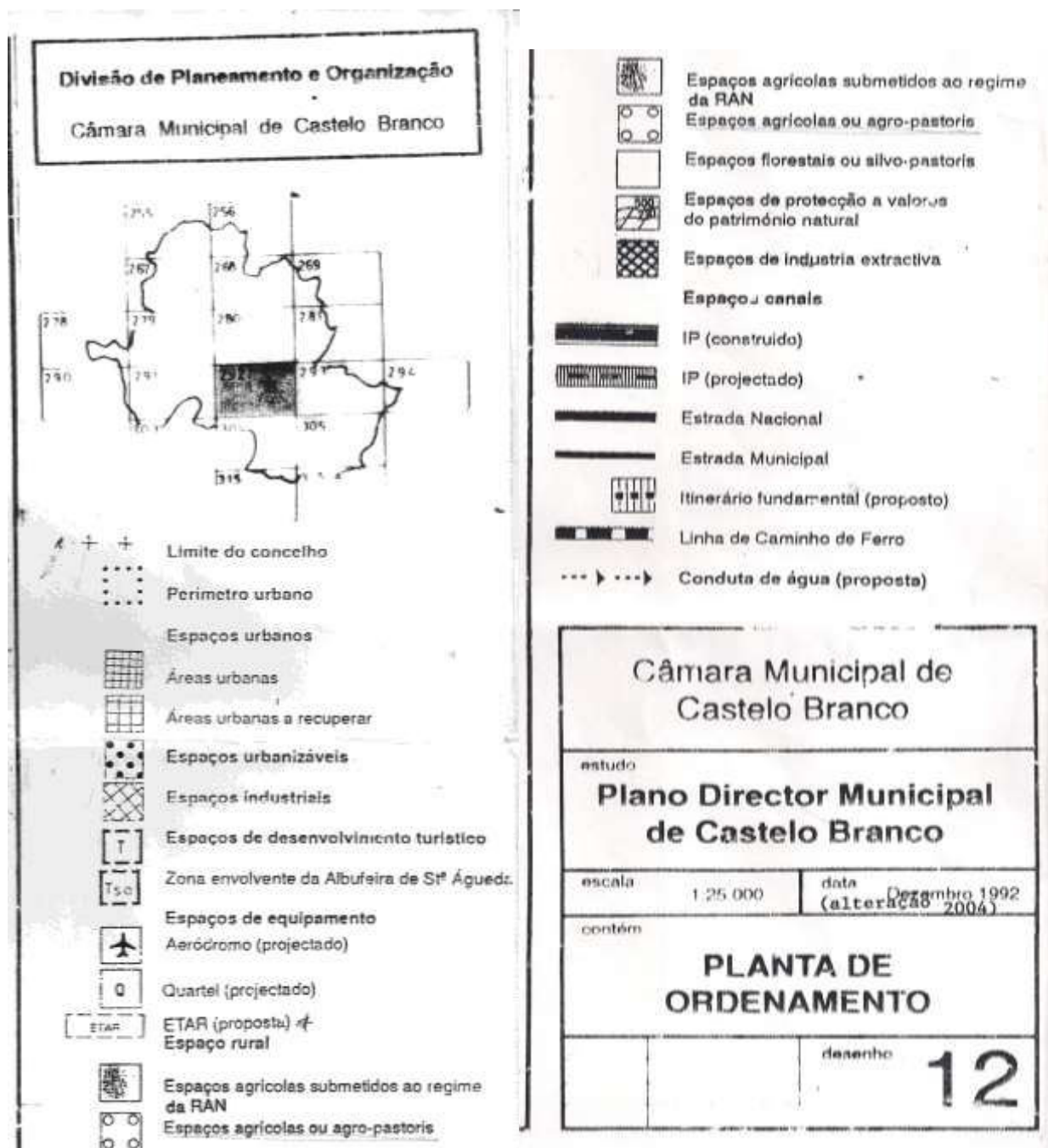
A delimitação dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis para efeitos de gestão urbanística foram subdivididos, de acordo com a classificação hierárquico-funcional, em:

- a) Área urbana de Castelo Branco, coincidente com a área de intervenção do PGU de Castelo Branco, acrescida da respetiva área de Espaços Urbanizáveis e área de Espaços industriais delimitadas no âmbito do PDM;
- b) Área urbana de Alcains;
- c) Área urbana de Cebolais/Retaxo;
- d) Áreas urbanas das restantes sedes de freguesia;
- e) Outras áreas urbanas;



f) Áreas urbanas a recuperar.

Os perímetros urbanos incluem, de acordo com o artigo 27º do regulamento do PDM, o conjunto dos espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais, quando contíguos.

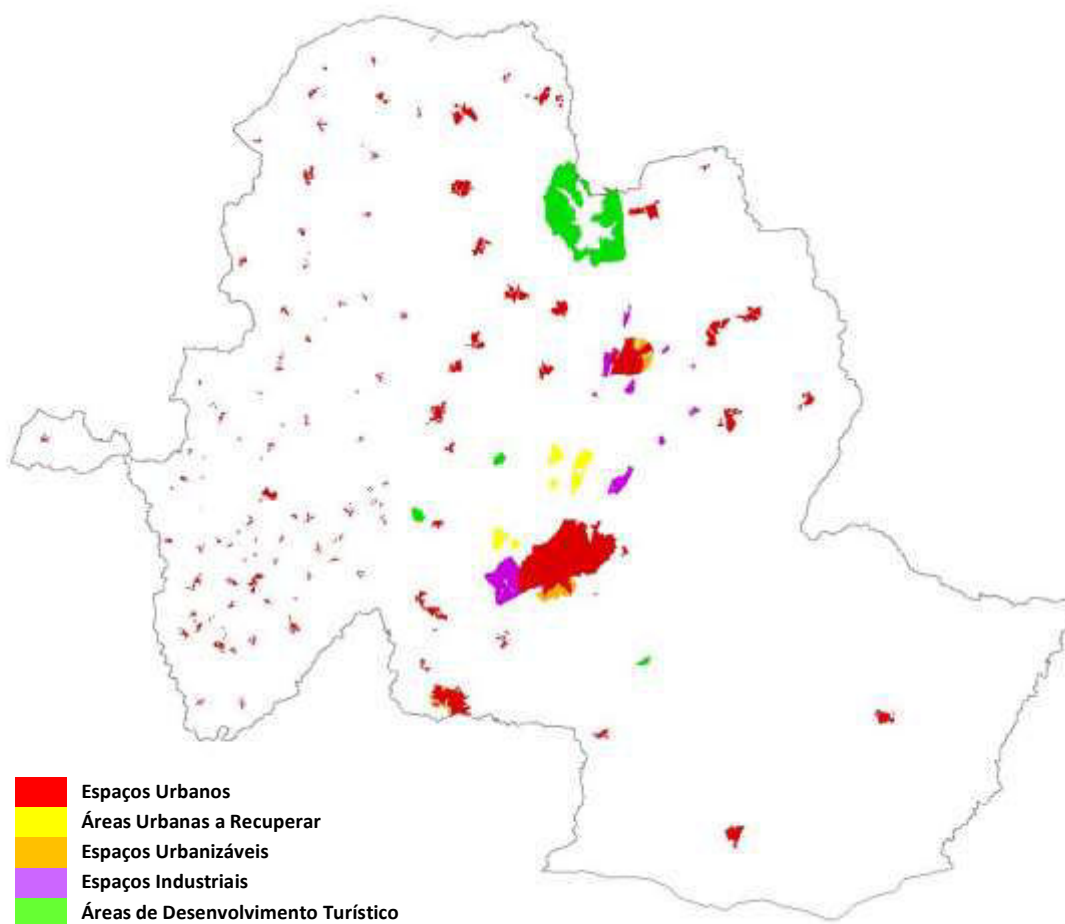


Fonte: PDMCB, 1994

Figura 3 - Legenda da Planta de Ordenamento do PDMCB

A delimitação de Espaços urbanizáveis e de Espaços industriais foi efetuada apenas nos perímetros urbanos de Castelo Branco, a Alcains e Cebolais/Retaxo. Portanto a não delimitação daqueles espaços nas restantes sedes de freguesia e nas Outras áreas urbanas e Áreas urbanas a recuperar, independentemente dos níveis de urbanização e edificação que apresentassem, foi deliberada.

No âmbito desta avaliação do PDMC procedeu-se à avaliação e medição das áreas de cada uma das classes de espaços em que foi possível com base na planta de ordenamento do PDMCB apresentada à escala 1:25000, a partir do ficheiro disponibilizado pela CMCB após atualização dos polígonos das alterações efetuadas ao PDMCB mencionadas no ponto 4.1. deste relatório (Figura 4)



Fonte: PDMCB, 1994

Figura 4 - Espaços Urbanos, Espaços Urbanizáveis, Espaços Industriais e Espaços de Desenvolvimento Turístico delimitados no âmbito do PDMCB (sem escala)

Dos quadros que se seguem constam as superfícies das áreas de classes de espaço e respetivas categorias, em hectares, para as quais foi possível efetuar a avaliação (Quadros 5 a 7).



	Área (ha)			
	Área Urbana	Espaço Urbanizável	Espaço Industrial	Total
Perímetro urbano de Castelo Branco	1256,61 ¹	102,91	302,99	1662,51 ²
Perímetro urbana de Alcains	251,48	69,42	63,76	394,66 ²
Perímetro urbano de Cebolais/Retaxo	192,19	31,0	-	223,19
Perímetros das áreas urbanas das restantes sedes de freguesia				1033,51
Perímetros das Outras áreas urbanas				1559,47
			Total do Espaço Urbano	4873,34
Polígonos das Áreas urbanas a recuperar				278,57
			Total	4873,34

¹Corresponde á área de intervenção do PGU de Castelo Branco conforme definido no artigo 29º do regulamento do PDMCB

²Perímetro urbano conforme definido no artigo 27º do regulamento do PDMCB

Fonte: PDMCB, 1994

Quadro 5 - Classe de Espaço Urbano e Urbanizável do PDMCB

Classes de Espaço	Área (ha)
Espaços industriais integrados no perímetro de Castelo Branco	302,99
Espaços industriais integrados no perímetro de Alcains	63,76
Polígonos dos Espaços industriais não integrados em perímetros urbanos ¹	182,64
Total do Espaço Industrial	549,39
Espaços de desenvolvimento turístico ²	1252,83
Espaços de equipamento ³	191,32

¹Exteriores às áreas urbanas de Castelo Branco, Alcains e Cebolais/Retaxo. ²Exteriores aos perímetros das áreas urbanas

³Inclui área do aeródromo e das instalações militares constantes da planta de ordenamento

Fonte: PDMCB, 1994

Quadro 6 - Classes de Espaços Industrial, Turístico e Equipamento do PDMCB

Classe de Espaço Rural	Área (ha)
Espaços agrícolas submetidos ao regime de Reserva Agrícola Nacional	9102,68 ¹
Espaços agrícolas ou agro-pastoris	Não Disponível
Espaços florestais ou silvo-pastoris;	
Espaços de proteção a valores do património natural	
Espaços de indústrias extrativas	

¹Obtido a partir do ficheiro disponibilizado pela CMCB.

Fonte: PDMCB, 1994

Quadro 7 - Classe de Espaço Rural do PDMCB



3.5. Controlo da edificabilidade nos espaços do PDMCB

Nos quadros seguintes (Quadros 8 a 10) são apresentados os aspetos essenciais de natureza regulamentar com vista ao controlo urbanístico das pretensões de alteração do uso e ocupação do solo nas classes e categorias de espaços consagradas na versão inicial do PDMCB.

Categorias de Espaços Urbanos	Edificabilidade								
	Funções Admitidas (artigo 28º)	N.º Pisos Máximo (artigos 32º e 35º)	COS ¹ (artigos 33º e 35º)	Densidade Habitacional (fogos/ha)	Estacionamento (artigos 34º e 35º)				
					Nº de lugares / fogo ou m2 de área de construção ou Quartos % Mínima de estacionamento público (P)				
					Habituação	Comércio e Serviços	Indústria	Hotelaria	Similares de hotelaria
Área urbana de Castelo Branco		A determinar em PU e PP		-	-	-	-	-	-
Área urbana de Alcains	Habituação e funções compatíveis	4	≤ 0,65 ≤ 1*	-	1,5 / fogo P ≥ 70%	1 / 30m2 P ≥ 70%	1 / 50m2 P ≥ 20%	1 / 4 quartos P ≥ 20%	1 / 15m2 P ≥ 80%
Área urbana de Cebolais/Retaxo		3	≤ 0,65 ≤ 0,80*	-	1,5 / fogo P ≥ 70%	1 / 30m2 P ≥ 70%			1 / 15m2 P ≥ 80%
Área urbana das restantes sedes de freguesia		2	≤ 0,50 ≤ 0,65*	-	1 / fogo P ≥ 70%	1 / 50m2 P ≥ 70%			1 / 25m2 P ≥ 80%
Área urbana de Outras Áreas Urbanas		2	≤ 0,50	-	1 / fogo P ≥ 70%	1 / 75m2 P ≥ 70%			1 / 30m2 P ≥ 80%
Área urbana de Áreas Urbanas a Recuperar (áreas clandestinas e ou degradadas na periferia da cidade de Castelo Branco)		2	≤ 0,30	≤ 10	1 / fogo	1 / 50m2			-

* Quando em Loteamento Urbano

Fonte: Regulamento do PDMCB

1 A definição de coeficiente de ocupação do solo (COS) no âmbito do regulamento do PDMCB como "o quociente da área bruta de construção pela superfície do terreno ou da parte do terreno a que se aplica" corresponde ao Índice de Utilização do Solo definido no DR nº 9/2009, de 29 de maio.

Quadro 8 - Indicadores de edificabilidade dos Espaços urbanos do Regulamento do PDCB em vigor



Espaços Urbanizáveis	Edificabilidade							
	Funções Admitidas (artigo 28º)	N.º Pisos Máximo (artigo 36º)	COS ¹ (artigo 37.º)	Estacionamento (artigos 38º)				
				Nº de lugares / fogo ou m2 de área de construção ou Quartos				
				% Mínima de estacionamento público (P)				
Habitação	Comércio e Serviços	Indústria	Hotelaria	Similares de hotelaria				
Castelo Branco	Habitação e funções compatíveis	3	≤ 0,40	-	-	-	-	-
Alcains			1,5 / fogo	1 / 30m2	1 / 50m2	1 / 4quartos	1 / 15m2	
Cebolais/Retaxo	Atividades Terciárias		+ 10% quando abrangido por PU ou PP	P ≥ 70%	P ≥ 70%	P ≥ 20%	P ≥ 20%	P ≥ 80%
	Industria							
	Turismo							

Fonte: Regulamento do PDMCB

Quadro 9 - Indicadores de edificabilidade dos Espaços urbanizáveis do Regulamento do PDCB em vigor

Espaço Rural	Edificabilidade			
	Funções Admitidas	N.º Pisos Máximo Altura Máxima	COS1 (artigo 37.º)	Outros
Espaços agrícolas submetidos ao regime de RAN	Habitação Instalações Agropecuárias e respetivos apoios	2	≤ 0,10 ou 2000m2 de área de construção	Área de terreno a afetar a construções de carácter habitacional - máximo de 250 m2
Espaços agrícolas ou agro-pastoris				Edifícios de carácter não habitacional COS ≤ 0,05
Espaços florestais ou silvo-pastoris				
Espaços de proteção a valores do património natural	Turismo	6,5m	Máximo de 300 m2 de área de construção para habitação	Área de terreno a afetar a construções de carácter habitacional - máximo de 250 m2
	Industria			Edifícios de carácter não habitacional COS ≤ 0,05
Espaços de indústrias extrativas				

Fonte: Regulamento do PDMCB

Quadro 10 - Indicadores de edificabilidade do Espaço Rural do Regulamento do PDCB em vigor



Para além da informação constante dos quadros há a salientar ainda o seguinte:

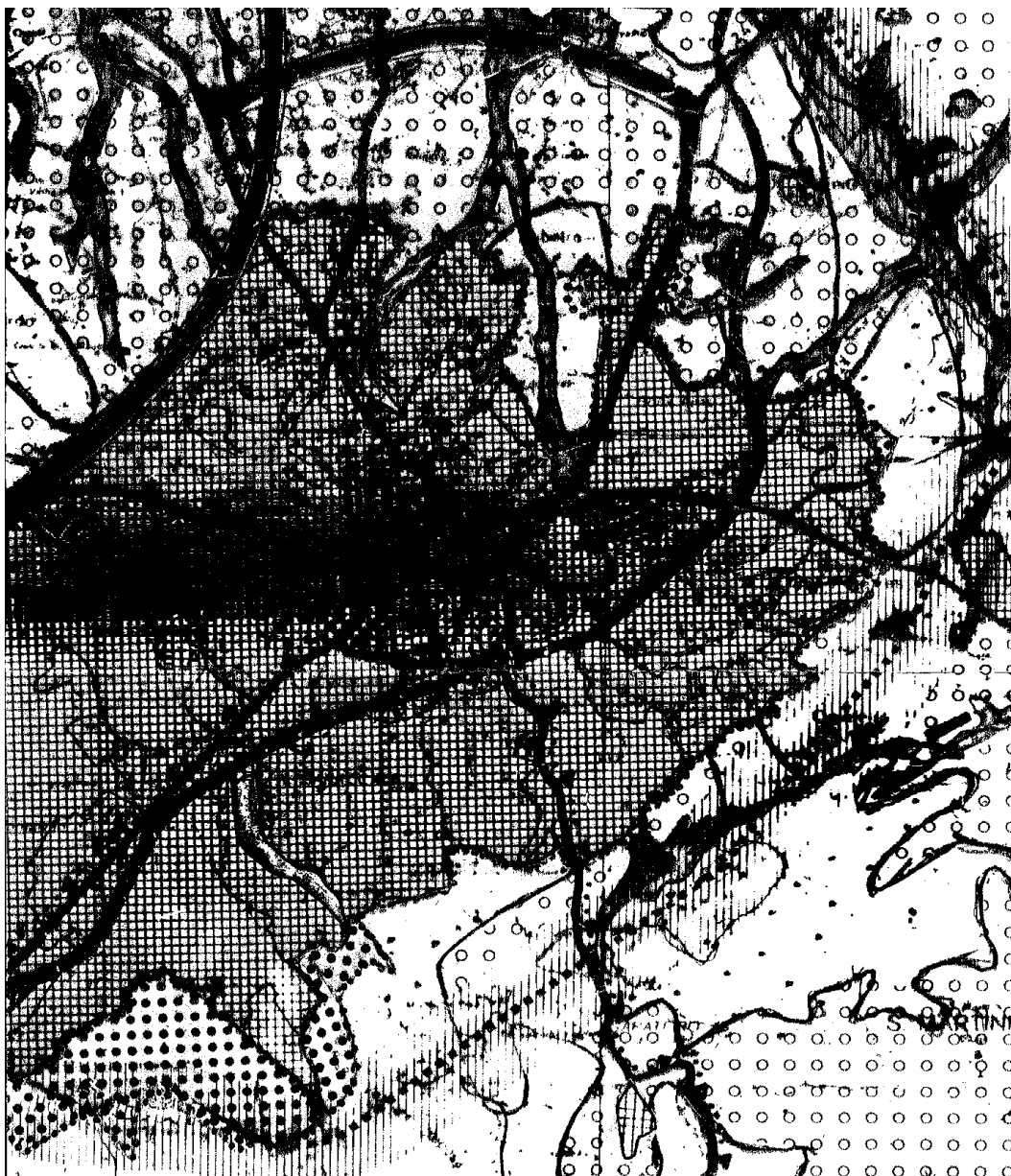
- a) Em relação aos Espaços Urbanos – Áreas urbanas a recuperar, a obrigatoriedade de elaboração de PP para todas elas, estabelecida no artigo 35º;
- b) A orientação preferencial estabelecida no artigo 37º para que a transformação do uso e ocupação do solo dos Espaços Urbanizáveis fosse precedida de aprovação de PU ou PP;
- c) A obrigatoriedade de elaboração de PP para os Espaços Industriais, estabelecida no artigo 39º;
- d) A obrigatoriedade de elaboração de PP para os Espaços de Desenvolvimento Turístico, estabelecida no artigo 42º.

Das 8 alterações ao PDMCB algumas delas incidiram sobre aos regimes de uso e ocupação do solo da classe de Espaço urbano - Áreas urbanas a recuperar, e da classe de Espaço rural - Espaços agrícolas ou agro-pastoris, Espaços florestais ou silvo-pastoris e Espaços de indústrias extrativas, com a finalidade de o flexibilizar no sentido de uma melhor adequação às necessidades da procura de transformação do uso e ocupação solo e de viabilizar um programa de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.

3.6. Cartografia do PDMCB

A cartografia do PDMCB em vigor coloca dificuldades acrescidas à tarefa de avaliação da execução do plano em face das suas características e das metodologias utilizadas na sua elaboração. A Planta de Ordenamento do PDMCB, elaborada e apresentada sobre a Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000, apresenta-se (Figuras 5 a 7):

- a) Desatualizada tendo em conta as alterações introduzidas pela dinâmica dos planos municipais de ordenamento do território e dos planos setoriais acima referidos;
- b) Deficiente legibilidade resultante da aposição sobre a Carta Militar de Portugal de tramas nos polígonos das diferentes classes de espaço e da representação de elementos lineares e pontuais;
- c) Deficiente rigor posicional.



Fonte: PDMCB, 1994

Figura 5 - Extrato da Planta de Ordenamento do PDMCB (sem escala)

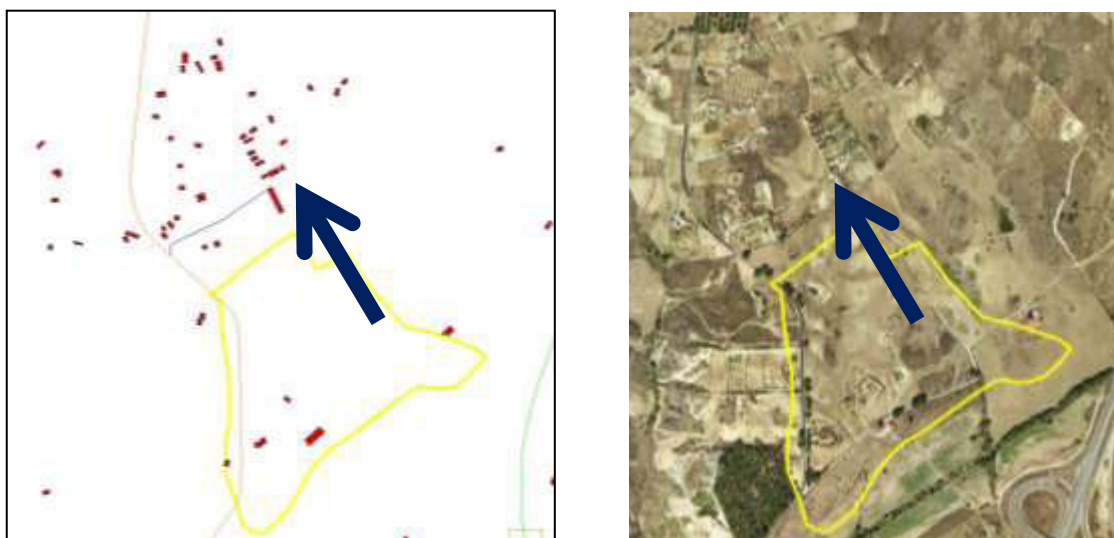


Figura 6 - Exemplos de perímetros urbanos delimitados no âmbito do PDMCB sobrepostos com à Carta Militar de Portugal (layer edifícios) editada em 1999 e ao Ortofotomapa de 2004 (sem escala)

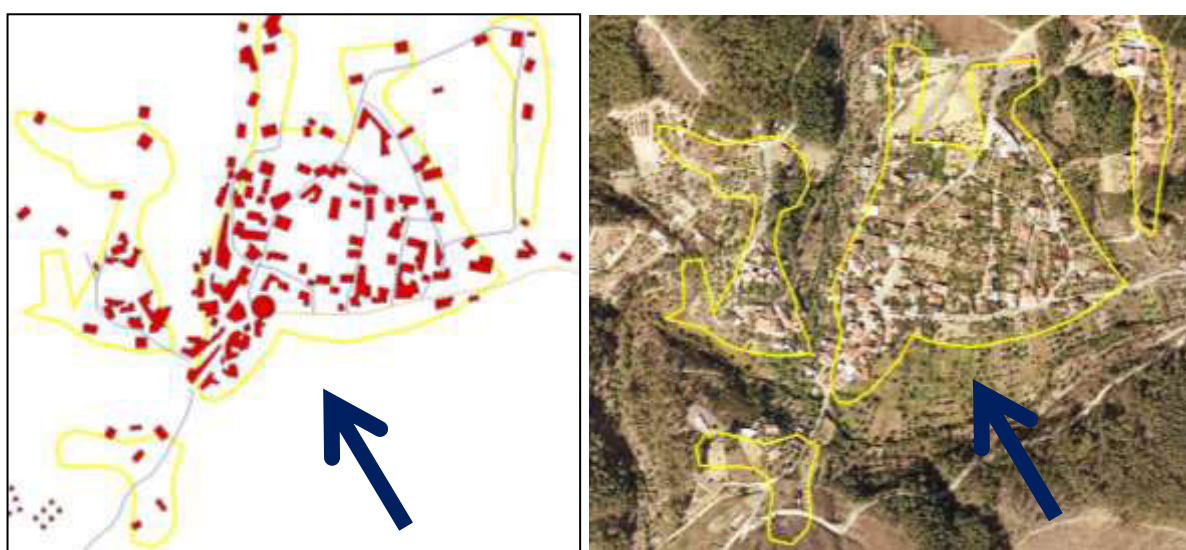


Figura 7 - Exemplos de perímetros urbanos delimitados no âmbito do PDMCB sobrepostos com à Carta Militar de Portugal (layer edifícios) editada em 1999 e ao Ortofotomapa de 2004 (sem escala)



4. Dinâmicas setoriais

4.1. Planeamento do ordenamento do território no concelho

Quando o PDM de Castelo Branco entrou em vigor encontravam-se plenamente eficazes na área do município Castelo Branco o Plano Geral de Urbanização da Cidade de Castelo Branco e 5 Planos de Pormenor, conforme assinalados nos quadros que se seguem (Quadros 11 a 14). Ao perímetro urbano da cidade de Castelo Branco delimitado no Plano Geral de Urbanização o PDM acrescentou duas áreas de expansão, uma destinada à Espaços Industriais com cerca de 235 ha e a outra a Espaços Urbanizáveis, com cerca de 103 ha.

No seu período de vigência, o PDM já foi objeto de uma suspensão temporária de aplicação de parte do seu regulamento e de 16 alterações no total, 14 da responsabilidade do município de Castelo Branco e 2 da responsabilidade do Governo. Dessas alterações, 8 tiveram incidência direta sobre o regulamento do plano e/ou as plantas do PDM, 2 resultaram da aprovação de planos de nível superior com caráter vinculativo - planos setoriais de ordenamento do território -, com incidência na área do município e 6 decorreram de Planos de Pormenor (PPs) aprovados/ratificados.

Uma análise detalhada às alterações introduzidas à versão inicial do PDM permite concluir que a 1ª e 4ª alterações incidiram sobre o regime de uso do solo e as condições de edificabilidade de subcategorias da classe de Espaços Rural, tendo como finalidade a flexibilização, no sentido da melhor adequação às necessidades da procura de transformação do uso do solo rural. A 8ª alteração diz respeito à adaptação do PDMCB ao novo ordenamento jurídico instituído pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, no artigo 78º. As restantes alterações foram de âmbito espacial localizado e de pequena dimensão, incluindo também as 6 alterações decorrentes da aprovação e/ou ratificação dos PPs.

De registar ainda que foram aprovados planos nacionais setoriais com impacte direto ou indireto no território do município de Castelo Branco e no regime de uso e ocupação do solo estabelecido no PDMCB, dos quais se destacam, pela sua importância e pelo seu impacte no PDMCB, o Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000), instituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, e o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), aprovado pela RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho.



Instrumento de Gestão Territorial			Finalidade
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO RCM nº 66/94, DR I Série, de 11/8/1994	8ª ALTERAÇÃO	Declaração (extrato) n.º 22/2017, DR II Série nº 70 de 7/4/2017	Alteração por adaptação, em cumprimento do artigo 78º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
	7ª ALTERAÇÃO	AVISO 8637/2013, DR II Série nº 129, de 8/7/2013	Elimina as servidões criadas pelos espaços canais, indicados como “itinerários fundamentais propostos” na Planta de Ordenamento do PDMCB e reajusta os novos espaços canais, no que diz respeito ao traçado ambientalmente aprovado para o IC31 e ao traçado que contorna a cidade de Castelo Branco
	6ª ALTERAÇÃO	AVISO 23785/2011, DR II Série nº 236, de 12/12/2011	Resolve as incompatibilidades existentes entre os artigos 33.º (Áreas urbanas) e 35.º (Áreas urbanas a recuperar) do Regulamento do PDM, para as construções já existentes à data da entrada em vigor do mesmo Plano.
	5ª ALTERAÇÃO	AVISO 26651/2010, DR II Série nº 44, de 20/12/2010	Altera o artigo 63.º do regulamento (Edificabilidade e usos das áreas de indústrias extrativas), a Planta de Ordenamento e a Planta de Condicionantes.
	4ª ALTERAÇÃO	AVISO 26194/2008, DR II Série nº 212, de 31/10/2008	Altera os artigos 52.º (Espaço Rural; Usos), 57.º (Espaços Agrícolas ou agro-pastoris; Edificabilidade e usos) e 59.º (Espaços Florestais ou silvo-pastoris, Edificabilidade e usos) do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco, que consiste na correção de um “erro material”
	3ª ALTERAÇÃO	RCM 88/2005, DR I Série-B nº 90, de 10/5/2005	Altera as plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco. Reclassifica para “Solo Urbano” áreas inseridas nas subcategorias de “Espaços agrícolas e agro-florestais” e de “Espaços florestal ou silvo-pastoril” por forma a viabilizar um programa de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.
	SUSPENSÃO	RCM 61/2005, DR I Série-B nº 102, de 30/04/2004	Suspende a aplicação da alínea a) do artigo 39º e a alínea a) do artigo 40º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco
	2ª ALTERAÇÃO REGIME SIMPLIFICADO	DECL 173/2003, DR II Série nº 100, de 30/4/2003	Altera a planta de ordenamento e a planta de condicionantes nas freguesias de Escalos de Cima e de Escalos de Baixo.
	1ª ALTERAÇÃO	RCM 30-A/2002, DR I Série-B nº 35, de 11/2/2002	Altera os artigos 52º (Espaço Rural; Usos), 53º (Espaço Rural; Edificabilidade), 57º (Espaços Agrícolas ou agro-pastoris; Edificabilidade e usos) e 59º (Espaços Florestais ou silvo-pastoris, Edificabilidade e usos) do Regulamento do Plano Diretor Municipal, visando modificar as condições de ocupação do solo e do regime de edificabilidade, adaptando o Plano às condições e necessidades económicas de desenvolvimento local.

Fonte: CMCB

Quadro 11 - Alterações ao PDMCB em vigor



Instrumento de Gestão Territorial (IGT)		Observações
PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO TEJO INTERNACIONAL RCM 176/2008, DR I Série nº 228, de 24/11/2008	2ª ALTERAÇÃO RCM 19/2014, DR I Série nº 48, de 10/03/2014	Impõem restrições ao uso e ocupação na área onde intervém e determina a alteração por adaptação do PDM de Castelo Branco
	1ª ALTERAÇÃO RCM 67/2013 DR I Série nº 208, de 28/10/2013	
PLANO DE ORDENAMENTO DAS ALBUFEIRAS DE SANTA ÁGUEDA E PISCO RCM 107/2005, DR I Série-B nº 122, de 28/6/2005		Altera a delimitação da Reserva Ecológica Nacional, na área abrangida pelo POASAP, no município de Castelo Branco. Impõe restrições ao uso e ocupação na área onde intervém e determina a Revisão do PDM de Castelo Branco

Fonte: CMCB

Quadro 12 - Planos Especiais de Ordenamento do Território que alteraram o PDMCB em vigor

Instrumento de Gestão Territorial (IGT)	
PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CASTELO BRANCO DECL 21-2-91, DR II Série nº 73, de 28/3/1991	1ª ALTERAÇÃO AVISO 23784/2011, DR II Série nº 236, de 12/12/2011

Fonte: CMCB

Quadro 13 - Plano de Urbanização eficaz na área do PDMCB em vigor

Instrumento de Gestão Territorial (IGT)		Observações
PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO DR. BEIRÃO DECL. Nº 19-4-90, DR II Série nº 109, de 12/05/1990		
PLANO DE PORMENOR DA ZONA DA QUINTA DA PIPA DO PGU DE CASTELO BRANCO, DECL. DR II Série nº 74, de 28/03/1992	REVISÃO DECL 30-11-95, DR II Série nº 13, de 16/1/1996	
PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DO DR. MOTA/QUINTA DAS VIOLETAS DO PGU DE CASTELO BRANCO DECL 14-03-97, DR II Série nº 94, de 22/4/1997		
PLANO DE PORMENOR DO QUARTEIRÃO DA AUTOMECÂNICA DA BEIRA DO PGU DE CASTELO BRANCO DECL 17-7-91, DR II Série nº 170, de 26/7/1991		
PLANO DE PORMENOR DO CAMPO DA BOLA, EM CASTELO BRANCO DO PGU DE CASTELO BRANCO Portaria nº 341/93, DR I Série-B nº 68, de 22/03/1993	1ª ALTERAÇÃO DECL 4-11-96 26/11/1996 274 II Série	Altera o Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco

Fonte: CMCB

Quadro 14 - Planos de Pormenor eficazes na área do PDMCB em vigor (continua)



Instrumento de Gestão Territorial (IGT)	Observações
PLANO DE PORMENOR DA ENCOSTA DO CASTELO DO PGU DE CASTELO BRANCO DECL 30-12-96, DR II Série nº 23, de 28/1/1997	
PLANO DE PORMENOR DA QUINTA NOVA DO PGU DE CASTELO BRANCO DECL 26-07-95, DR II Série nº 210, de 11/9/1995	
PLANO DE PORMENOR DA ZONA ZUE-W (QUINTA DO BOSQUE) DO PGU DE CASTELO BRANCO RCM 109-B/2000, DR I Série -B nº 192, de 21/08/2000	1ª ALTERAÇÃO REGIME SIMPLIFICADO DECL 369/2003, DR II Série nº 280, de 4/12/2003
PLANO DE PORMENOR DAS ZONAS ZUE-Y E ZUE-J (QUINTA DA TORRE E QUINTA DA GRANJA) DO PGU DE CASTELO BRANCO RCM 109-A/2000, DR I Série-B nº 192, de 21/8/2000	Altera o Plano Geral de Urbanização
PLANO DE PORMENOR DAS ZONAS ZUE-V E ZUR-X (QUINTA PIRES MARQUES) DO PGU DE CASTELO BRANCO RCM 109-C/2000, DR I Série, de 21/08/2000	1ª ALTERAÇÃO REGIME SIMPLIFICADO DECL 256/2003, DR II Série nº 189, de 18/8/2003
PLANO DE PORMENOR DA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CASTELO BRANCO RCM n.º 129 -A/2001, DR I Série-B, de 20/8/2001	REVISÃO AVISO 20027/2008 DR II Série nº 134, de 14/7/2008
PLANO DE PORMENOR DE RECUPERAÇÃO DA TAPADA DAS FIGUEIRAS RCM 164-A/2001, DR I Série B nº 279, de 3/12/2001	Altera o Plano Diretor Municipal de Castelo Branco ao prever um índice de «Área para equipamento de utilização coletiva» inferior ao previsto.
PLANO DE PORMENOR DA ZONA HISTÓRICA E DA DEVESA DE CASTELO BRANCO DO PGU DE CASTELO BRANCO, RCM 49/2003, DR I Série-B nº 76, de 31/3/2003	Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades Altera a planta de zonamento do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco
PLANO DE PORMENOR DO VALE DA ALDEIA, EM ESCALOS DE BAIXO	1ª ALTERAÇÃO REGIME SIMPLIFICADO, DECL 302/2004, DR II Série nº 281, de 30/11/2004
PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA GRANJA/ISABELDEIRAS DO PGU DE CASTELO BRANCO RCM 194/2005, DR I Série-B nº 241, de 19/12/2005	
PLANO DE PORMENOR DO LIRIÃO RCM 195/2005, DR I Série-B 19/12/2005 241	Altera o Plano Diretor Municipal de Castelo Branco no que respeita ao índice de áreas de equipamento de utilização coletiva previsto para as áreas urbanas a recuperar.

Fonte: CMCB

Quadro 14- Planos de Pormenor eficazes na área do PDMCB em vigor (continuação)



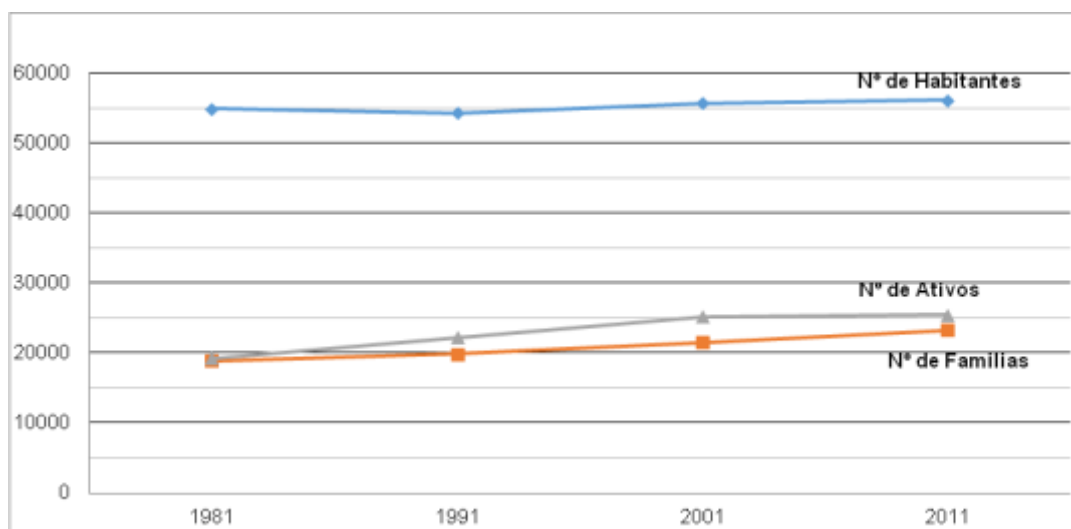
Instrumento de Gestão Territorial (IGT)	Observações
PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA OLIVEIRINHA RCM 121/2006 , DR I Série nº 183, de 21/9/2006	Altera o Plano Diretor Municipal de Castelo Branco. Altera a Reserva Agrícola Nacional na área onde intervém.
PLANO DE PORMENOR DA CRUZ DE MONTALVÃO – NORTE DO PGU DE CASTELO BRANCO AVISO 5303/2011 DR II Série nº 37, de 22/2/2011,	Altera o Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco
PLANO DE PORMENOR DO SÍTIO DO BARRAGÃO AVISO 23173/2011, DR II Série nº 228, de 28/11/2011	Altera por adaptação o Plano Diretor Municipal de Castelo Branco
PLANO DE PORMENOR DA ZONA ZUE-R (QUINTA DA CARAPALHA) DO PGU DE CASTELO BRANCO AVISO 23783/2011, DR II Série nº 236, de 12/12/2011	

Fonte: CMCB

Quadro 14- Planos de Pormenor eficazes na área do PDMCB em vigor (continuação)

4.2. Demográfica e social

Ao longo das últimas 3 décadas a população residente no concelho apresentou um crescimento ligeiro estabilizando em torno dos 55 mil habitantes, 56109 habitantes no censo de 2011 (Figura 8). Segundo o INE a taxa de atração total decenal foi de 6,8% em 2001 e de 6,7% em 2011, o que significa que nas décadas que antecederam estes dois momentos censitários, em que o saldo natural foi sempre negativo, o saldo migratório foi positivo tendo o concelho de Castelo Branco atraído população proveniente de outras áreas geográficas principalmente outros municípios do país (Figura 9).

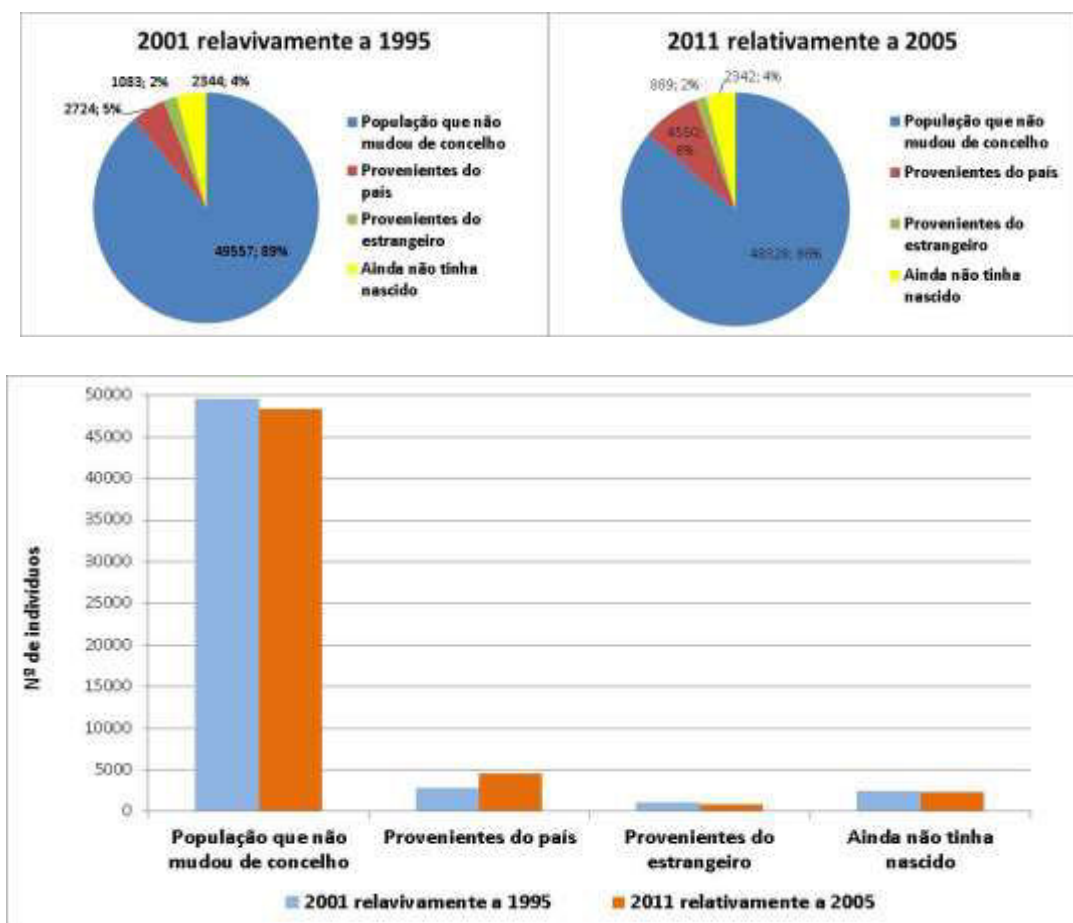


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981,1991, 2001 e 2011.

Figura 8 - Evolução da população, famílias e ativos residentes no concelho de Castelo Branco



A dimensão média da família reduziu-se de 2,9 pessoas/família em 1981, para 2,4 em 2011, o que significa um número crescente de famílias de dimensão reduzida (1 e 2 pessoas) e um decréscimo do número de filhos. A taxa bruta de atividade cresceu substancialmente até 2001 o que revela, num contexto de quase estabilização do número de residentes e do seu envelhecimento, um crescimento da população ativa e da população empregada e simultaneamente uma diminuição da população dos jovens não ativos. A evolução positiva do rácio N^o de Famílias/N^o de Ativos é indiciador de que em média existem cada vez menos ativos nas famílias o que num contexto de envelhecimento presente, poderá pressionar as políticas sociais para dar resposta adequada a estruturas etárias muito envelhecidas e dependentes (Quadro 15).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981,1991, 2001 e 2011.

Figura 9 - Evolução da população residente no concelho de Castelo Branco por origem geográfica, em 2001 e 2011.



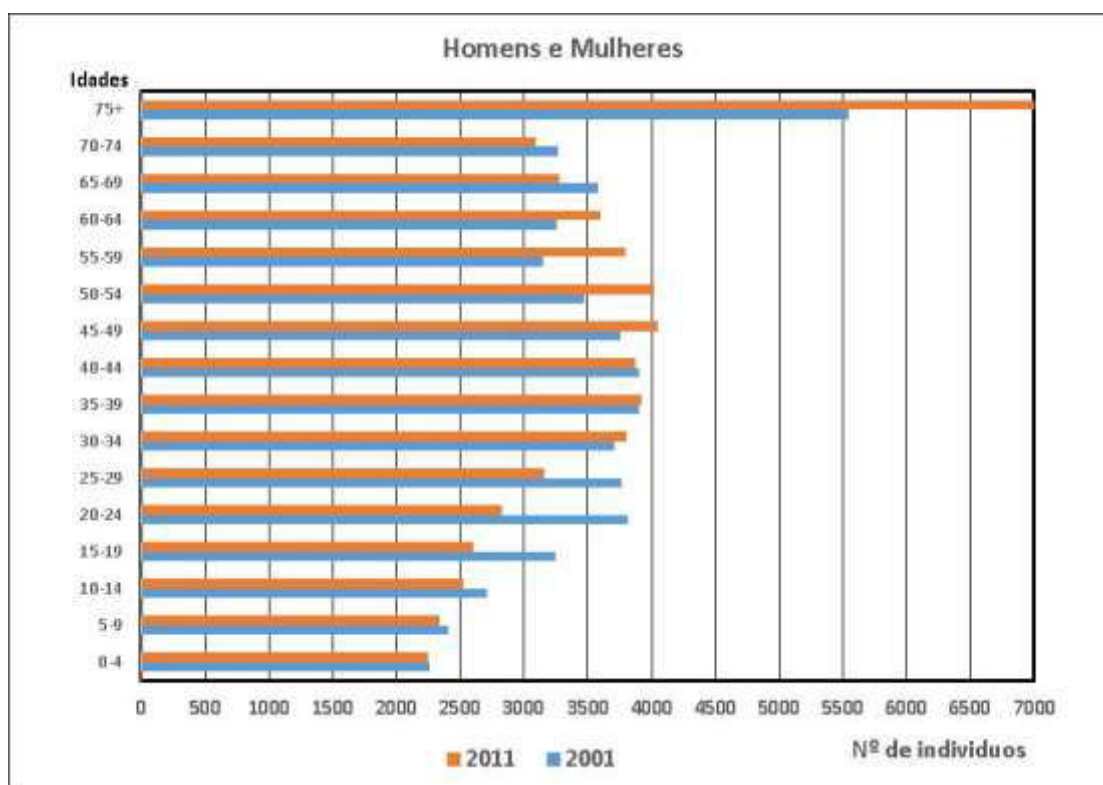
	1981	1991	2001	2011
Nº de Habitantes/Nº de famílias *	2.9	2.7	2.6	2.4
Nº de Ativos/Nº de Habitantes**	35.0	41.0	45.2	45.4
Nº de Famílias/Nº de Ativos	98.6	89.4	85.5	91.3

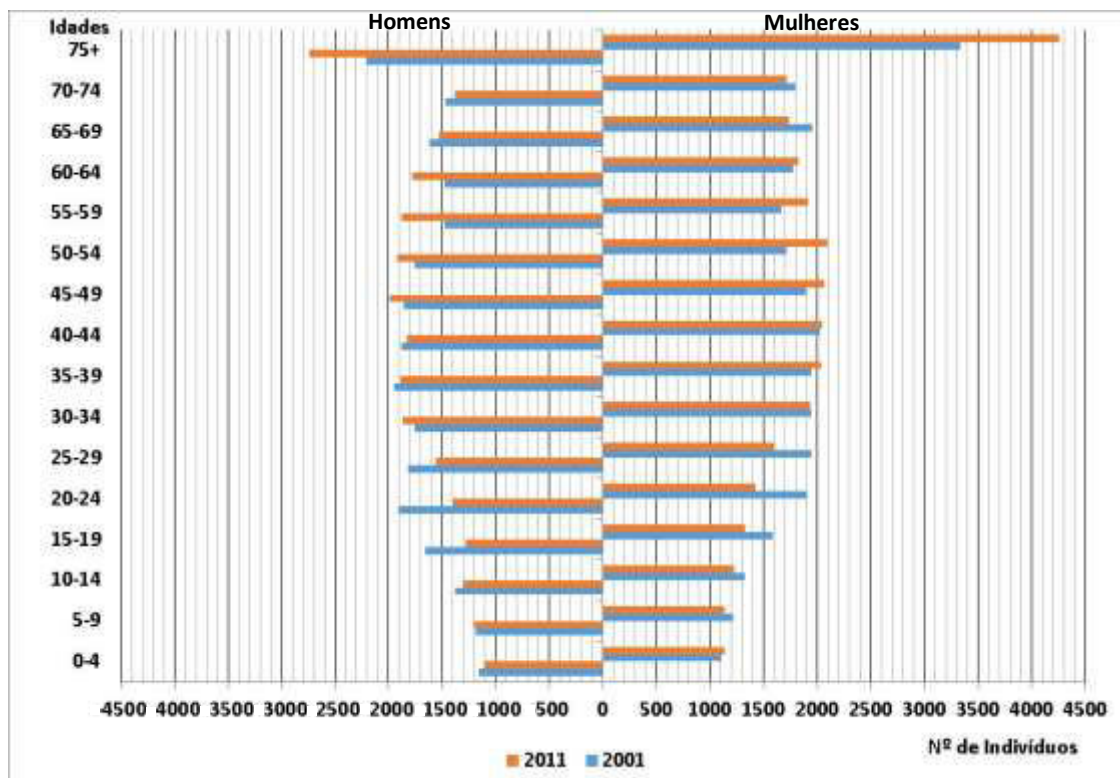
* Dimensão média da família ** Taxa bruta de atividade (%)

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981,1991, 2001 e 2011.

Quadro 15 - Evolução dos diversos indicadores demográficos no concelho de Castelo Branco

A estrutura etária da população residente por grupos quinquenais revela um acentuado duplo envelhecimento, na base e no topo. O grupo dos 75+ anos era representado por cerca de 7000 indivíduos em 2011, mais do que o triplo dos indivíduos do grupo dos 0-4 anos e quase o triplo dos indivíduos dos grupos 5-9 anos, 10-14 anos e 15-19 anos. A população feminina era superior à masculina em cerca de 3000 indivíduos, apresentado um envelhecimento generalizado mais acentuado e sobretudo no grupo etário 75+ anos onde detinha mais cerca de 1500 indivíduos (Figura 10).

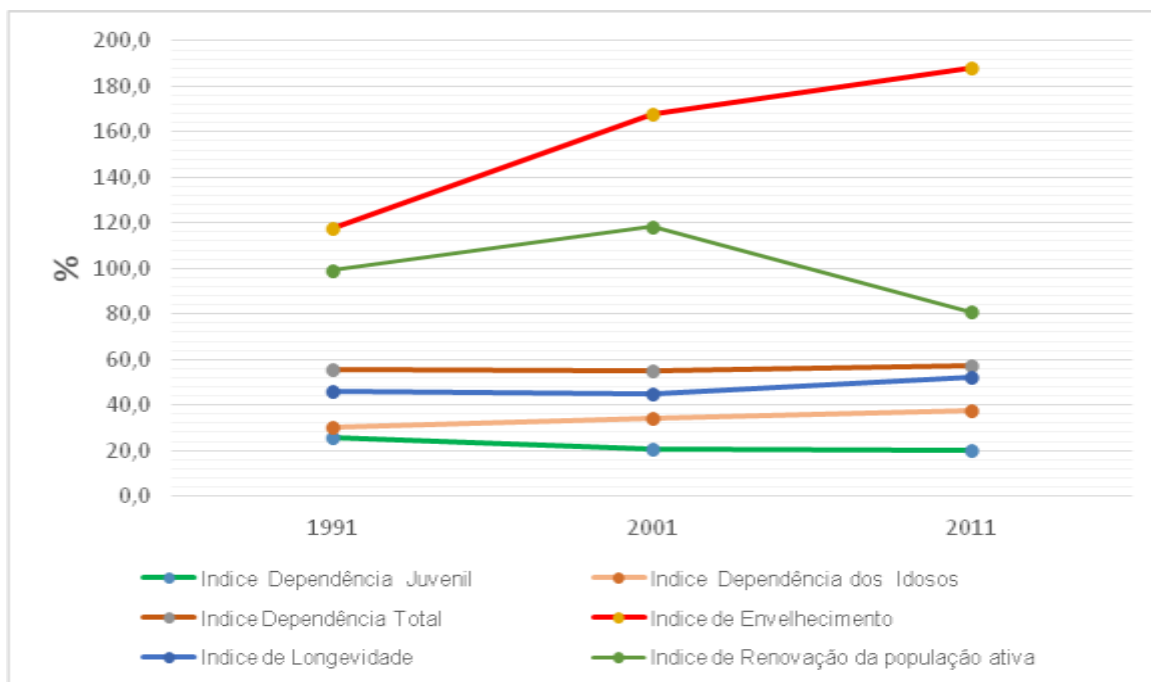




Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 10 - Pirâmides etárias da população residente no concelho de Castelo Branco em 2001 e 2011

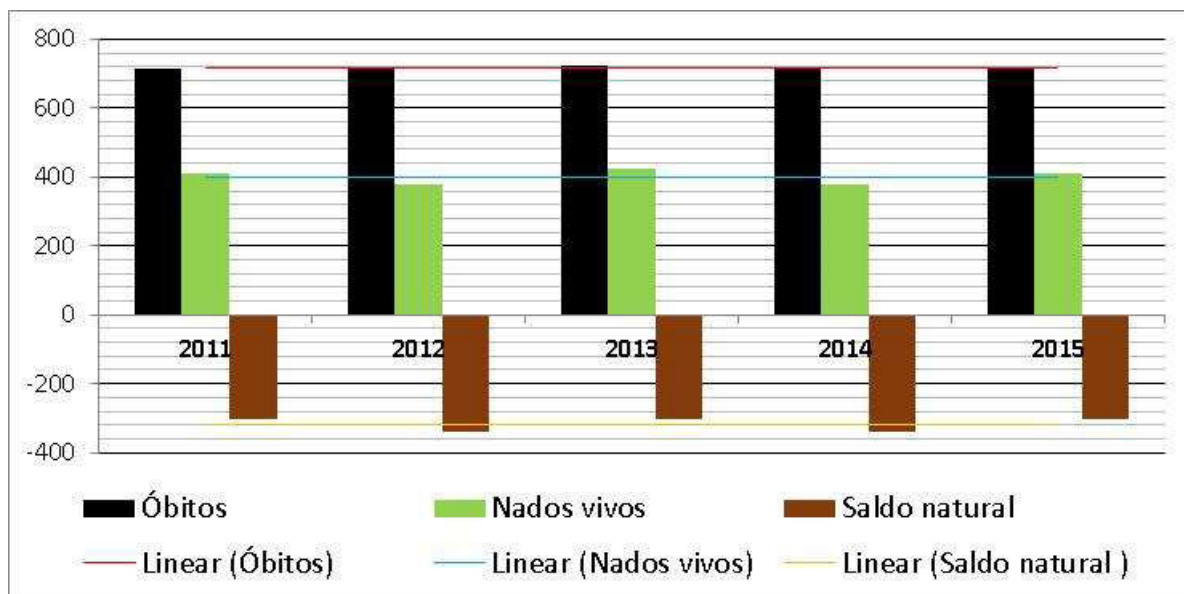
Os índices demográficos revelam uma população fortemente envelhecida e dependente que gera pressão sobre os recursos, problemas no mercado de trabalho e problemas de sustentabilidade nas políticas sociais e em alguns equipamentos que apoiam os grupos sociais dos jovens e dos idosos por razões opostas. Ao longo dos últimos 4 momentos censitários o índice de envelhecimento mais do que duplicou, o índice de dependência juvenil reduziu-se quase para metade e o índice de dependência dos idosos quase duplicou com a agravante de se terem degradado as condições de renovação da população ativa (Figura 11).

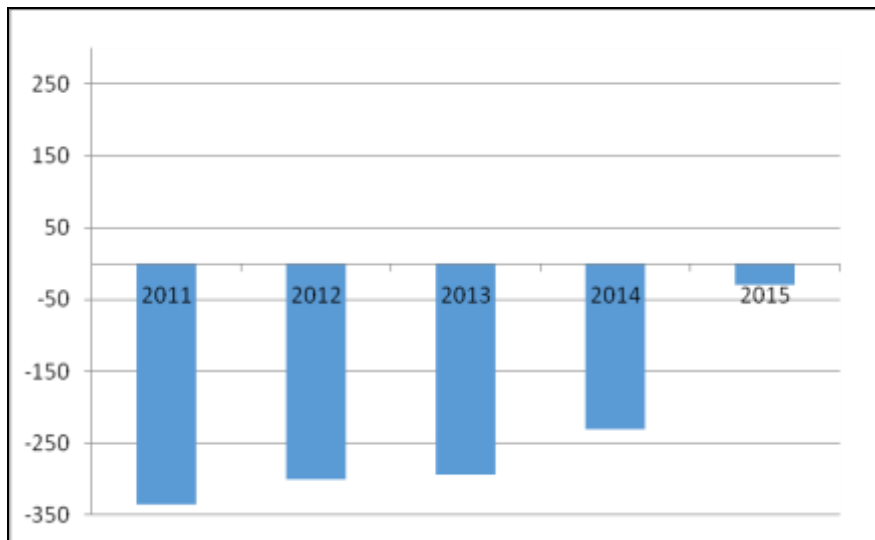


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991, 2001 e 2011.

Figura 11 - Evolução dos índices demográficos no concelho de Castelo Branco entre 1991 e 2011.

A situação ter-se-á agravado por via do registo permanente de saldos natural e migratório negativos entre 2011 e 2015, com uma perda média anual estimada em cerca de 600 indivíduos. Neste quinquénio o INE estima que a população ter-se-á reduzido mais de 2500 indivíduos no concelho de Castelo Branco por via destes dois movimentos (Figura 12).



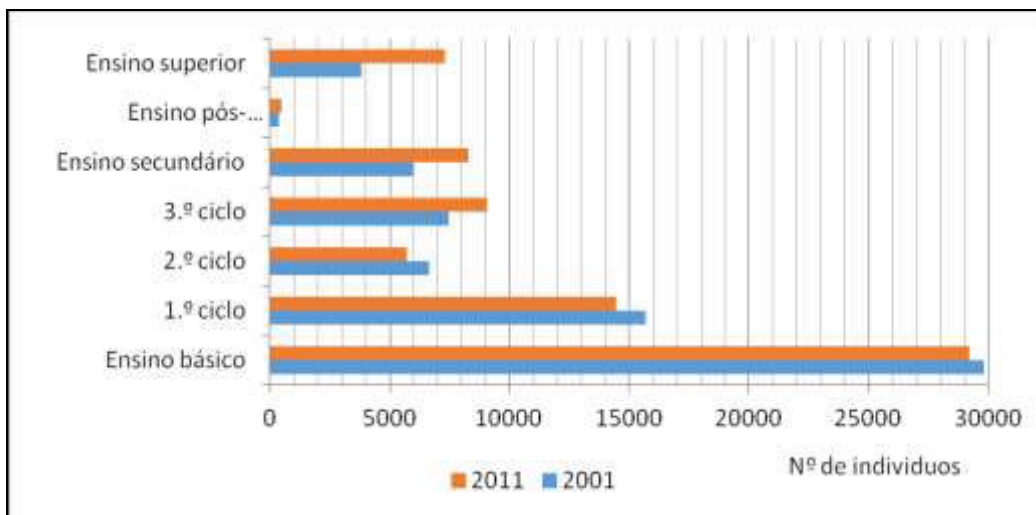


Fonte: INE, Estatísticas demográficas.

Figura 12 -Evolução dos saldos natural e migratório no concelho de Castelo Branco entre 2011 e 2015.

4.2.1 Níveis de escolaridade

A escolaridade da população residente registou melhoria em número de indivíduos com escolaridade e elevação dos níveis de escolaridade em relação a 2001. Em 2011 cerca de 11 mil indivíduos (19% da população residente) não detinham qualquer nível de escolaridade completo. Nos restantes cerca de 45 mil indivíduos com nível de escolaridade completo, salienta-se que cerca de 65% dispunham apenas do ensino básico e 16,2% dispunham de ensino superior (Figura 13).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 13 - Evolução dos níveis de escolaridade da população residente no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011.

4.2.2 População ativa

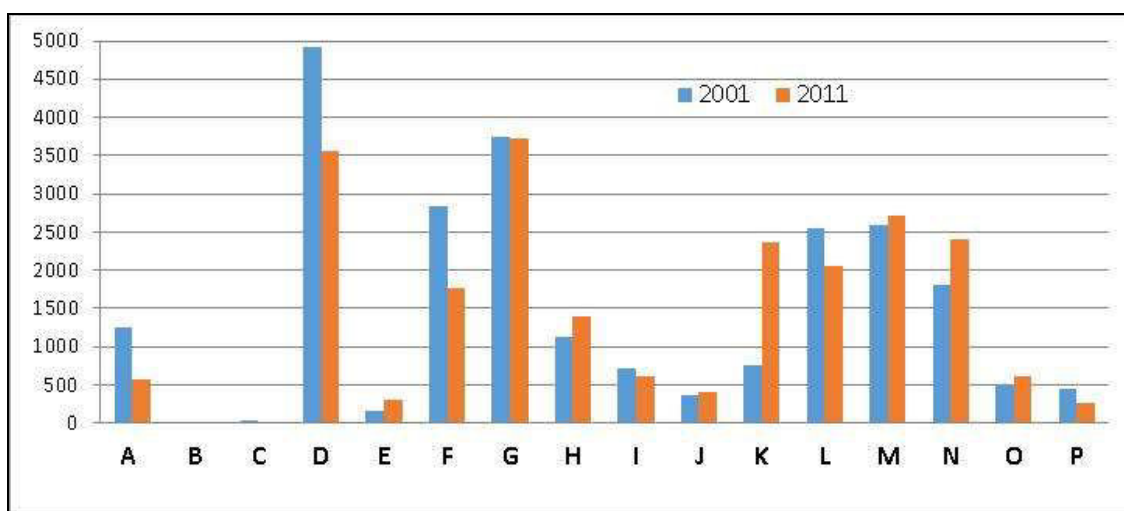
Segundo o INE, embora população ativa total tenha registado um acréscimo de 295 indivíduos em idade ativa, entre 2001 e 2011, a população empregada registou um decréscimo superior a 1000 ativos entre estes anos. A taxa de atividade manteve-se praticamente uma vez que o aumento da população residente se deu pelas duas vias aumento de ativos e de inativos, enquanto a taxa de desemprego quase duplicou de 5,4% em 2001 passou para 10,6% em 2011 (Quadro 16).

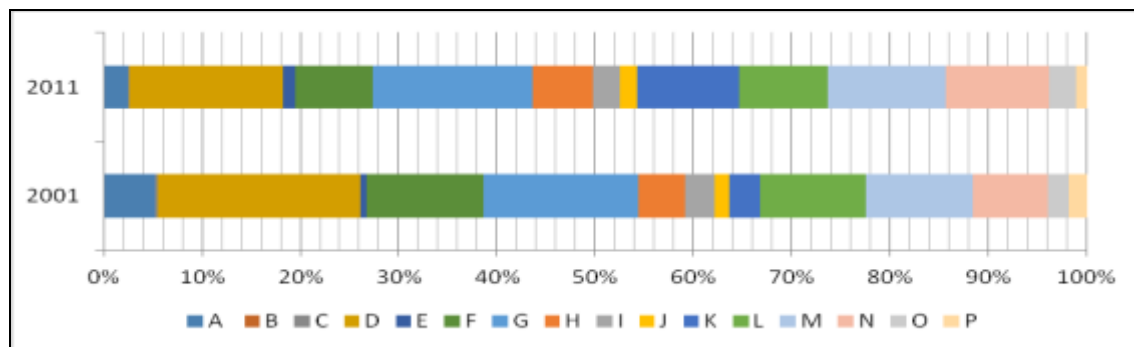
Indicador	2001	2011
População com Atividade Económica	25191	25486
População Inativa	30517	30623
Taxa de Atividade (%)	45,2	45,4
Taxa de desemprego (%)	5,4	10,6

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Quadro 16 - Evolução da população ativa no concelho de castelo Branco, entre 2001 e 2011.

A diminuição da população ativa empregada ocorreu sobretudo no número de ativos nos ramos da Indústria Transformadora (-1366 ativos), da Construção (-1058) e da Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura (-685), tendo sido parcialmente compensada pelos ramos das Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (+ 1616 ativos), Saúde e Ação Social (+590) e do Alojamento e Restauração (+ 271). O ramo de atividade mais representativo em termos de número de ativos em 2011 era o ramo do Comércio enquanto em 2001 passou a ser a Indústria Transformadora (Figura 14).





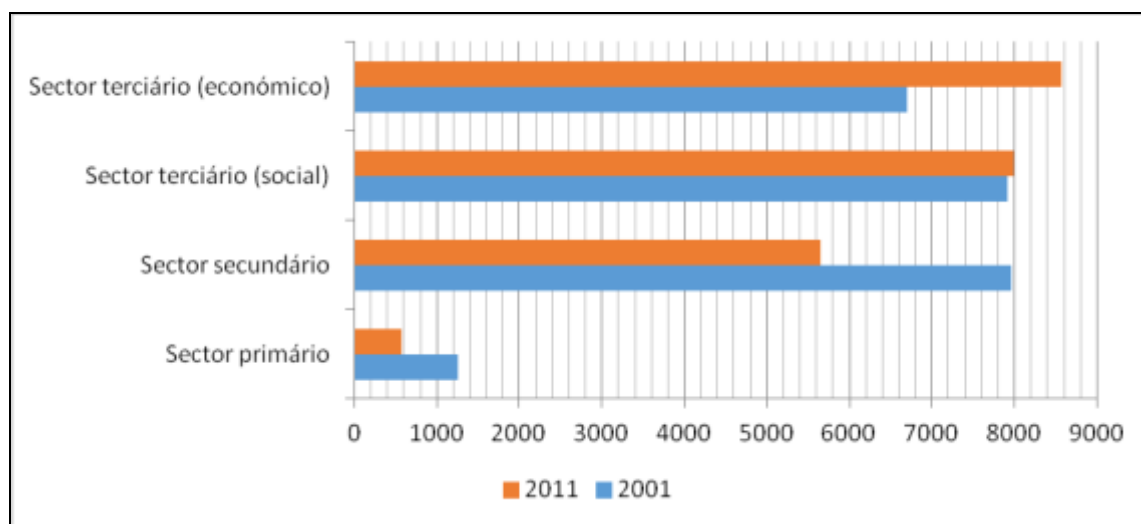
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

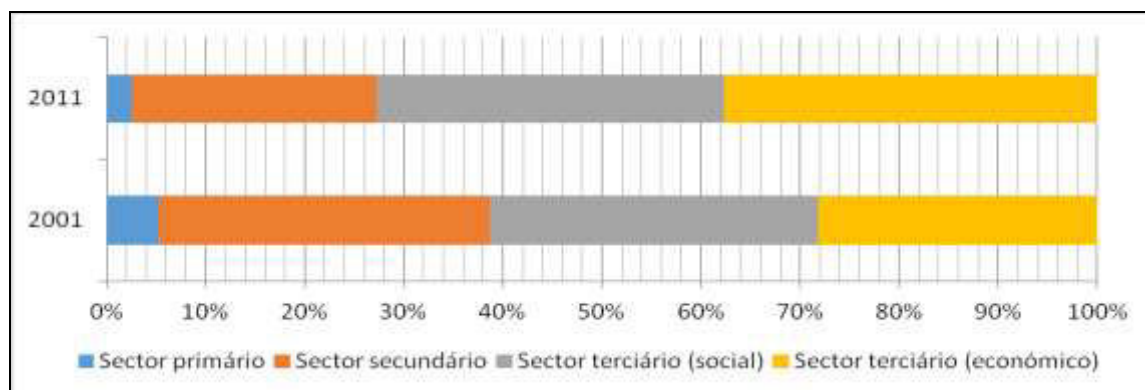
Legenda:

A-Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura; **B**-Pesca; **C**-Indústrias Extrativas; **D**-Indústrias Transformadoras; **E**-Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água; **F**-Construção; **G**-Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico; **H**-Alojamento e Restauração; **I**-Transportes, Armazenagem e Comunicações; **J**-Atividades Financeiras; **K**-Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas; **L**- Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; **M**- Educação; **N**- Saúde e Ação Social; **O**-Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais; **P** – Famílias com Empregados Domésticos; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

Figura 14 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011

Tanto o setor primário como o setor secundário registaram uma forte quebra do número de ativos contrariamente ao terciário que registou um forte incremento no subsector económico (+1869 ativos). No global o setor terciário representava, em 2011, mais de 75% do total de ativos (Figura 15).

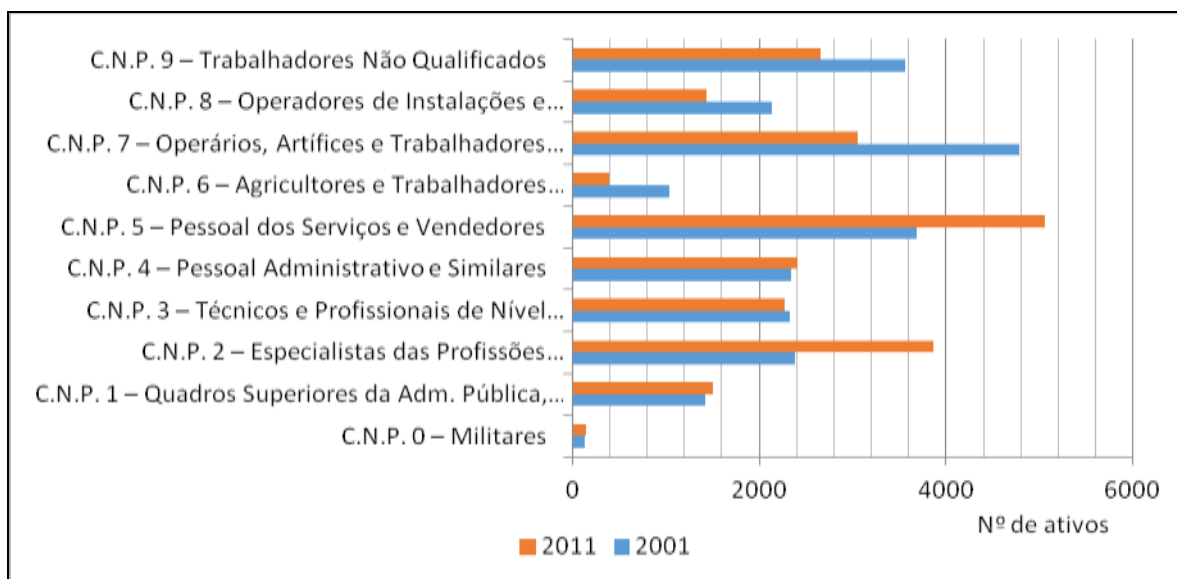




Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 15 - Evolução da população residente ativa empregada por ramos de atividade no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011

Em termos de profissões há que salientar alguns aspetos; a forte subida do Pessoal dos Serviços e Vendedores, que eram já as profissões maioritárias (22,2% do total de ativos) e dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas que passaram a ser o segundo grupo mais representativo (16,6%), contrariamente em 2011 em que as profissões mais representadas correspondiam às dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (20,1%) (Figura 16).



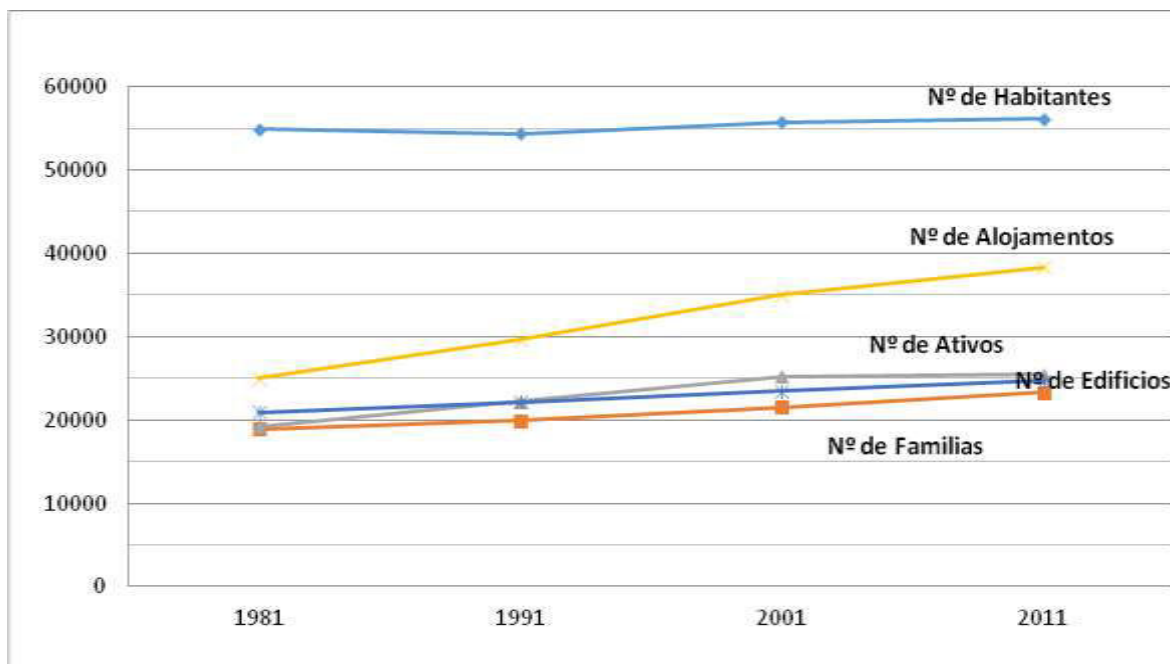


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 16 - Evolução da população residente ativa empregada por profissões no concelho de Castelo Branco entre 2001 e 2011.

4.3. Povoamento e estrutura territorial

Ao longo dos últimos 4 momentos censitários o concelho de Castelo Branco registou ritmos de crescimento diferenciados em termos de habitantes e de ativos (crescimentos lentos), de famílias e edifícios (crescimentos elevados) e de alojamentos (crescimento muito elevados), o que poderá indiciar, em conjunto com os indicadores demográficos, uma fase de maturação caracterizada pela estagnação (Figura 17).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981,1991,2001 e 2011.

Figura 17 - Evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios no concelho de Castelo Branco

A taxa de ocupação dos alojamentos tem vindo a diminuir de forma constante apresentando em 2011 um valor próximo dos 40% o que significa um número elevado de alojamentos não ocupados com residência habitual. (Quadro 17).

Uma avaliação mais fina deste quadro concelhio permite constatar que a estratégia definida no quadro do PDMCB, que assentava na concentração espacial dos investimentos a realizar e no potencial das “vantagens da polarização do território municipal em torno da cidade de Castelo Branco, apostando nos efeitos induzidos dispersos da concentração de oportunidades ao longo do IP2”, tem vindo a ser concretizada e a registar efeitos cumulativos ao longo do tempo.

	1981	1991	2001	2011
Nº de Famílias/ Nº de Alojamentos *	75.7	67.2	61.6	60.8
Nº de Habitantes/Nº de famílias **	2.9	2.7	2.6	2.4
Nº de alojamentos/Nº de Edifício	1.2	1.3	1.5	1.6
Nº de Ativos/Nº de Habitantes***	35.0	41.0	45.2	45.4
Nº de Famílias/Nº de Ativos	98.6	89.4	85.5	91.3

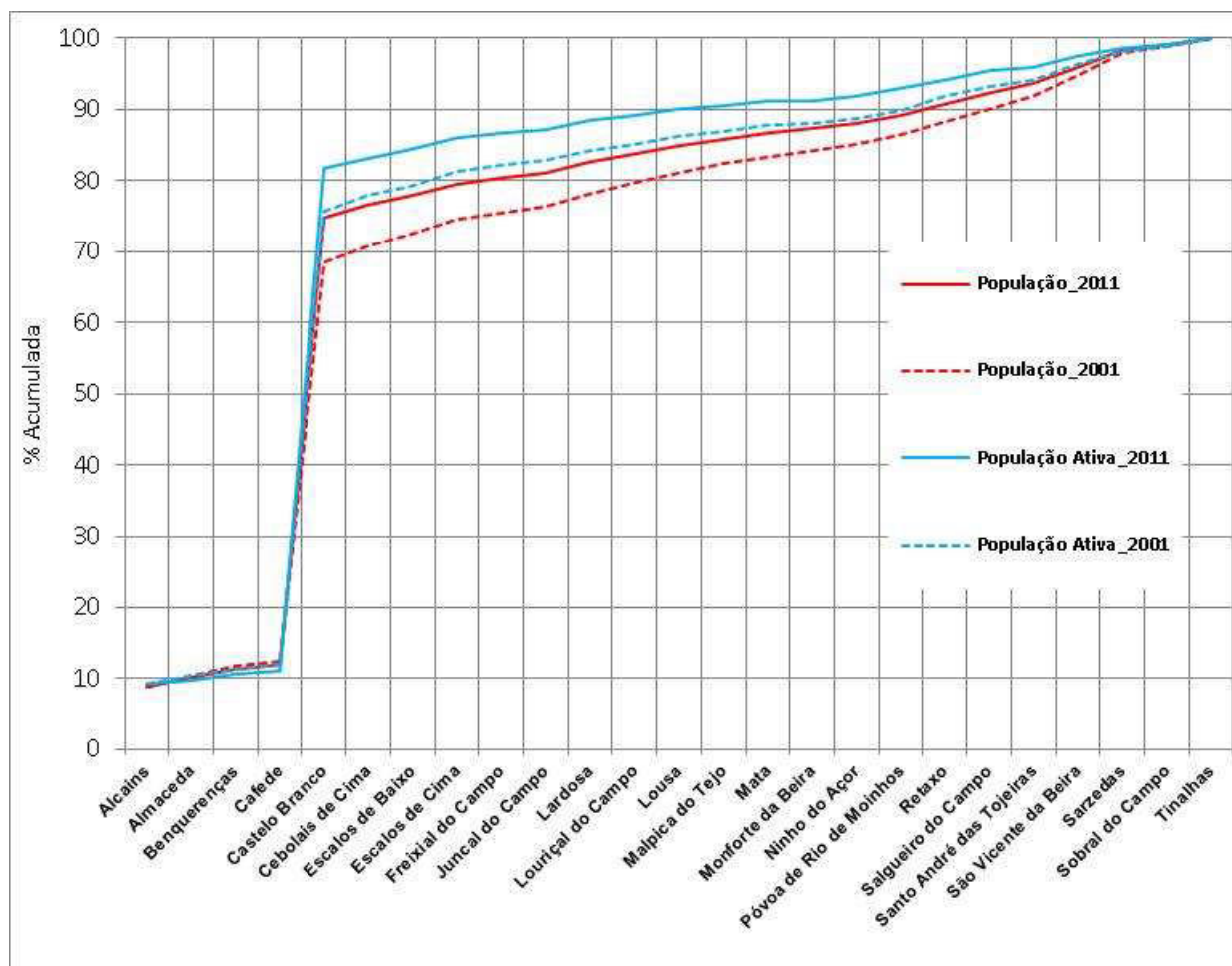
* Taxa de ocupação dos alojamentos (%)** Dimensão média da família *** Taxa bruta de atividade (%)

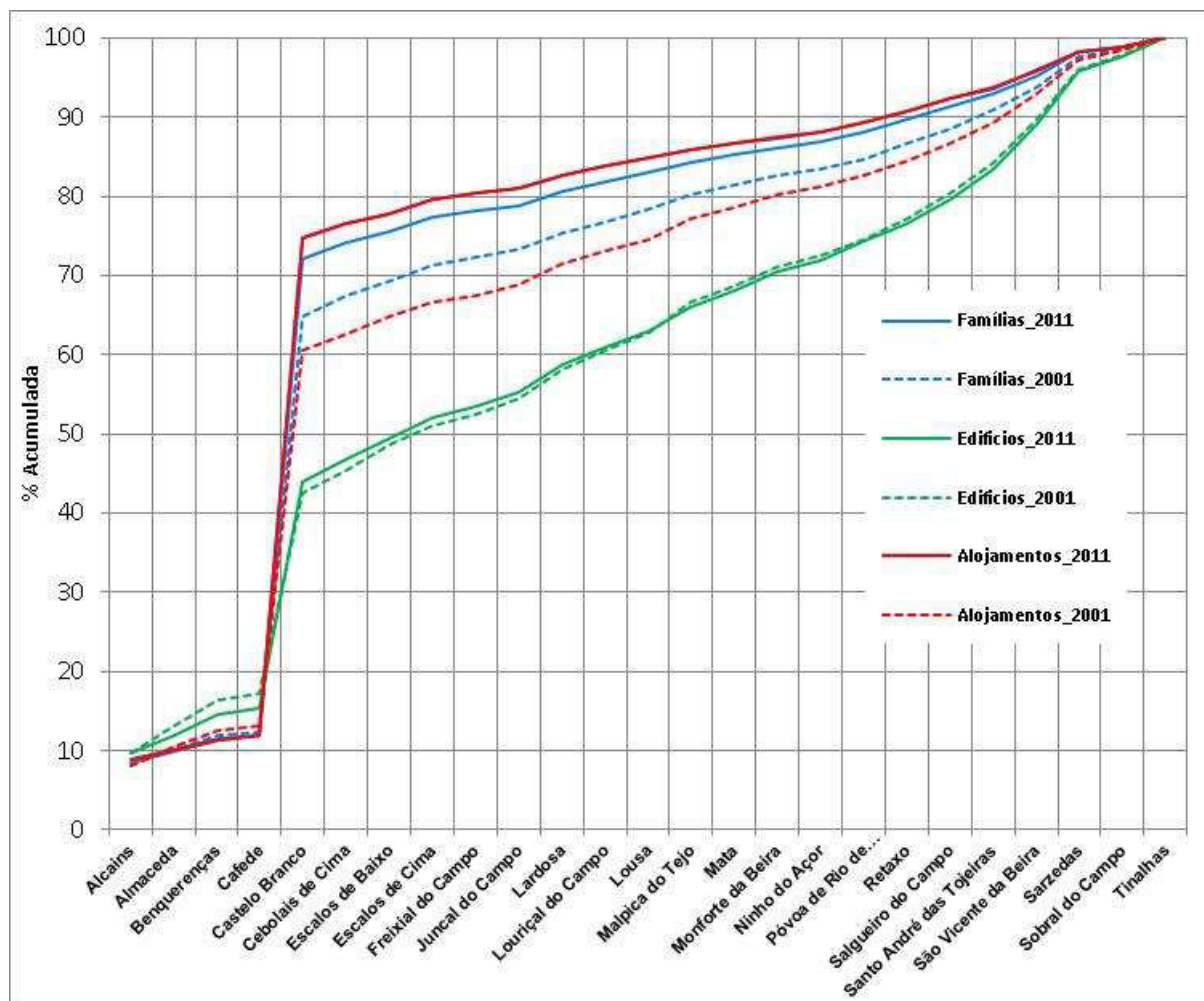
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981,1991,2001 e 2011.

Quadro 17 - Evolução dos diversos indicadores no concelho de Castelo Branco

Entre 2001 e 2011, apenas 2 freguesias registaram aumentos do número de residentes e do número de famílias (Castelo Branco e Alcains), uma freguesia registou incremento da população ativa (Castelo Branco), 14 freguesias registaram aumentos do número de alojamentos e em todas as freguesias ocorrem, embora de forma muito diferenciada, aumento do número de edifícios (Anexos II e III).

Em 2011 as freguesias de Castelo Branco, Retaxo/Cebolais de Cima e Alcains concentravam já 75% da população residente, 81,3% da população ativa, 72,4% das famílias, 75% dos alojamentos e 43,3% dos edifícios do concelho. Esta proporção aumentou em relação a 2001 (Figura 18).





Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 18 - Distribuição percentual acumulada da população residente, população ativa, famílias, alojamentos e edifícios nas freguesias do concelho de Castelo Branco, em 2011.

Entre 2001 e 2011 apenas 4 aglomerados registaram aumentos de população residente e do número de famílias, 44 registaram aumento do número de alojamentos e 46 aglomerados aumentaram o número de edifícios. Em 2011, Castelo Branco e Alcains, em conjunto, representavam já 70,5% da população residente, 65,5% das famílias, 68,9% dos alojamentos e 34,8 do total dos edifícios do concelho (Anexos IV e V).

A estrutura territorial é constituída por um número elevado de muitos pequenos aglomerados de população. Dos 121 aglomerados estatísticos identificados no censo de 2011, apenas 2 ultrapassavam os 2000 habitantes (Castelo Branco, 34639 e Alcains, 4902). Cebolais e Retaxo, em conjunto, não alcançavam os 2000 habitantes (1785). No escalão 500-1000 habitantes foram recenseados 8



aglomerados e entre 100 e 500 habitantes 19 aglomerados. Abaixo dos 100 habitantes foram recenseados 90 aglomerados populacionais.

Outro facto relevante também é que, embora a população residente isolada, de acordo com o critério aplicado nos censos, se tenha reduzido entre aquelas duas datas 6,6% (-95 indivíduos), o número de famílias isoladas aumentou 8,1% (+43), o número de alojamentos aumentou 18% (+232) e o número de edifícios aumentou 22% (+272), o que indicia um aumento da dispersão da edificação e da procura de habitação secundária no concelho, uma vez que as taxas de ocupação dos alojamentos é relativamente baixa (63,8% em Alcains e 72,4% em Castelo Branco).

4.4. Reabilitação, requalificação e regeneração urbanas

No período de vigência do PDMCB foram empreendidas diversas ações de reabilitação, requalificação e regeneração urbanas em diversos aglomerados do concelho, designadamente nas sedes de freguesia e com especial incidência na cidade de Castelo Branco, no quadro do Plano Estratégico Castelo Branco 2020 e do Programa POLIS Castelo Branco e mais tarde do Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco.

As intervenções de requalificação urbana e ambiental da cidade incidiram sobretudo na melhoria da qualidade dos espaços e equipamentos públicos. A intervenção no quadro do Programa POLIS consistiu numa intervenção integrada de requalificação urbana, e de valorização ambiental do centro cívico e histórico, que envolveu a criação e recuperação de 26.352 m² de espaço público, a criação de 850 lugares de estacionamento à superfície e subterrâneo (na Praça da Devesa), a pedonalização e condicionamento de trânsito em 14.500 m² de arruamentos, a criação de ciclovias, a criação de novos equipamentos, a renovação do Parque da Cidade, bem como a reabilitação de 21 edifícios, numa área total de 38.092 m².

No quadro do Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco – RE:GENERAR, intervenção de requalificação do espaço público foi alargada ao centro cívico tendo sido criados novos equipamentos, como o Centro Coordenador de Transportes ou o Centro de Interpretação do Jardim do Paço Episcopal, e reabilitado diverso património construído, como as Capelas da Senhora da Piedade e do Espírito Santo.

No quadro do programa Aldeias de Xisto e numa lógica de preservação da imagem urbana, associada ao turismo e ao comércio local, privilegiando a arquitetura tradicional/erudita e a envolvente paisagística a CMCB, classificou os aglomerados de Martim Branco e das Sarzedas como aldeias de xisto, com vista a



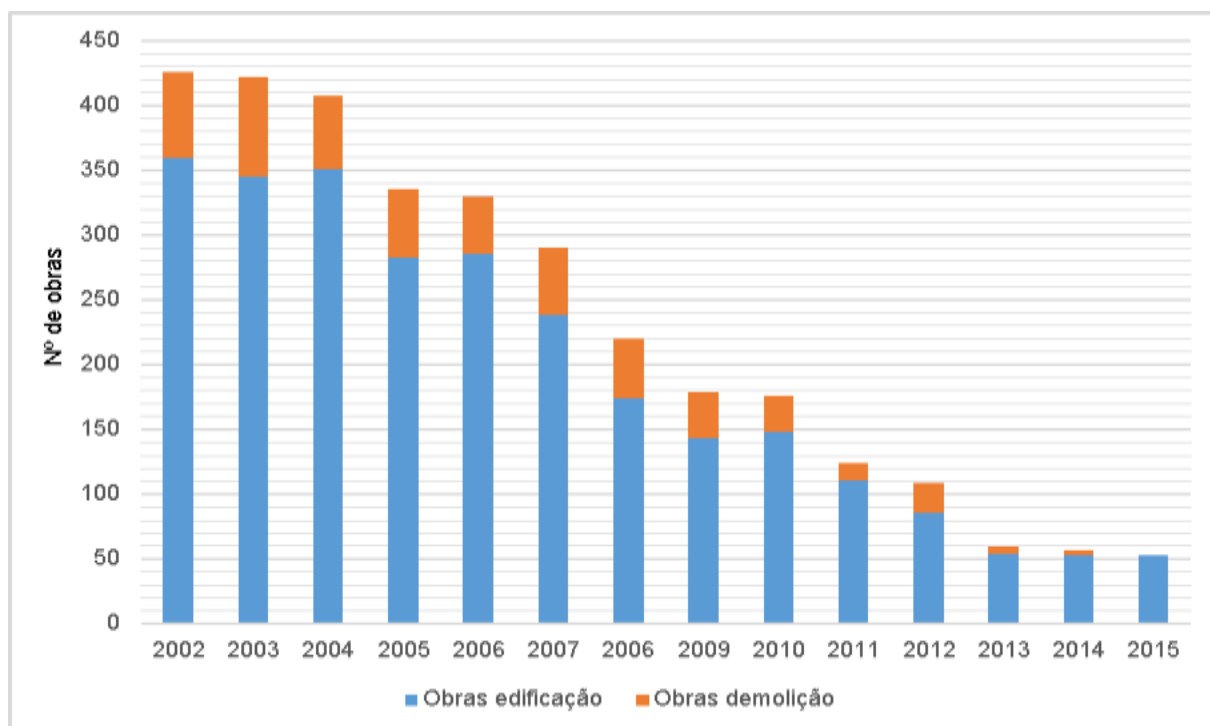
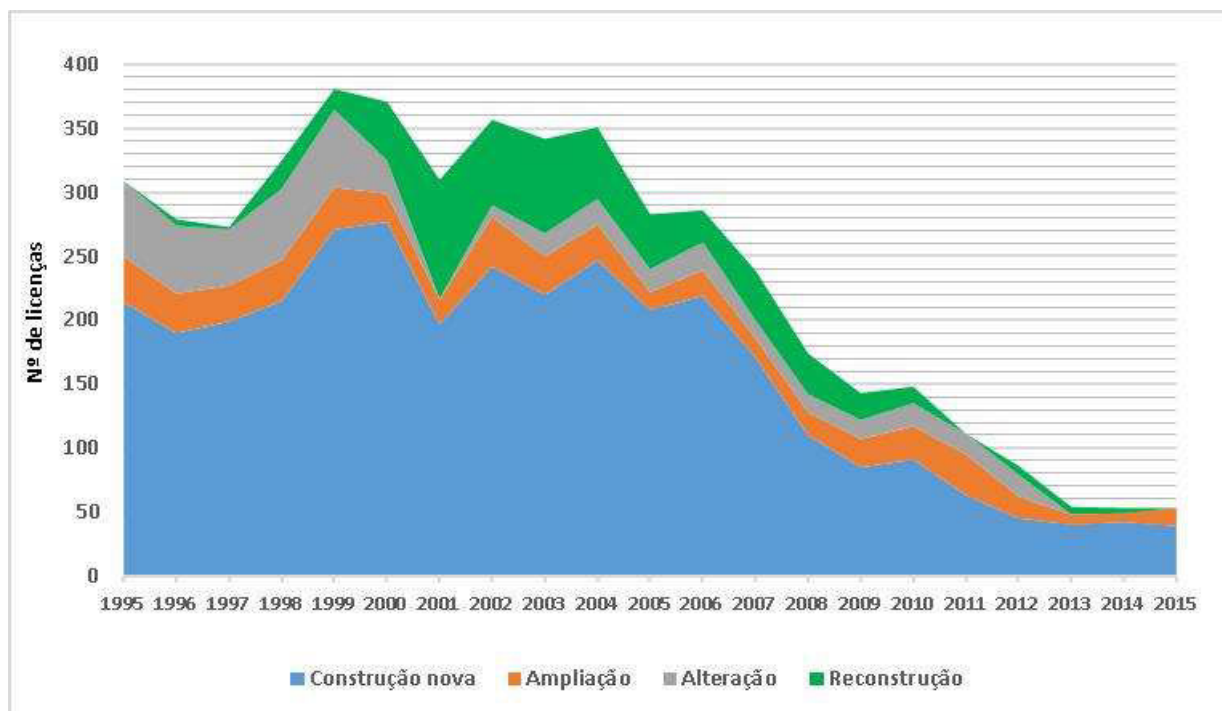
preservar, recuperar e valorizar o tecido urbano e o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico. Além das intervenções efetuadas no espaço e edifícios públicos foi aprovado o Regulamento das Aldeias de Xisto (Regulamento n.º 259/2014, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 120 — 25 de junho de 2014), com vista ao controlo e à disciplina das alterações ao tecido existente e propor alternativas de reabilitação com vista à melhoria da qualidade da imagem urbana dos aglomerados.

Foram também realizadas diversas operações de reabilitação, requalificação e de alargamento da oferta de espaço público e intervenções em edifícios públicos na maioria dos aglomerados urbanos do concelho.

Mais recentemente, no quadro do Plano Estratégico Castelo Branco 2030 e do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro), foi aprovada o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Castelo Branco (Aviso n.º 6821/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 104 — 31 de maio de 2016), no âmbito qual foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Castelo Branco (Aviso n.º 11625/2015, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 199 — 12 de outubro de 2015) e a consequente Operação de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Castelo Branco, a concretizar no horizonte de 15 anos.

4.5. Edificado

O ritmo da concessão de licenças para a edificação apresenta uma tendência acentuada de decréscimo a partir de 2004. Em 2015 o número de licenças concedido era nove vezes inferior ao concedido em 2002 (Figura 19). Em termos relativos verifica-se tendência para a perda de peso das licenças concedidas para construções novas. No total das séries consideradas as licenças concedidas para demolições representaram 16% do total e no conjunto, as licenças para ampliações, alterações e reconstruções, representaram 31,4% do total.

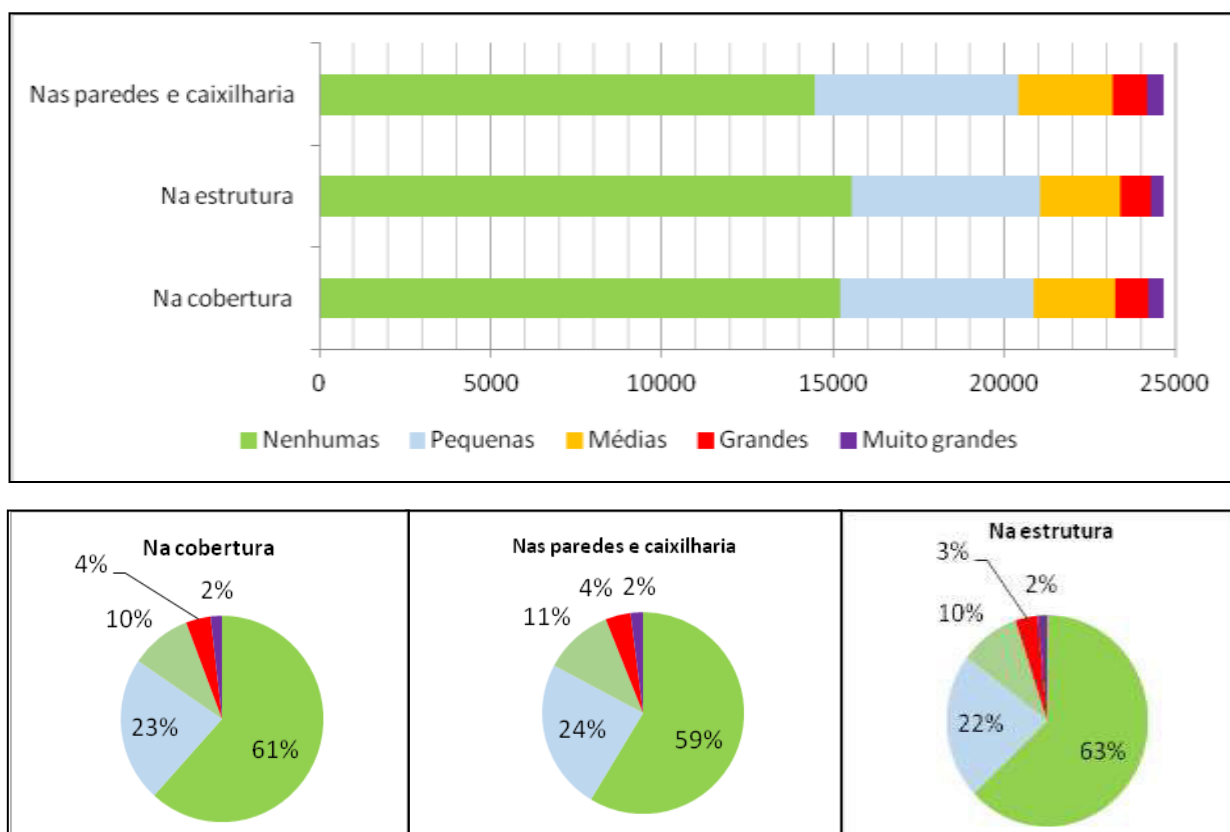


Fonte: INE, Estatísticas da construção.

Figura 19 - Evolução do nº de licenças concedidas por tipo de obra no concelho de Castelo Branco



Dos 24669 edifícios recenseados em 2011, cerca de 84% foram construídos até 1995, altura em que o PDMCB entrou em vigor, e 44,6% do total tinha idade superior a 40 anos proporção essa que em termos gerais corresponde à percentagem de edifícios que necessitava de reparações na cobertura (39%), na estrutura (37%) e nas paredes e caixilharias (61%) (Figura 20)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2011.

Figura 20 - Necessidades de reparação dos edifícios no concelho em Castelo Branco, em 2011



5. Avaliação da execução

5.1. Ações propostas

Conforme referido no ponto 3.3. o PDMCB contém uma lista de 144 ações a desenvolver nas zonas operacionais em diversos domínios. Para além desta lista foram ainda identificadas, nos diversos estudos que constituem o PDMCB, 30 outras propostas de ações a desenvolver algumas delas sem uma localização definida (Anexo I).

Com vista à avaliação dos resultados estabelece-se uma metodologia que identifica o documento do PDMCB onde a proposta é mencionada, a natureza da ação (material ou imaterial ou mista), grau de execução da proposta em três níveis (**N**- Nulo, **P**- Parcial, **T**- Total), e a responsabilidade da execução da ação (CMCB ou outro). No final são estabelecidas algumas observações quando necessário (Anexo I).

Ao longo de 23 anos de vigência do PDMCB, muitas das ações propostas foram substituídas por outras semelhantes ou substitutas, outras perderam pertinência e outras encontram-se completamente desajustadas e outras foram reajustadas, quer em termos concetuais quer de localização.

No total das 175 propostas, 39 eram de natureza Imaterial, 18 de natureza Mista e 118 de natureza Material. Em relação às propostas de ações Imateriais não se avaliou o grau de execução a não ser que as evidências não deixem qualquer dúvida relativamente a isso e sempre que tal aconteça é mencionado. Em relação às ações de natureza Mista, sempre que possível é referido o grau de execução e em relação às ações de natureza Material é sempre apontado o grau de execução. Estas notações são eventualmente complementadas por alguma observação.

Nas propostas de natureza Material, 17 foram classificadas como não executadas (N), 48 parcialmente executadas (P) e 53 totalmente executadas (T). Nas propostas de natureza Mista, 1 foi considerada não executada (N), 7 parcialmente executadas e 5 totalmente executadas (T)., o que é revelador de um grau de execução de propostas relativamente elevado (Anexo I).

5.2. Planeamento urbanístico na área abrangida pelo PDMCB

Conforme referido no ponto 3.5 o PDMCB estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Pormenor para as Áreas Urbanas a Recuperar, todos os Espaços Industriais e todos os Espaços de Desenvolvimento Turístico, e a orientação preferencial para que a transformação dos Espaços



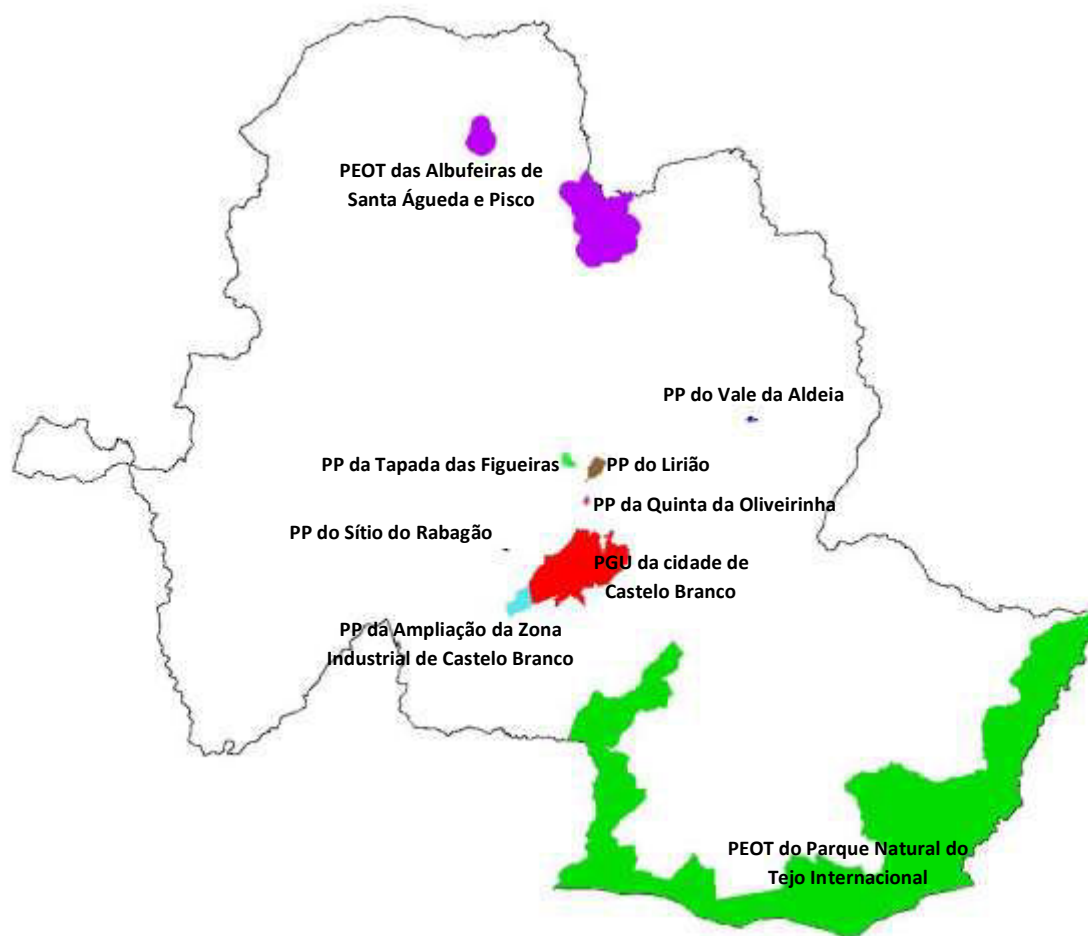
urbanizáveis fosse precedida da aprovação de PU ou PP. Propunha ainda a elaboração de Planos de Recuperação e Salvaguarda em Alcains, Castelo Branco, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo e S. Vicente da Beira. De acordo com o quadro que se segue verifica-se que foram desenvolvidos apenas em parte alguns daqueles instrumentos previstos no PDMCB.

Previsto/Proposto	Realizado
Espaços Urbanizáveis Delimitados 2 áreas em Castelo Branco Delimitados 2 áreas em Alcains	Não foi desenvolvido qualquer plano
Áreas Urbanas a Recuperar Delimitadas 5 áreas: 2 em Ribeiro da Seta; 2 na Tapada das Figueira e uma no Lirão	Plano de Pormenor do Lirão Plano de Pormenor da Quinta da Oliveirinha Plano de Pormenor de Recuperação da Tapada das Figueiras Plano de Pormenor do Sítio do Barragão
Identificadas 5 zonas de interesse patrimonial Delimitar nos aglomerados de Alcains, Castelo Branco, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo e S. Vicente da Beira e Aprovar Planos de Recuperação e Salvaguarda	Plano de Pormenor da Zona Histórica e Devesa da Cidade de Castelo Branco Delimitada a Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Castelo Branco Classificadas como Aldeias de Xisto: Martim Branco e Sarzedas
Espaços de desenvolvimento turístico Delimitados 4 áreas: 2 nas margens do Rio Ocreza, 1 na margem do Rio Ponsul e 1 na Envolvente à Barragem de Sta Águeda.	Não foi elaborado qualquer Plano de Pormenor Aprovado o Plano Especial de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional Aprovado o Plano Especial de Ordenamento das Albufeiras de Sta Águeda e do Pisco
Espaços Industriais Delimitados 5 áreas Industriais: A norte e sul de Alcains, no aglomerado de Alcains; Reta do Lanço Grande e Castelo Branco.	Plano de Pormenor da Ampliação da Zona Industrial de Castelo Branco

Fonte: CMCB

Quadro 18 - Planos de Pormenor previstos no PDMCB e realizados

Considerando a classificação estabelecida na Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio) para os instrumentos de gestão territorial, na área de intervenção do PDMCB encontram-se em vigor, 2 programas especiais de ordenamento do território (Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOPT) do Parque Natural do Tejo Internacional e Plano Especial de Ordenamento (PEOT) das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco), um Plano de Urbanização (PGU da cidade de Castelo Branco), e 14 PPs, totalmente inseridos na área de intervenção do PGU e 6 PPs fora da área de intervenção deste (Figura 21).



Fonte: CMCB

Figura 21 - Programas e Planos em vigor na área de intervenção do PDMCB

5.3. Património classificado

Os estudos do PDMCB identificam o edifício da Biblioteca Municipal (antigo edifício dos Paços do Concelho), localizado na Praça de Camões em Castelo Branco e o edifício da Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira (antigo edifício dos Paços do Concelho), localizado na Praça em S. Vicente da Beira como imóveis com interesse patrimonial a classificar, que ainda não foram classificados.

No período de vigência do PDMCB foram classificados os seguintes imóveis conjuntos:

1. Monumento Nacional:

1.1 Paço Episcopal de Castelo Branco:

Anúncio n.º 334/2013, DR, 2.ª série, n.º 209, de 29-10-2013

Localização: Rua Bartolomeu da Costa



2. Monumento de Interesse Público:

2.1. Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco

Portaria n.º 630/2012, DR, 2.ª série, n.º 211, de 31-10-2012

Localidade: Praça do Município

3. Imóveis de Interesse Público:

3.1. Casa de Alcains (Trigueiros de Aragão):

Dec. N.º 5/2002 de 19 de Fevereiro;

Localização: Rua Conde de Idanha-a-Nova, nº (s) 99,100,102 e 104, Alcains.

3.2. Casa do Arco do Pelame ou Arco do Bispo:

Dec. N.º 5/2002 de 19 de Fevereiro;

Localização: Praça Camões, nº (s) 11 e 12, Castelo Branco.

3.3. Solar dos Goulões:

Dec. N.º 5/2002 de 19 de Fevereiro;

Localização: Rua das Fontainhas, nº 1 e Rua Dr. Vicente J. D. Sanches, Alcains.

4. Imóveis de Interesse Municipal:

4.1. Aldeia da Azinheira:

Despacho de 15/05/2003;

Localização: Entre o Monte das Olelas, a Ribeira Líria e o Rio Ocreza, a 7 km de Castelo Branco.

4.2. Casa de Valverde:

Aprovado em Assembleia Municipal em 19/12/2001;

Localização: Largo João Cristóvão, Caféde.

4.3. Monte de S. José:

Despacho de 15/05/2003;

Localização: Póvoa de Rio de Moinhos e Lardosa.

4.4. Palácio do Séc. XVIII – Solar dos Cavaleiros:

Despacho de 28/02/1997;

Localização: Rua dos Cavaleiros, nº 23, Castelo Branco.



4.5 Imóvel sito na Praça da República, 23 e 25:

Edital n.º 119/2007 de 20-07-2007 da CM de Castelo Branco

Localização: Escalos de Baixo e Mata

4.6 Património Geológico situado próximo de «Castelo Velho

Edital n.º 64/2005 de 6-04-2005 da CM de Castelo Branco

Localidade: Louriçal do Campo

4.7 Imóvel no Largo de Nossa Senhora das Neves, 13 e 15

Edital n.º 118/2007 de 20-07-2007 da CM de Castelo Branco

Localidade: Escalos de Baixo e Mata

Segundo ao CMCB, encontravam-se em vias de classificação como imóvel de interesse público:

Estação Arqueológica do Monte de São Martinho

Despacho de 14/02/1989

Localização: Monte de São Martinho a sul de Castelo Branco

5.4. Equipamentos

Para avaliação da execução do plano em termos de equipamentos coletivos consideraram-se 6 tipologias de equipamentos que constam dos quadros em anexo (Anexos VI a XI): ensino, cultura, desporto, saúde, solidariedade social, e segurança e proteção civil.

Durante o período de vigência do PDMCB ocorreram alterações significativas em termos de critérios de classificação e de tipologias de equipamentos entre a situação de partida e a situação atual em todos os setores considerados, pelo que a comparação entre os dois momentos temporais nem sempre é possível e por esse motivo não constituirá preocupação central nesta avaliação.

A informação constante dos quadros anexos foi confirmada pela CMCB.

Em alguns setores registou-se um adensamento significativo da rede de equipamentos no concelho, tanto em número, como em diversidade, como em aglomerados populacionais abrangidos, enquanto em outros setores, como a infância e a educação, à semelhança do que aconteceu no território nacional, assistiu-se à diminuição do número de unidades. Esta evolução, em sentido contrário, resulta do contexto demográfico caracterizado pela estagnação dos efetivos populacionais mas com alterações



estruturais muito significativas no que se refere à estrutura etária, e num contexto territorial caracterizado pela concentração da procura de equipamentos na cidade de Castelo Branco.

A oferta de equipamentos de ensino relacionados com a infância e com o ensino básico sofreu uma quebra significativa, existindo atualmente no concelho 29 unidades de equipamentos relacionados com a infância, 26 estabelecimentos de ensino básico do 1º ao 3º ciclo, 3 estabelecimentos de ensino secundário, 6 estabelecimentos de ensino profissional, 1 do ensino artístico e 2 do ensino especial (Anexo VI). Quanto ao ensino superior existem no município 5 de escolas integradas no IPCB.

No setor da cultura, existem no concelho 2 centros culturais, 12 bibliotecas, 1 pousada da juventude, 14 centros de atividades de tempos livres, 76 espaços para espetáculos/convívio e 11 museus (Anexo VII)

Em termos de desporto a rede de equipamentos e constituída por 31 campos de futebol não relvados, 5 campos de futebol com relva sintética, 1 campo de futebol relvado, 17 campos de ténis, 3 pistas de atletismo, 3 campos de tiro, 3 piscinas cobertas, 9 piscinas descobertas, um parque de desportos motorizados, 39 polidesportivos, 2 circuitos de manutenção, 1 espaços destinado a veículos não motorizados e 15 pavilhões/ginásios cobertos (Anexo VIII).

O setor da saúde dispõe de 1 hospital distrital, 3 centros de saúde com 24 extensões, 19 farmácias e 5 postos de medicamentos (Anexo IX).

No âmbito da solidariedade social funcionam no concelho 9 creches/jardim-de-infância, 12 lares para idosos, 10 centros de convívio para idosos, 23 centros de dia para idosos, 4 lares para crianças e jovens e 4 lares/centros de apoio a pessoas com deficiência (Anexo X).

No setor da segurança e proteção civil encontram-se no concelho uma unidade da Polícia de Segurança Pública, 7 unidades da Guarda Nacional Republicana, 1 quartel de bombeiros e 2 postos de vigia (Anexo XI).

5.5. Infraestruturas rodoviárias e ferroviárias

A informação disponibilizada pela CMCB não permite caracterizar com rigor adequado e necessário em termos quantitativos o stock de infraestruturas rodoferroviárias disponíveis no município, quer na situação de partida quer na situação de chegada. Tendo em conta a classificação das rodovias estabelecidas no PRN2000 e a medição efetuada com base nos vetores existentes na Carta Militar de Portugal à escala 1:25000, no município existem cerca de 34 km de Autoestrada (A23) que o atravessam no sentido Norte-Sul, 15 km de Itinerário Complementar (IC31), 16 km de Estradas Nacionais, 122 km



de Estradas Regionais. A rede municipal pavimentada é constituída por cerca de 190 km de Estradas Municipais e 401km de Caminhos Municipais (Quadro 19 e Figura 22).

No período de vigência do PDMCB as intervenções efetuadas ao nível destas infraestruturas de transporte traduziram-se num aumento significativo da oferta de vias rodoviárias na área do município de Castelo Branco, da disponibilização de infraestruturas rodoviárias pavimentadas em todos os aglomerados do município independentemente da sua dimensão, que teve como consequência um aumento generalizado das acessibilidades que proporcionam, por via da redução dos tempos de percurso, uma melhoria da conectividade intra, intermunicipal e regional e a melhoria das condições de circulação e segurança.

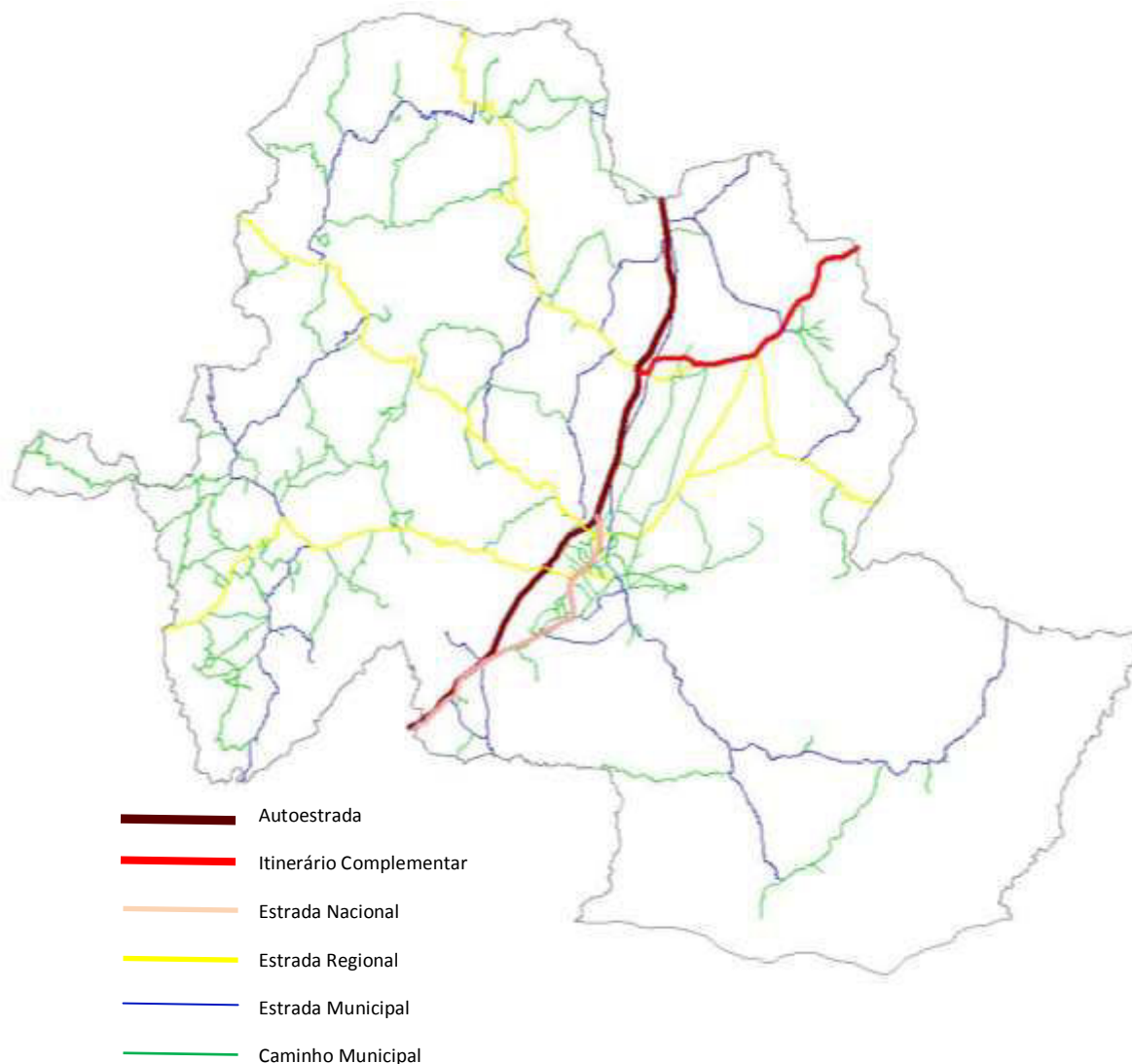
Tipologia das Rodovias	Extensão (km)
Autoestrada	34
Itinerário Complementar	15
Estradas Nacionais	16
Estradas Regionais	122
Estradas Municipais	190
Caminhos Municipais	401

Fonte: Carta Militar de Portugal à escala 1:25000

Quadro 19 - Extensão da rede viária atual pavimentada no concelho de Castelo Branco por tipologia de via.

As principais intervenções a registar foram:

- a) Eletrificação da rede ferroviária, linha da Beira Baixa;
- b) Construção da Autoestrada da Beira Interior (A23) e dos respetivos acessos num total de cinco na área do município;
- c) Construção de vias rodoviárias entre aglomerados do município de Castelo Branco e os municípios vizinhos; todos os aglomerados do município dispõem de acesso por via asfaltada;
- d) Reperfilamento e correção de traçados de algumas vias existentes;
- e) Construção de variantes a alguns aglomerados do município;
- f) Construção de acessos rodoviários asfaltados a equipamentos/infraestruturas/ santuários não inseridos em malha urbana;
- g) Extensão e melhoria das malhas urbanas existentes em diversos aglomerados;
- h) Construção do Centro Coordenador de Transportes;
- i) Melhoria das infraestruturas do sistema público de transporte urbanos da cidade de Castelo Branco.



Fonte: CMCB

Figura 22 - Rede viária pavimentada existente no concelho de Castelo Branco por tipologia de via (sem escala).

5.6. Infraestruturas de abastecimento de água

No início da década de 90, o abastecimento público de água no concelho de Castelo Branco, era manifestamente insuficiente quantitativa e qualitativamente, e caracterizava-se pela existência de dois sistemas fundamentais de abastecimento com origem nas nascentes da Serra da Gardunha e na albufeira da Barragem do Pisco. Estava previsto a muito curto prazo a entrada em funcionamento da Barragem da Marateca.

Um número muito significativo de aglomerados não dispunham de sistema de abastecimento público de água e em alguns aglomerados em que existia sistema público de abastecimento de água o serviço era de qualidade deficiente. Por outro lado, uma grande parte dos aglomerados do concelho, eram servidos



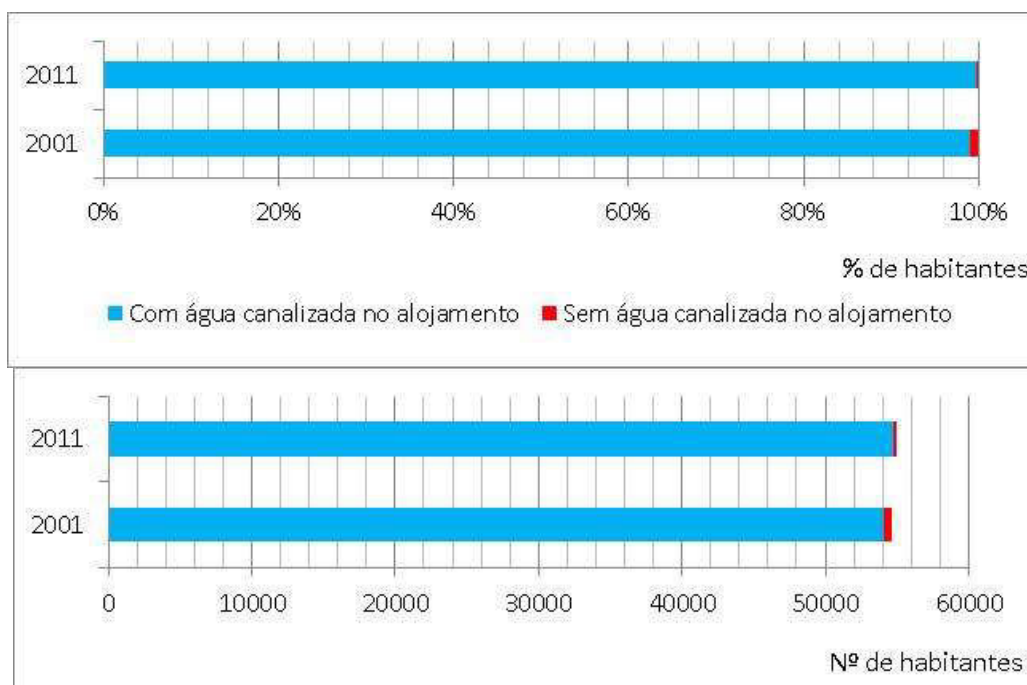
por águas de origem subterrânea (minas, furos ou poços), para as quais era difícil assegurar a adequada qualidade.

Nos estudos do PDM, em vigor, foi proposto dotar as povoações que ainda não disponham de sistema público de abastecimento de água e proceder ao reforço do abastecimento nos aglomerados onde este era notoriamente insuficiente, de modo a aumentar a qualidade do serviço prestado. Adicionalmente era proposto a construção e ampliação de reservatórios em vários aglomerados, assim como a construção e renovação da adução.

A gestão de todo o processo de abastecimento público de água desde a captação, tratamento, adução, reservatórios de entrega e distribuição, era assegurada pelos SMAS de Castelo Branco.

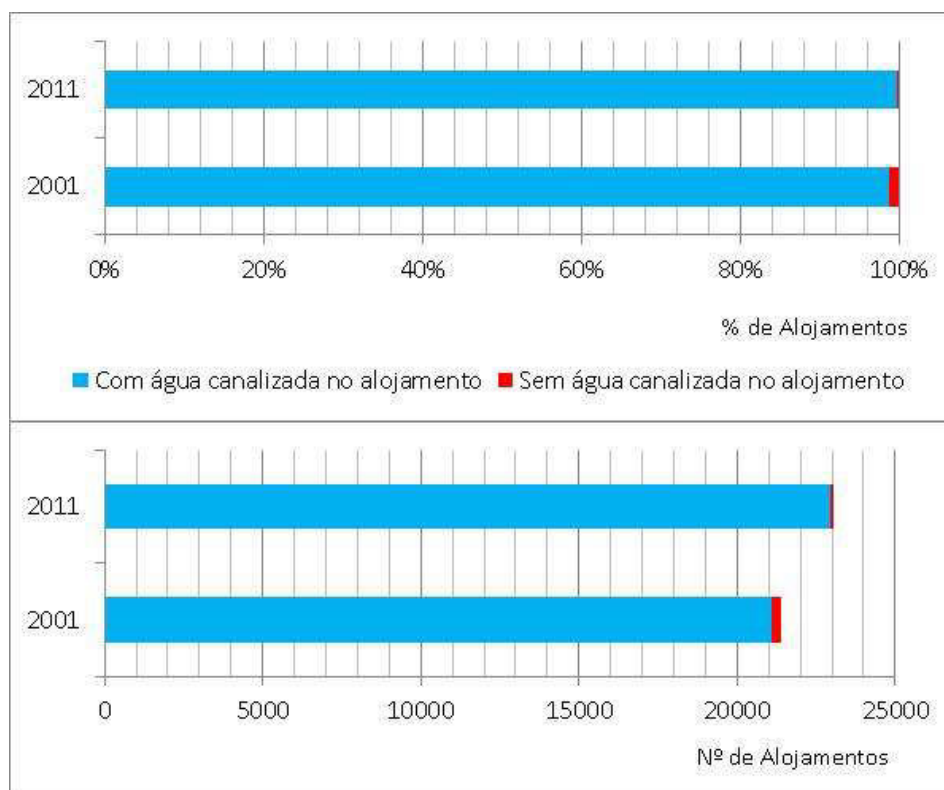
A situação acima referida, deficientemente caracterizada nos estudos do PDM em vigor foi profundamente alterada durante o período de vigência do plano. Desde então, e com a entrada em funcionamento do sistema Pisco/Marateca verificou-se um aumento significativo da população servida pelo sistema público de abastecimento que garante água em quantidade e qualidade adequadas.

Em 2011, de acordo com os Censos da população e habitação, 99,3% da população recenseada a residir em alojamentos com residência habitual e 99,6% dos alojamentos dispunham de abastecimento de água no alojamento (Figuras 23 e 24).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 23 - População residente em alojamentos com residência habitual servida por abastecimento de água no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 24 - Alojamentos com residência habitual servidos por abastecimento de água no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011

De acordo com informação fornecida pelos SMCB, atualmente 103 aglomerados são abastecidos a partir do sistema Pisco/Santa Águeda e 17 aglomerados são abastecidos a partir do sistema Casal da Serra, minas, ou furos. Com exceção de 5 aglomerados onde o abastecimento é realizado de forma autónoma, todos os outros são abastecidos a partir de sistema público geridos pelos SMCB (Anexo XII).

5.7. Infraestruturas de águas residuais

O PDMCB, propunha, para a cidade de Castelo Branco, a construção de 4 ETAR's, uma a Norte da cidade, outra a Nascente, outra na Zona Industrial e outra a Sul, ou, em alternativa a esta última, uma Estação Elevatória a partir da qual seriam enviadas as águas residuais para a ETAR da Zona Industrial ou para a ETAR da zona nascente.

Para as diferentes zonas da cidade eram propostas as seguintes orientações futuras:

- a) Levantamento detalhado do traçado existente;

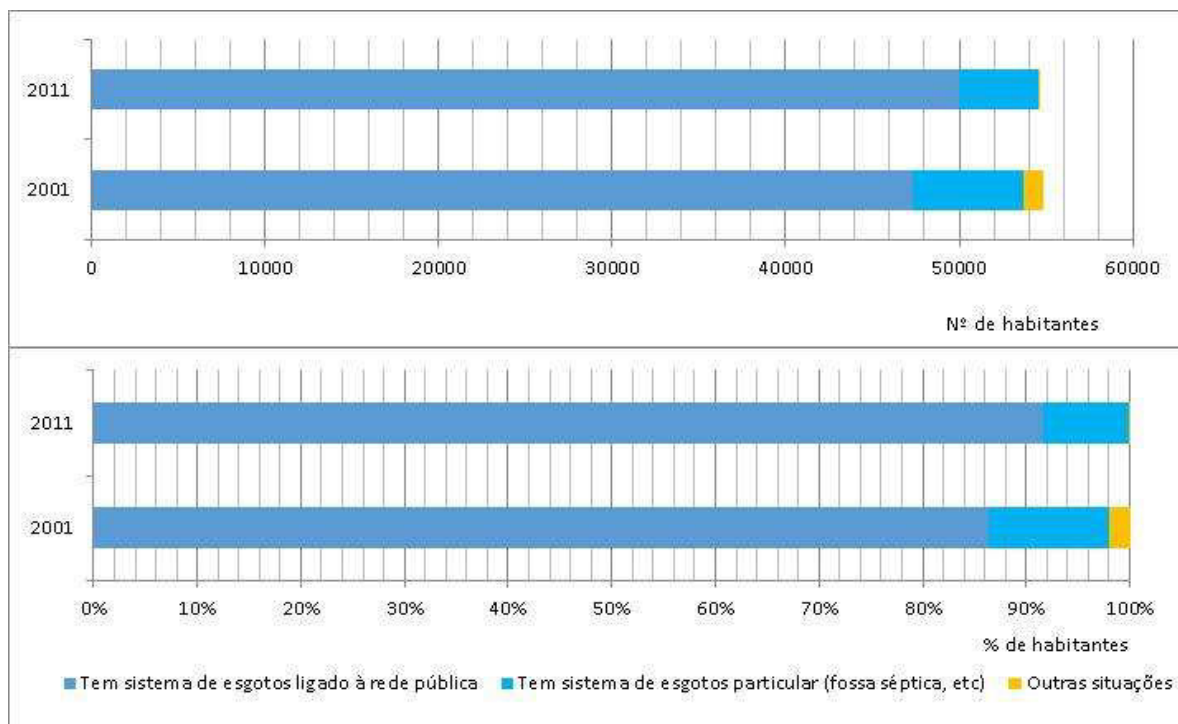


- b) Remodelação prioritária das zonas com deficiente drenagem, atendendo a necessidade de criar um sistema separativo;
- c) Construção de fossas sépticas nas zonas de habitação unifamiliar não servidas pela rede de drenagem então existente, quando as condições geológicas, hidrológicas e de dimensão dos lotes o permitissem, sendo assegurada a ligação futura a rede de drenagem;
- d) Todos os edifícios existentes ou a construir deveriam ser ligadas aos sistemas de drenagem, devendo assegurar-se que os sistemas fossem separativos;
- e) A drenagem de águas pluviais deveria ser realizada de preferencial para as zonas verdes facilitando, assim, a sua infiltração ou para as linhas de água, evitando assim a sua retenção em superfícies impermeáveis;
- f) Controlo da qualidade do tratamento das ETAR's, através da realização de análises periódicas aos efluentes.

A médio e longo prazo estabelecia o objetivo de drenar e tratar as águas residuais dos centros populacionais com mais de 500 habitantes.

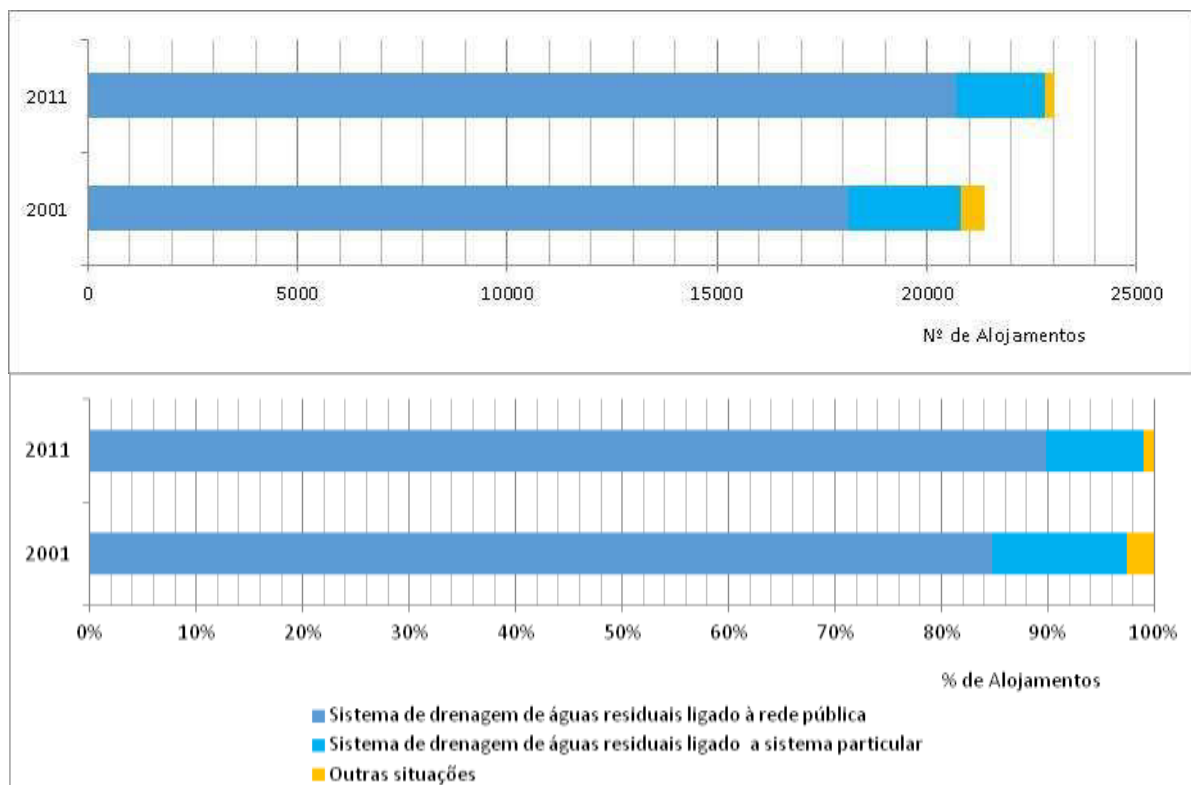
Atualmente o concelho de Castelo Branco apresenta uma situação bem diferente e de clara melhoria em relação à situação de partida em termos de infraestruturas de águas residuais, resultado da execução das propostas apresentadas no PDMCB e de outras intervenções realizadas. No concelho, 40 aglomerados dispõem de rede de drenagem de águas residuais, dos quais 33 são servidos por 25 ETARs e 11 Estações Elevatórias em funcionamento (Anexo XIII). Todas as sedes de freguesia e aglomerados de maior dimensão dispõem de rede de drenagem e de tratamento de águas residuais.

De acordo com os Censos de 2011, dos 54949 habitantes a residir em alojamentos com residência habitual, 91% residia em alojamentos com ligação a sistema de esgotos ligado à rede pública e 8,3% residia em alojamentos com ligação a sistema de esgotos particular (fossa séptica, etc.). Considerando os 23038 alojamentos com residência habitual existentes em 2011, 90% dispunha de sistema de drenagem de águas residuais ligado à rede pública e 9,2% estava ligado a um sistema de drenagem de águas residuais ligado a sistema particular (Figuras 25 e 26)



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 25 - População residente em alojamentos com residência habitual servida por sistema de esgotos no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011

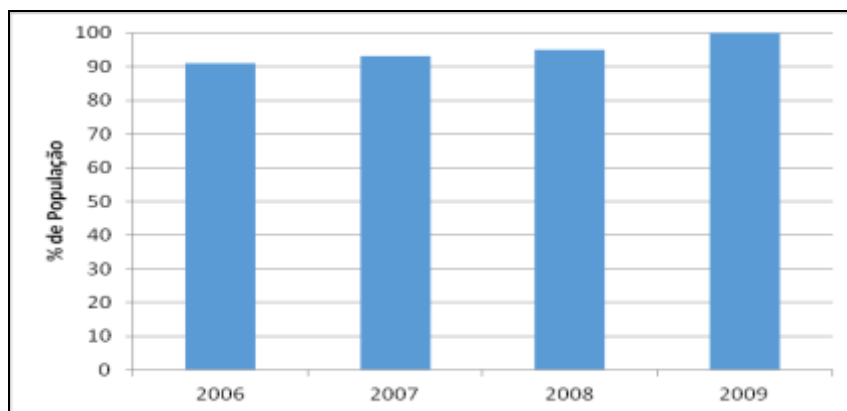


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 26 - Alojamentos com residência habitual servida por sistema de esgotos no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011



De acordo como o INE em 2006 100% da população residente no concelho de castelo Branco era servida por estações de tratamento de águas residuais (Figura 27).



Fonte: INE, Estatísticas do ambiente

Figura 27- Evolução da população servida por estações de tratamento de águas residuais no concelho de Castelo Branco, entre 2006 e 2009

5.8.Sistema de recolha de resíduos sólidos

Segundo os estudos do PDMCB o sistema de gestão de resíduos sólidos no concelho de Castelo Branco, apresentava as seguintes características:

- Cobertura deficiente; em muitos aglomerados do concelho não era efetuada qualquer recolha de resíduos sólidos, sendo que em 3 das 25 freguesias existentes não era efetuada recolha de resíduos. Existiam então 2 circuitos urbanos em que a recolha era efetuada duas vezes por dia e 5 rurais em que a recolha era efetuadas duas ou três vezes por semana;
- Sistema pouco desenvolvido; caracterizado por equipamento deficiente tanto no que se refere ao material circulante como aos equipamentos de transporte, acondicionamento e depósito, bem como no que se refere aos recursos humanos envolvidos;
- Pulverização de pequenos locais de depósito indiscriminado de lixo (lixeiros não controladas);
- Não separação dos resíduos provenientes de diferentes fontes (urbanos, industriais, hospitalares);
- Recolha indiscriminada e ausência de recolha seletiva, de tratamento e/ou valorização;
- Deposição em lixeira situada no Monte de S. Martinho, a cerca de 4 km da cidade de Castelo Branco.

Na proposta de PDM eram preconizadas um conjunto de intervenções prioritárias, designadamente uma maior sensibilização da população, a melhoria da cobertura do serviço de recolha, a melhoria do



equipamento e uma maior automatização do serviço (material circulante e material de acondicionamento), a afetação de mais meios humanos, a eliminação da lixeira existente, uma aposta no tratamento diferenciado dos resíduos em função do tipo e da proveniência (urbanos, hospitalares e industriais) e recomendações para uma solução intermunicipal no que se refere ao acondicionamento de resíduos.

O atual sistema de gestão de resíduos sólidos apresenta uma melhoria considerável da situação de partida fruto da sua modernização e dos investimentos realizados, e da intervenção de diversas entidades, embora em muitos dos seus aspetos não seja possível estabelecer comparação direta com a situação de referência. As propostas preconizadas no PDMCB em vigor para o sistema de gestão de resíduos foram no geral implementadas bem como outras não previstas, sendo de salientar as seguintes:

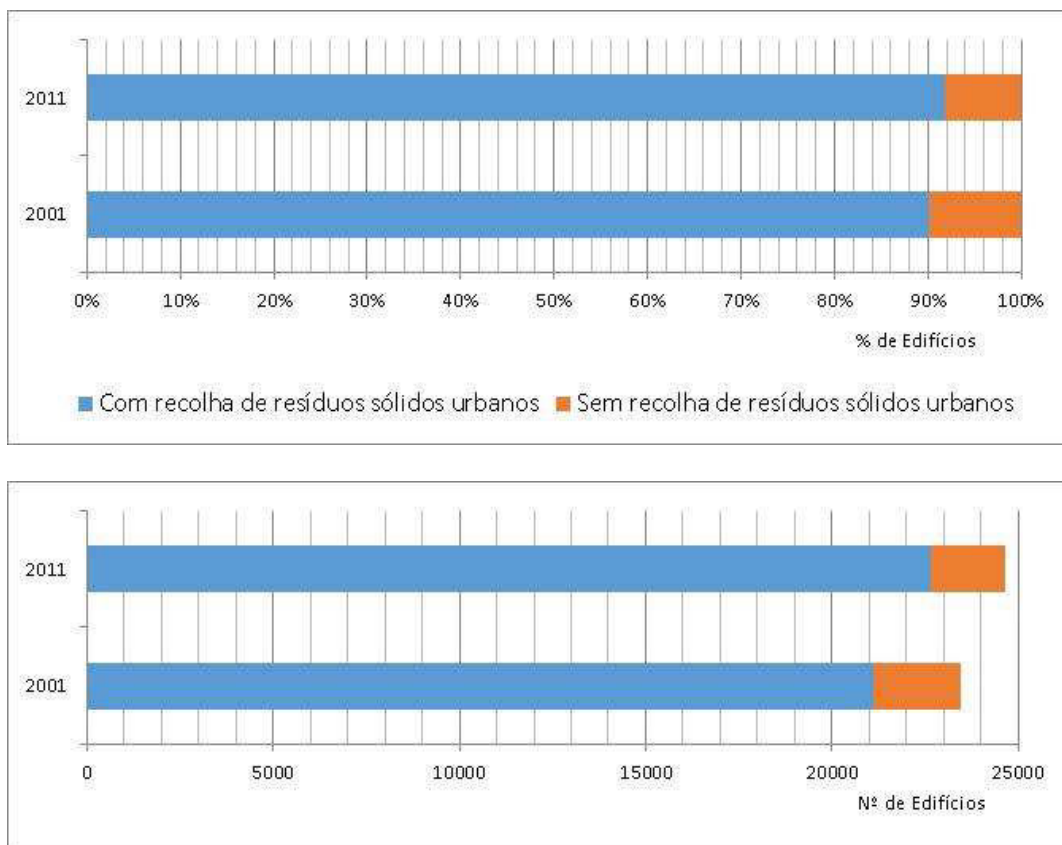
- a) Criação da Associação de Municípios Raia-Pinhal (AMRP);
- b) Encerramento e selagem da lixeira existente no Monte de S. Martinho;
- c) Construído do Aterro Sanitário pela AMRP, moderno e devidamente equipado;
- d) Implementada a recolha seletiva de resíduos e a colocação de ecopontos (para vidro, plásticos e metais, papel, e pilhas) em diversos aglomerados e locais do concelho, para que a população possa depositar os resíduos;
- e) Incremento da cobertura da recolha de resíduos nas freguesias e aglomerados concelho e adensamento da rede de contentores de recolha não seletiva;
- f) Construção de dois ecocentros, um em Alcains e outro em Castelo Branco;
- g) Aumento da frequência dos circuitos de recolha de resíduos;
- h) Construção de um Aterro de Resíduos Industriais Banais.

De acordo com a informação prestada pela CMCB estão instalados 388 ecopontos no concelho, 223 na cidade de Castelo Branco, 31 em Alcains e 134 nos restantes aglomerados do concelho. Dos 29 vidrões existentes em todo o concelho, 19 localizam-se na cidade de Castelo Branco e os restantes 10 encontram-se em outros aglomerados urbanos. Os 53 pilhómetros existentes, 24 encontram-se em Castelo Branco, 2 em Alcains e os restantes distribuídos por outros aglomerados urbanos. Dos 47 oleões existentes, 22 estão instalados em Castelo Branco, 5 em Alcains e os restantes 20 distribuídos por outros aglomerados do concelho. Os contentores de recolha não seletiva existem em todos os aglomerados do concelho no total de 2012 contentores, dos quais 1015 em Castelo Branco, 134 em Alcains e 123 em Cebolais/Retaxo (Anexos XIV a XVI).

A recolha indiscriminada de RSU's é realizada em todos os aglomerados do concelho, com exceção da população isolada enquanto a recolha seletiva apresenta um padrão espacial mais concentrando mas abrange a quase totalidade dos aglomerados, com exceção dos aglomerados de muito pequena dimensão e da população isolada.

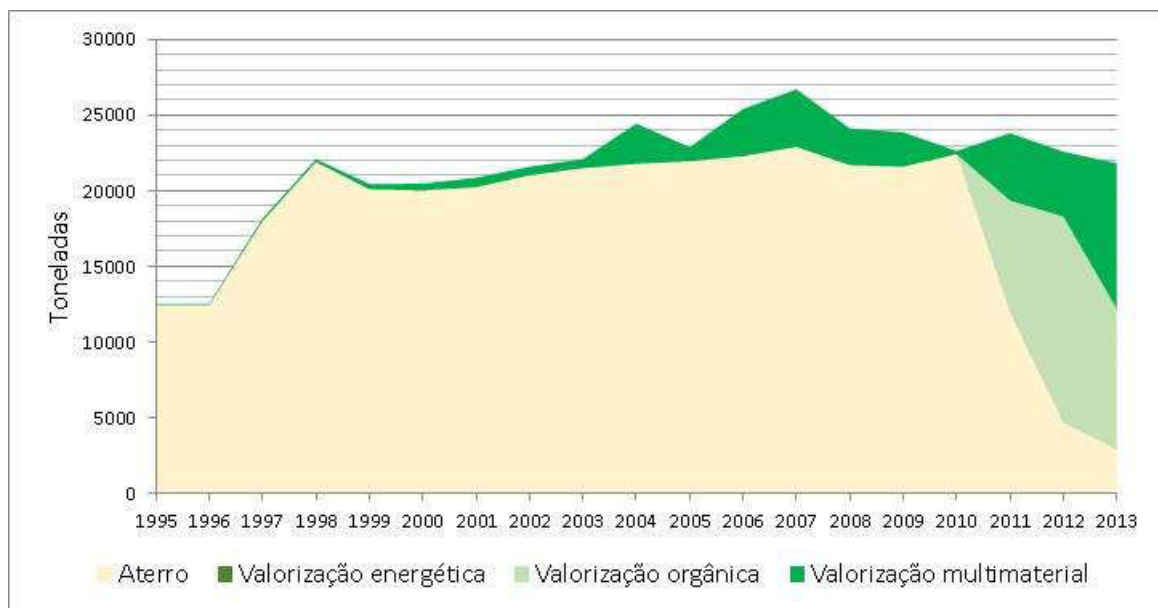
Segundo os Censos de 2011, dos 24669 edifícios com alojamentos existentes no concelho, 91,7% (22629 edifícios) dispunham de recolha de resíduos sólidos urbanos (Figura 28).

A evolução registada nos volumes de resíduos urbanos recolhidos e no seu destino e nos resíduos urbanos recolhidos seletivamente refletem de alguma forma os investimentos realizados no setor no concelho (Figuras 29 a 30).



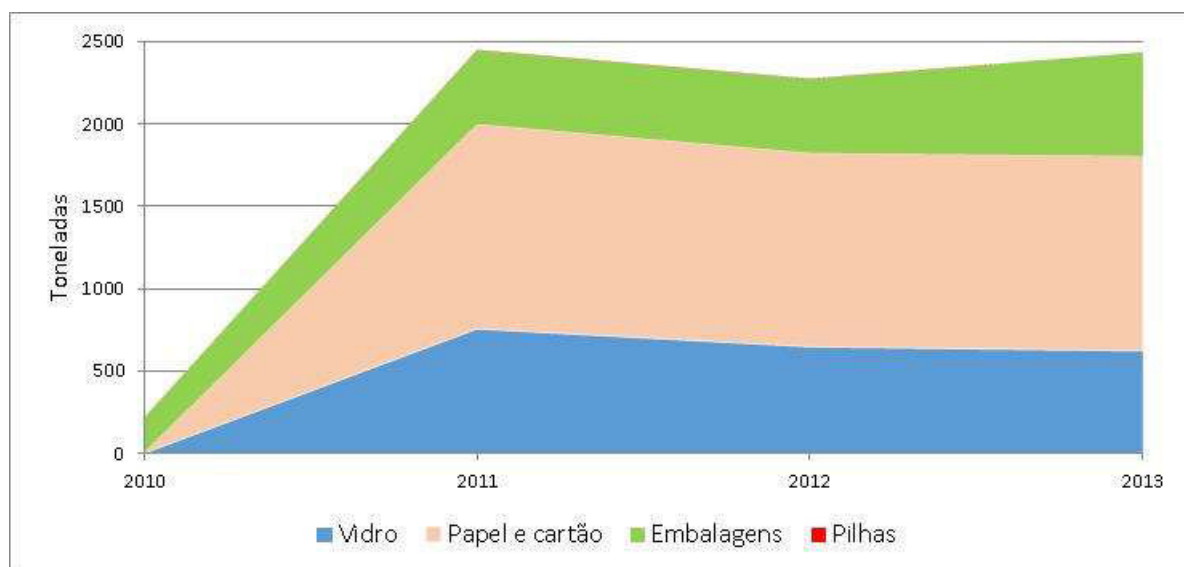
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Figura 28 - Edifícios com alojamentos servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Estatísticas do ambiente

Figura 29 - Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos por destino no concelho de Castelo Branco, em 1995 e 2013



Fonte: INE, Estatísticas do ambiente

Figura 30 - Evolução do volume de resíduos urbanos recolhidos seletivamente no concelho de Castelo Branco, em 2010 e 2013

5.9. Infraestruturas de abastecimento de gás

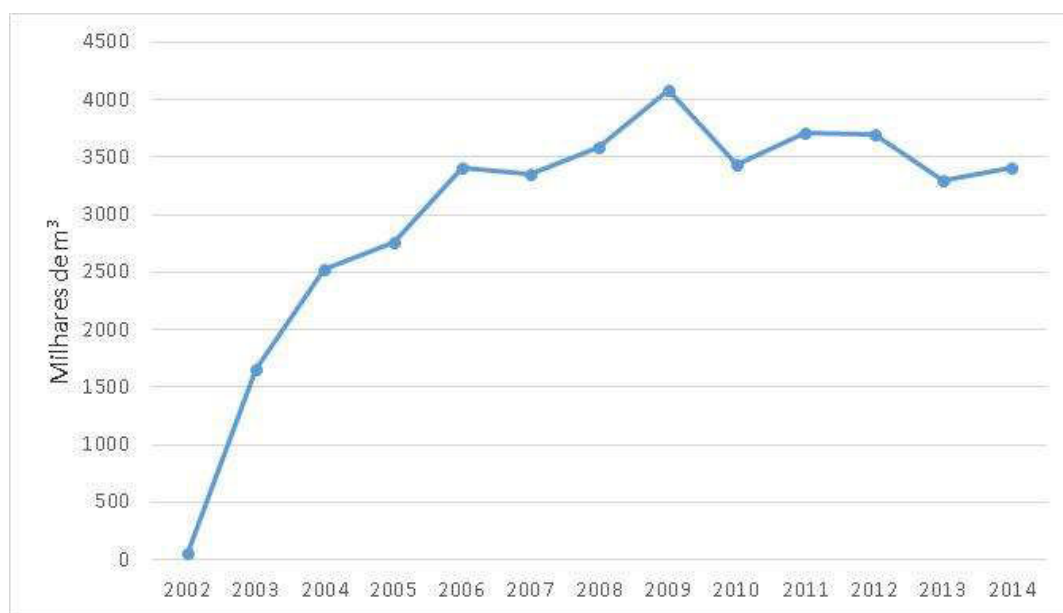
Neste âmbito a proposta do PDMCB não faz qualquer referência a infraestruturas de abastecimento de gás.

A Rede Nacional do Gasoduto que faz o transporte “em alta” do gás natural, explorada pela Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito, S.A., atravessa o território do município de Castelo Branco. A distribuição “em baixa”, desde 2002, é efetuada pela concessionária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, SA, na cidade de Castelo Branco e na vila de Alcains.

Em quase toda a cidade de Castelo Branco se encontra disponível a oferta de gás natural, às populações e às atividades económicas sendo complementada por operadores de abastecimento de gás propano a alguns bairros da cidade onde se encontram localizados os respetivos depósitos. Na vila de Alcains a cobertura da rede tem vindo a ser alargada nos últimos anos.

De acordo com o Censos de 2011, dos 22570 alojamentos de residência habitual com aquecimento central, 851 (3,8%) dos alojamentos disponham de aquecimento central através de sistema de gás (Figura 31).

De acordo com o INE o consumo de gás natural no concelho de Castelo Branco cresceu de forma substancial entre 2002 e 2008, o que reflete o crescimento da rede de distribuição de abastecimento de gás natural no concelho.



Fonte: INE, Estatísticas da Energia

Figura 31 - Evolução do consumo de gás natural no concelho de Castelo Branco entre 2002 e 2014.



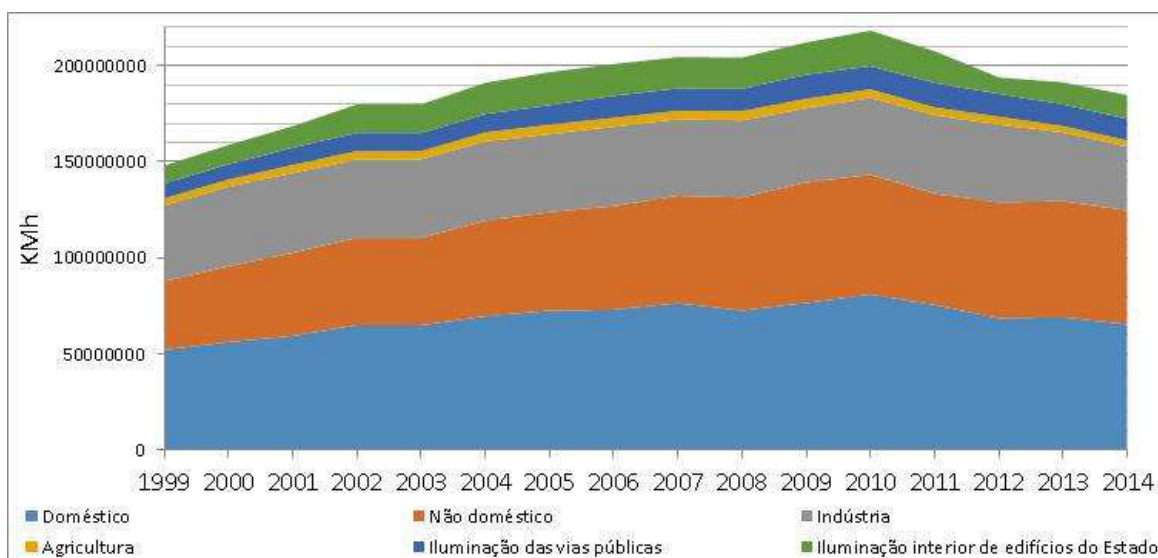
5.10. Infraestruturas de transporte de energia elétrica

A situação descrita no relatório do PDMCB relativa a 1990 (CMCB, 1990) reflete uma rede elétrica que proporciona uma adequada distribuição de oferta de energia elétrica no concelho, embora se refira que só Castelo Branco e Alcains apresentavam iluminação pública adequada. São apresentadas diversas propostas tendo em vista a remodelação da rede existente de alta, média e baixa tensão, a sua extensão e o reforço da tensão tendo em vista a melhoria do serviço prestado inclusive da iluminação pública nos aglomerados, face ao exetável aumento da procura de energia elétrica.

A área do concelho de Castelo Branco, foi objeto de diversas intervenções no âmbito do transporte e distribuição da rede de alta e média tensão por parte da Rede Elétrica Nacional, S.A. e do transporte e distribuição da rede “em baixa” por parte da EDP, Distribuição de Energia, S.A, tendo em vista o reforço da oferta da energia elétrica e a melhoria da iluminação pública, mas também a conetividade das áreas de produção de energias renováveis que se desenvolveram no município e municípios limítrofes tendo em vista o escoamento da energia produzida.

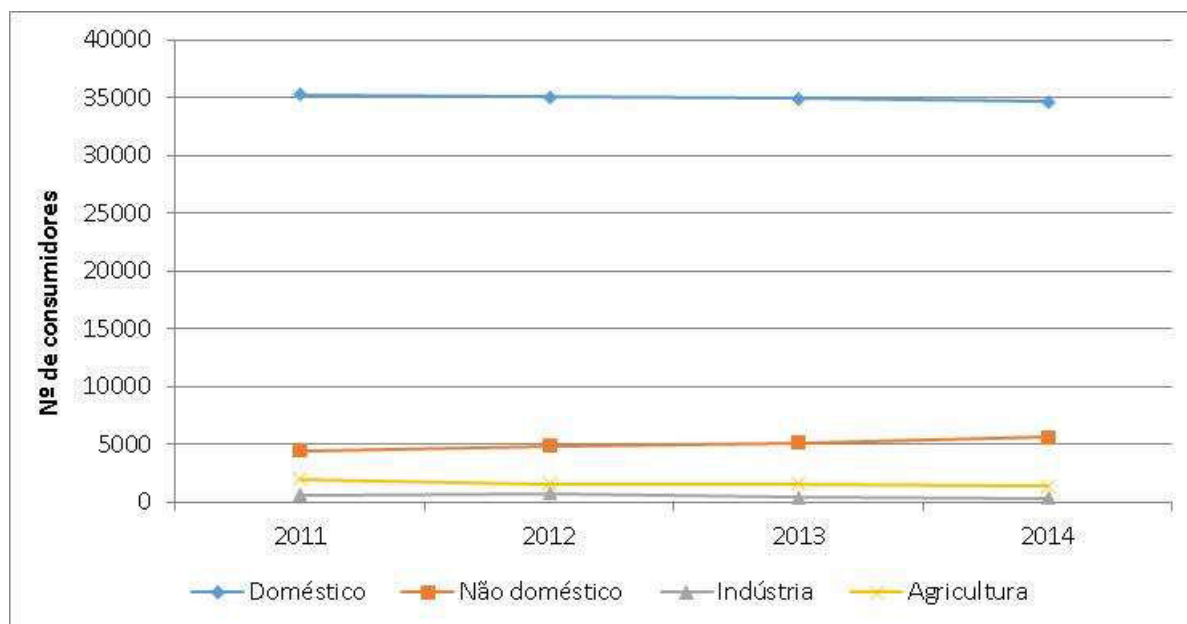
A rede de Alta e Média Tensão do concelho de Castelo Branco abrange todos os aglomerados urbanos.

De acordo com o Censos de 2011, dos 22570 alojamentos de residência habitual com aquecimento central, 10671 (47%) dos alojamentos disponham de aquecimento central através de eletricidade. Por outro lado o aumento do consumo de energia reflete em certa medida as intervenções realizadas embora, de acordo também com o INE, o número de consumidores se tenha reduzido entre 2011 e 2014 (Figuras 32 e 33).



Fonte: INE, Estatísticas da Energia

Figura 32 - Evolução do consumo de energia elétrica entre 1999 e 2014 no concelho de Castelo Branco



Fonte: INE, Estatísticas da Energia

Figura 33 - Evolução do nº de consumidores de energia elétrica entre 2011 e 2014 no concelho de Castelo Branco

5.11. Níveis de execução dos Espaços Urbanos, Urbanizáveis e Industriais previstos no PDMCB

Para a avaliação da execução dos Espaços Urbanos, Espaços urbanizáveis e Espaços industriais previstos no PDMCB salienta-se que não foi possível obter informação completa e rigorosa por parte da CMCB, que permitisse distinguir entre execução programada destes espaços, através de PPs ou de Loteamentos Urbanos (LU), e a execução avulsa com base em apenas projetos de execução de obras de demolição, (re)construção ou ampliação de edificações autorizadas ou licenciadas pela CMCB, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e do Regulamento Geral da Edificações Urbanas (RJEU) e outra legislação complementar.

O sistema de informação da CMCB forneceu apenas listagens de obras licenciadas e autorizadas e listagem de LUs e de PP sem georreferenciação o que limitou o trabalho da equipa em termos de avaliação neste âmbito. Para colmatar esta deficiência a equipa recorreu a metodologias alternativas, menos rigorosas e mais morosas, baseadas na análise dos processos em formato analógico e na observação e comparação de plantas, cartas e imagens correspondentes a datas diferentes. Por outro lado, os estudos do PDMCB não fazem qualquer referência a loteamentos urbanos aprovados ou a PP em vigor na altura da sua aprovação, com exceção dos 3 PPs mencionados no artigo 31º do regulamento (Quinta da Pipa, Quinta das Violetas/Dr. Mota e Auto Mecânica da Beira). A partir da informação fornecida foi elaborado o Quadro 20.



Freguesia/Aglomerado	Planos de Pormenor	Loteamentos
Alcains	-	10
Benquerenças	-	1
Cafede	-	1
Castelo Branco	14	55
Escalos de Baixo	1	-
Escalos de Cima	-	6
Lardosa	-	2
Lousa	-	2
Póvoa de Rio de Moinhos	-	3
S. Vicente da Beira	-	1

Fonte: CMCB

Quadro 20 - Planos de Pormenor e Loteamentos aprovados no período de vigência do PDMCB

Relativamente aos projetos de obras licenciadas no período de vigência do PDMCB embora a CMCB tenha fornecido uma listagem de obras licenciadas/autorizadas optou-se por utilizar a informação proveniente das estatísticas do INE cuja análise foi efetuada no ponto 4.5 deste relatório.

As características da informação fornecida não permitem retirar conclusões fidedignas relativamente à execução do Espaços Urbanos, Espaços urbanizáveis e Espaços industriais previstos no PDMCB, embora se possa concluir que a execução programada ocorreu de forma mais premente nos centros urbanos de maior dimensão (Castelo Branco e Alcains) e em menor importância em outras sedes de freguesia.

Com exceção do perímetro urbano da cidade de Castelo Branco, em que uma parte muito significativa se encontra abrangida por um plano de urbanização que é anterior ao PDMCB, que este manteve plenamente eficaz ao longo do seu período de vigência não promovendo qualquer alteração, posteriormente complementado por um PP para a Área de Ampliação da Zona Industrial, prevista no PDMCB, em que predominou a execução programada, nos restantes aglomerados e perímetros urbanos predominou a execução urbanística não programada baseada em iniciativas avulsas.

Tendo em vista a avaliação dos níveis de execução dos perímetros urbanos dos aglomerados tal como definido no artigo 27º do regulamento do PDMCB, incluindo das Áreas urbanas, Espaços urbanizáveis e Espaços industriais, e dos polígonos das Áreas urbanas a recuperar, foi estabelecida a metodologia constante do Anexo XVII. A avaliação das folgas atuais é apresentada em número de fogos em espaços urbanos e urbanizáveis e em número de lotes disponíveis para atividades económicas em Espaços Industriais, inseridos ou não em perímetros urbanos.

Os valores são apresentados de acordo com os níveis dos centros urbanos definidos no Relatório do PDMCB94 e o estabelecido no regulamento do PDMCB, conforme referido no ponto 3.2.do presente



relatório. Em termos globais as folgas atuais das áreas de Espaços Urbanos, Espaços Urbanizáveis e Espaços industriais previstas no PDMCB, inseridos ou não em perímetros urbanos, são de 18644 fogos e de 539 lotes para atividades económicas (Quadro 21), sem considerar a capacidade das zonas urbanas consolidadas que podem ser objeto de operações de renovação e de reabilitação urbana.

Tipologia dos Espaços	Perímetro (ha)	Área não ocupada (ha)	Folgas					
			Nº de Fogos em Área			Nº de Lotes em Área		
			Programada	Não programada	Total	Programada	Não programada	Total
Área Urbana de Castelo Branco	1662,51	51,71** 173,90***	2418	621	3039	116	260	376
Área Urbana de Alcains	394,66	91,47* 53,86** 8,03***	189	2378	2567	10	13	23
Área Urbana de Cebolais /Retaxo	223,19	40,49* 27,30**	-	1762	1762	-	-	-
Total das Áreas Urbanas das restantes sedes de freguesia	1033,51	312,55	243	6650	6893	-	-	-
Total das Outras áreas urbanas	1568,60	118,37	-	2550	2550	-	-	-
Total dos 7 polígonos das Áreas urbanas a recuperar	273,57	127,29	201	1632	1833	-	-	-
TOTAL	5156,04	1004,97	3051	15593	18644	126	273	399
Total dos 8 polígonos dos Espaços industriais não inseridos em perímetros urbanos	179,19	82,02	-	-	-	-	140	140

*Relativo a Área urbana **Relativo a Espaços urbanizáveis *** Relativo a Espaços industriais

Fonte: PDMCB e Anexo XIX

Quadro 21 - Estimativa das atuais folgas em fogos e lotes para atividades económicas por tipologia de espaço do PDMCB

Perímetro urbano da Área Urbana da cidade de Castelo Branco

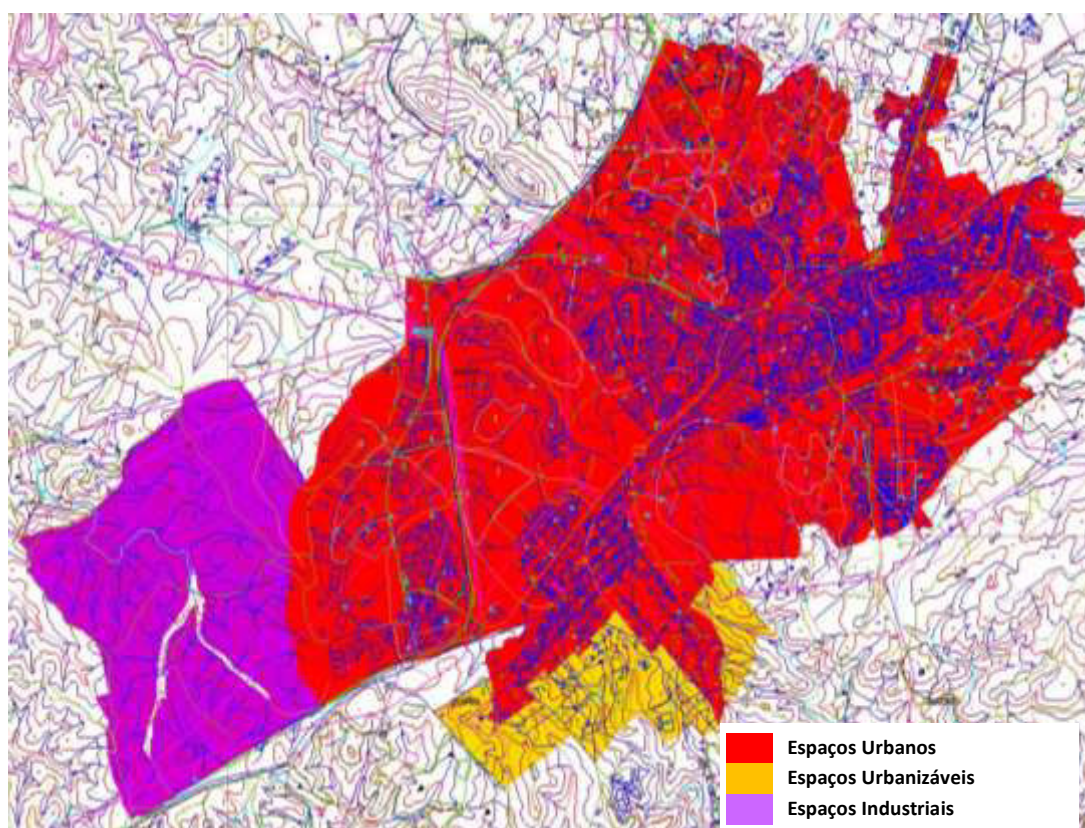
A cidade de Castelo Branco encontra-se abrangida pelo Plano Geral de Urbanização aprovado em 1990, que estabelece 6 zonas urbanas para efeitos de gestão urbanística:

- 1.Zonas Urbanas Consolidadas (ZUC)
- 2.Zonas Urbanas a Remodelar (ZUR);
- 3.Zonas Urbanas de Expansão (ZUE);
- 4.Zonas de Reserva (Zres);
- 5.Zona Industrial (ZI);
- 6.Zona Rural (Zru).

Segundo o PGU no perímetro urbano da cidade, com 1256,61 ha seria possível instalar 16775 fogos para uma população média de 58500 habitantes. O PDMCB, ratificado em 1994, manteve o Plano Geral de Urbanização em vigor e promoveu o alargamento do perímetro urbano em Espaços Urbanizáveis e Espaços industriais. Posteriormente, o Plano de Pormenor de Ampliação da Zona Industrial de Castelo Branco alargou ainda o perímetro da cidade em termos de Espaços industriais. No conjunto o perímetro urbano atual da cidade de Castelo Branco, é de 1662,51 ha (1256,61 ha de Área urbana, 102,91 ha de Espaços urbanizáveis e 302,99 ha de Espaços industriais (Figura 34 e Cf. Quadro 5, pág. 16).

De acordo com a metodologia desenvolvida a atual capacidade edificatória do perímetro urbano de Castelo Branco definido no PDMCB é de 621 fogos nos Espaços urbanizáveis e de 260 lotes para indústria nos Espaços industriais, em área urbana não programada.

Àqueles valores há que acrescentar ainda as folgas da Área urbana de Castelo Branco delimitada no Plano Geral de Urbanização, constantes de PPs eficazes e dos loteamentos urbanos aprovados pela CMCB, ou seja em área urbana programada, num total de 2418 fogos e de 116 lotes para indústria. Portanto, no total estima-se uma capacidade edificatória de cerca de 3039 fogos e 376 lotes para indústria.



Fonte: PDMCB

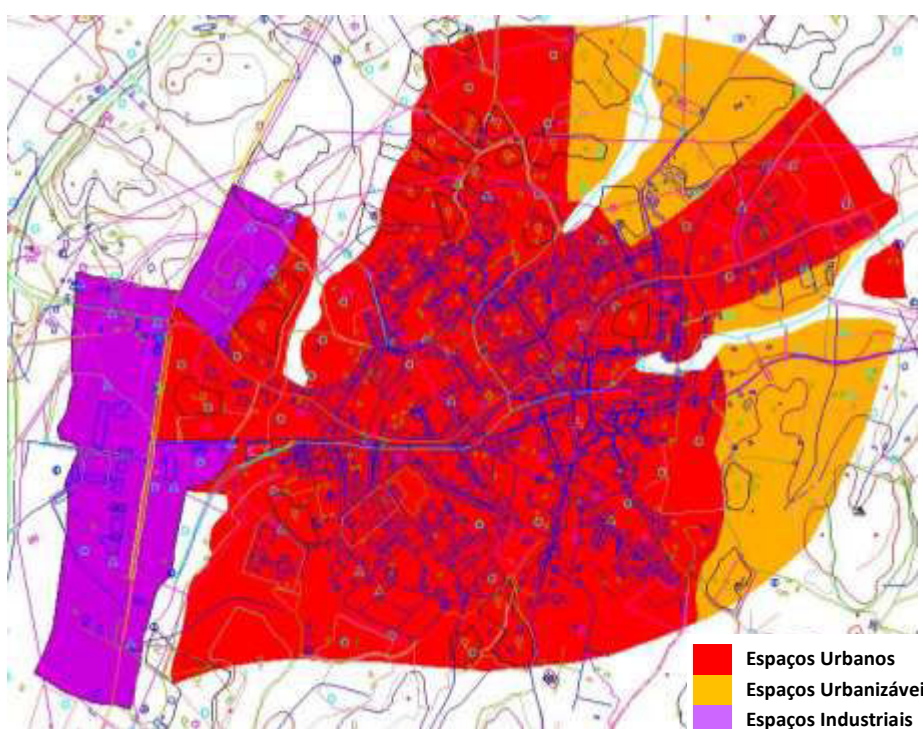
Figura 34 - Perímetro Urbano da área urbana cidade de Castelo Branco constante do PDMCB (sem escala)



Perímetro urbano da Área Urbana de Alcains

De acordo com a planta de ordenamento do PDMCB o perímetro urbano de Alcains apresenta uma área global de 349,66ha, 251,50ha classificados como Área Urbana, 69,42ha como Espaços Urbanizáveis e 349,66ha como Espaços Industriais (Figura 35 e Cf. Quadro 5, pág. 16).

Decorrente da aplicação da metodologia desenvolvida a atual capacidade edificatória do perímetro urbano de Alcains é de 2378 fogos na Área Urbana e nos Espaços urbanizáveis e de 13 lotes para indústria nos Espaços industriais, todos inseridos em área urbana não programada, acrescidos de 189 fogos e 10 lotes para atividades económicas em loteamentos urbanos aprovados pela CMCB, ou seja em área urbana programada. No total a folga é de 2576 fogos e 23 lotes para atividades económicas.

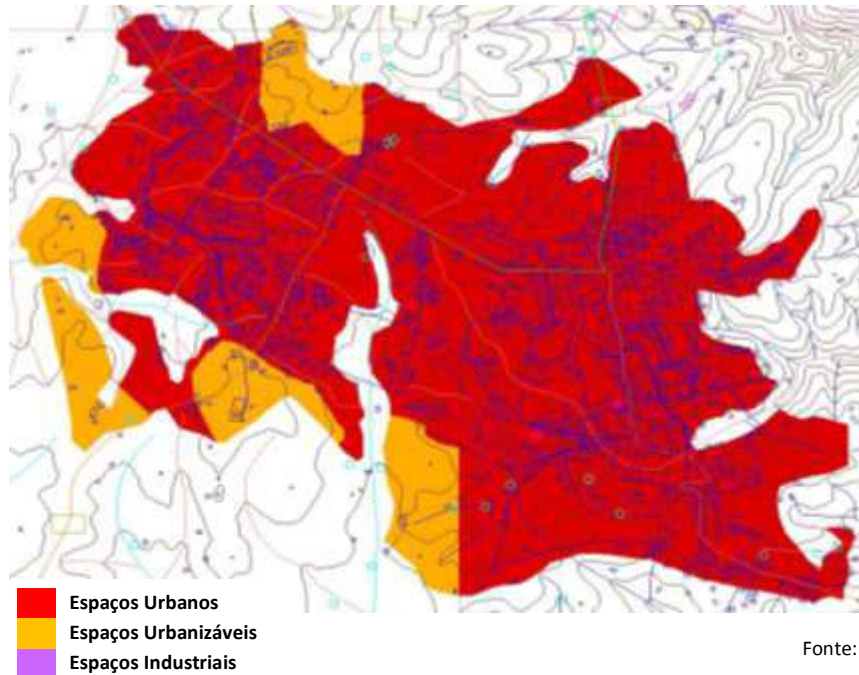


Fonte: PDMCB

Figura 35 - Perímetro Urbano da área urbana de Alcains constante do PDMCB (sem escala)

Perímetro urbano da Área Urbana de Cebolais /Retaxo

A folga do perímetro urbano do aglomerado de Cebolais/Retaxo Alcains foi estimada em 1762 fogos, todos em área urbana não programada (Figura 36 e Anexo XIX).

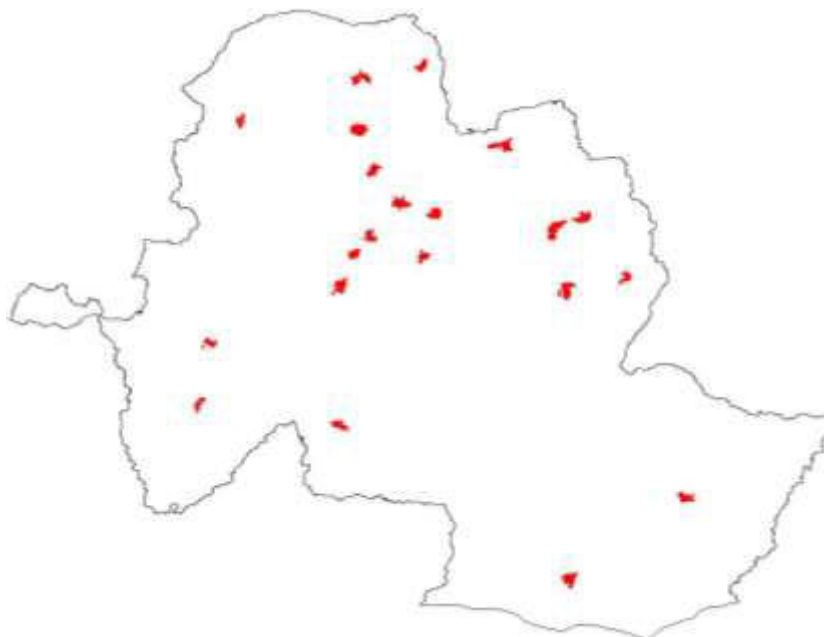


Fonte: PDMCB

Figura 36 - Perímetro Urbano da área urbana de Cebolais/Retaxo constante do PDMCB (sem escala)

Perímetros urbanos das Áreas Urbanas dos restantes aglomerados sedes de freguesia

As folgas dos perímetros urbanos dos restantes aglomerados que eram sede de freguesia aquando da entrada em vigor do PDMCB, foi estimada em 6893 fogos; 6650 em área urbana não programada e 243 fogos em área urbana programada (Figura 37 e Anexo XIX).



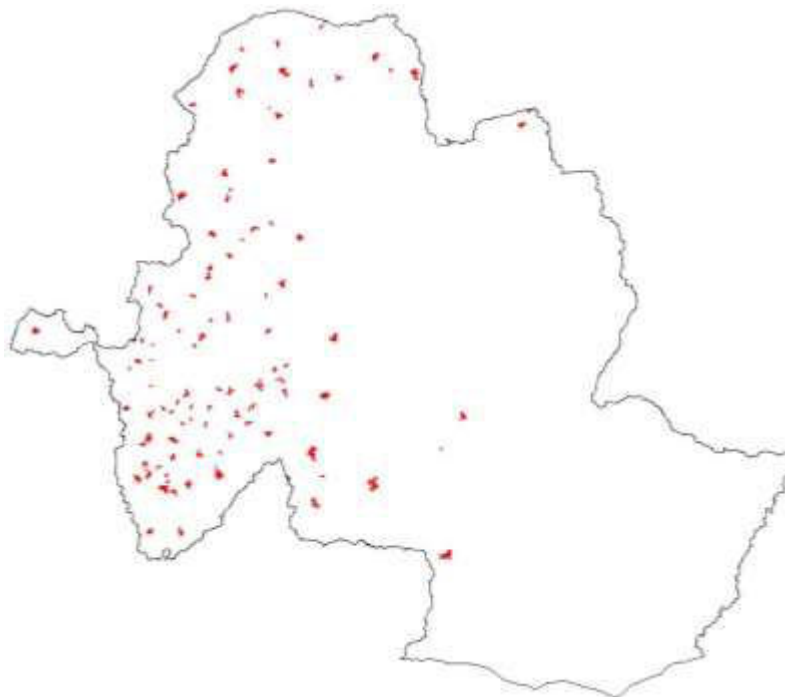
Fonte: PDMCB

Figura 37 - Perímetros Urbanos das Áreas Urbanas das restantes sedes de freguesia constantes do PDMCB (sem escala)



Perímetros urbanos das Outras áreas urbanas

As folgas dos perímetros urbanos dos restantes aglomerados foram estimadas em 2550 fogos, todos em área urbana não programada (Figura 38 e Anexo IX).



Fonte: PDMCB

Figura 38 - Perímetros Urbanos das Outras áreas urbanas constantes do PDMCB (sem escala)

Polígonos das Áreas urbanas a recuperar

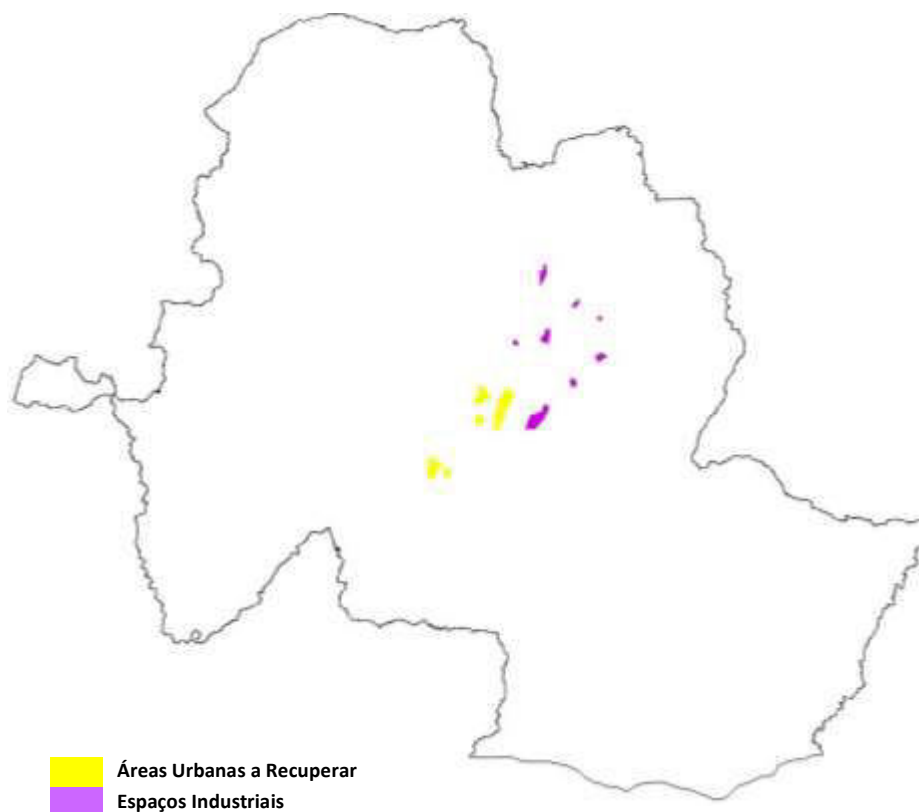
As folgas dos polígonos das 7 áreas urbanas a recuperar foi estimada em 1833 fogos; 1632 em área urbana não programada e 201 fogos em área urbana programada (Figura 39 e Anexo IX).

Polígonos dos Espaços industriais não integrados em perímetro urbano

As folgas dos polígonos dos 8 Espaços industriais não inseridos em as áreas urbanas, a norte de Alcains e a Norte de Castelo Branco, foram estimadas em 140 lotes para indústrias (Figura 39 e Anexo IX).

5.12. Espaços rurais

Atentas as características da informação fornecida pela CMCB, referidas no ponto anterior, não é possível retirar conclusões seguras relativamente à edificação em Espaços Rurais do PDMCB a não ser a informação que é possível retirar de documentos escritos e da observação de documentos cartográficos e imagens existentes para datas diferentes.



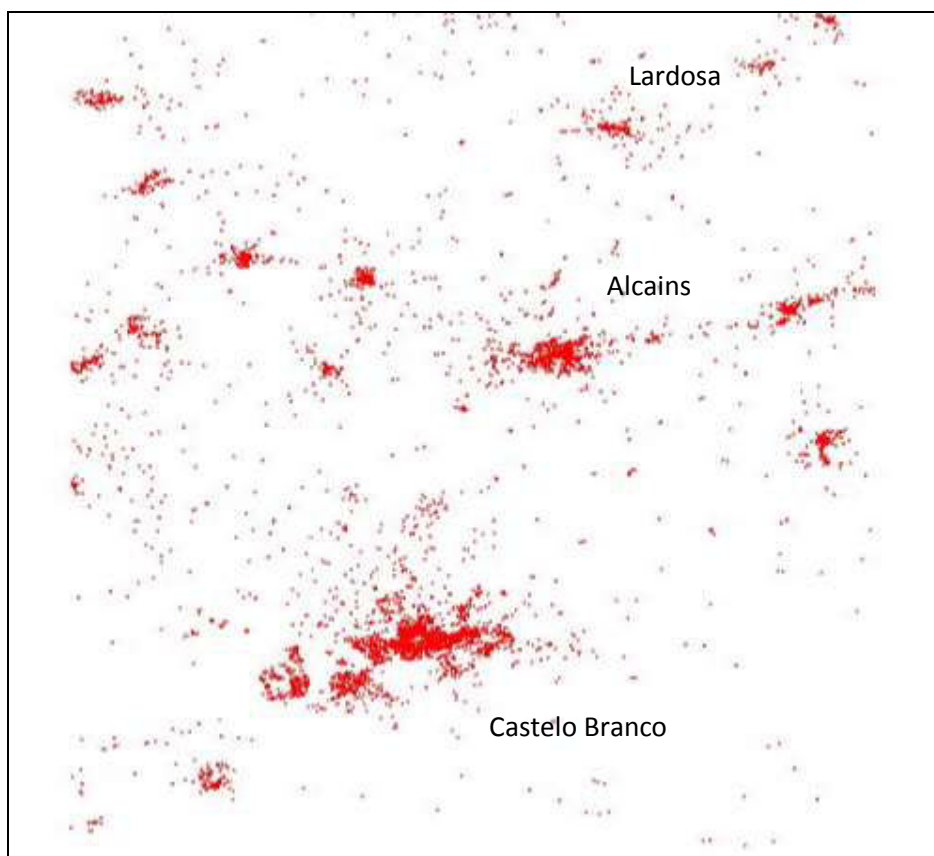
Fonte: PDMCB

Figura 39 - Polígonos das Áreas urbanas a recuperar e dos Espaços industriais não integrados em perímetro urbano constantes do PDMCB (sem escala)

Os estudos elaborados no âmbito da revisão do PDMCB, em 2004, fazem referência que até àquela data tinham sido licenciados 82 pedidos de utilização de solos integrados no Regime da Reserva Agrícola Nacional do município de Castelo Branco e tinham sido autorizadas diversas solicitações para utilização de áreas integradas no regime da Reserva Ecológica Nacional do município (CMCB, 2004), o que poderá ser um indicador da dispersão construtiva verificada no Espaço rural do PDMCB, uma vez que aquelas áreas se encontram integradas neste espaço.

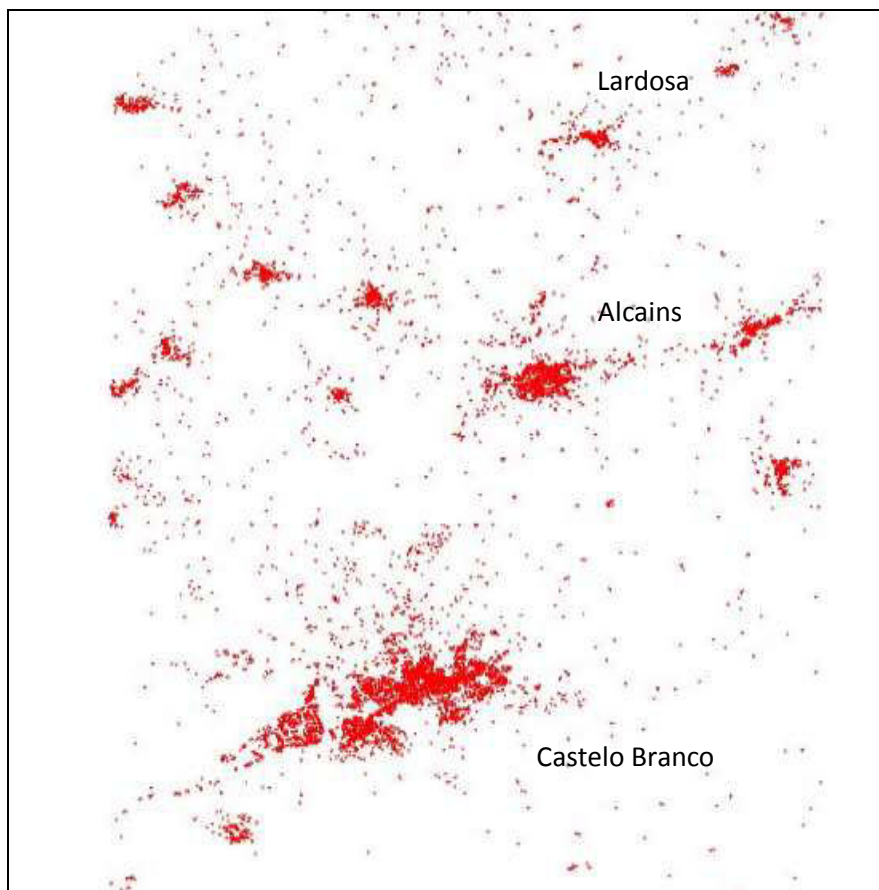
A observação e comparação dos edifícios constantes da Carta Militar de Portugal editada em 1999 com os edifícios constantes da edição de 2016, permitem concluir no mesmo sentido (Figuras 40 e 41).

Com base nestas duas evidências poder-se-á concluir que o regime de uso e ocupação do solo do Espaço rural, previsto no PDMCB, fomentou a dispersão construtiva, que só não terá sido mais intensa na área do concelho devido à entrada em vigor de legislação setorial que contrariou esta pressão.



Fonte: IGEOE, CMP Série 888, Folhas nº 268, 280 e 292, Edição de 1999

Figura 40 - Folha nº268, 269 e 292 da Carta militar de Portugal (layer edifícios), edição de 1999 (sem escala)



Fonte: IGEOE, CMP Série 888, Folhas nº 268, 280 e 292, Edição de 2016

Figura 41 - Folha nº268, 269 e 292 da Carta militar de Portugal (layer edifícios), edição de 2016 (sem escala)

5.13. Conclusões

O PDMCB encontra-se em vigor há cerca de 23 anos e revela um nível de desatualização técnica muito elevado a diversos níveis. O próprio plano estabelecia no seu regulamento um período de vigência muito inferior, 10 anos. A cartografia apresenta legibilidade e rigor posicional muito deficientes.

Mesmo considerando as dificuldades inerentes ao processo de avaliação, em termos gerais poder-se-á concluir que a execução do PDMCB apresenta níveis elevados de concretização, ao nível da oferta de infraestruturas diversas e de equipamentos coletivos, tendo, em algumas situações, sido superado o proposto no próprio plano. A dinâmica dos processos territoriais assentou muitas vezes em decisões de planeamento e gestão de cariz setorial, tanto a nível nacional como municipal, que não foram incorporados no processo de gestão do PDMCB, não sendo possível estabelecer um nexo entre o que foi efetivamente executado e que o PDMCB propõe.



Sem atender a questões de qualidade de serviço, a implantação territorial e a atual oferta de equipamentos e de infraestruturas encontra-se ajustada à estrutura territorial e aos estabelecimentos humanos do concelho de Castelo Branco, garantido acesso generalizado à população e às atividades económicas e residenciais em condições aceitáveis.

O pilar principal da estratégia definida para a estrutura territorial, concentração de investimentos e de ações sobre o território ao longo do eixo central, fortemente reforçada pelas políticas nacionais setoriais e de ordenamento do território, revelou-se muito eficiente.

Em termos de uso e ocupação do solo os níveis de execução dos perímetros dos aglomerados encontram-se muito aquém do previsto, as folgas existentes permitem acolher, em termos quantitativos, pressões construtivas que possam existir nos próximos anos. Os pressupostos de partida do PDMCB terão sido demasiado otimistas uma vez que os indicadores do cenário-base encontram-se longe de ser alcançados no que se refere a população residente e a população ativa, mas foram largamente ultrapassados em termos de alojamentos previstos, como se pode constatar pelos Censos da população e da habitação do INE.

O regime de uso e ocupação do solo do Espaço rural previsto no PDMCB, não travou a dispersão construtiva, que só não terá sido mais intensa devido à entrada em vigor a nível nacional de legislação setorial relativa a edificação em áreas rurais, que contrariou esta pressão.



6. Revisão do PDMCB

6.1. Fundamentos estratégicos e jurídicos

O artigo 124º do DL nº 80/2015, estabelece que a revisão dos planos territoriais decorre da “necessidade de adequação das opções estratégicas que determinaram a sua elaboração” (nº 1) e da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração” (nº2).

Este relatório de avaliação é claro quanto à evolução registada nas condições ambientais, económicas, sociais e culturais nos últimos 23 no concelho de Castelo Branco anos após a entrada em vigor do PDMCB e quanto à necessidade em se proceder “à reconsideração e a reapreciação global, com caráter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais”, conforme previsto no nº2 do artigo 124º do DL nº 80/2015, e à necessidade em efetuar a atualização técnica do PDMCB.

Portanto, o contexto e a realidade territorial do concelho de Castelo Branco sofreram profundas alterações que importa ter em consideração para o futuro da gestão do território na área do município. O PDM constitui o instrumento de excelência para essa gestão do território e deverá por isso ser revisto.

Por outro lado, o enquadramento jurídico do ordenamento do território registou alterações substanciais no que se refere a princípios, instrumentos e orientações que devem ser objeto de ponderação no quadro de uma revisão do PDMCB. Algumas dessas alterações legislativas, têm caráter imperativo e obrigam à revisão do PDMCB, designadamente no que se refere à classificação do solo conforme previsto no artigo 199º do DL nº 80/2015, que estabelece no nº 2 que o PDMCB deve no prazo máximo de cinco anos “ incluir as regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo”.

Finalmente, é premente a necessidade de atualização técnica do PDMCB em vigor tendo em conta o quadro normativo e orientador vigente, seja no que se refere a conteúdo material e documental, a processos e procedimentos de elaboração e a especificações técnicas, no quadro de um processo global de revisão garantindo os adequados níveis de participação pública previstos no DL nº 80/2015, com



base em meios cartográficos atualizados e adequados e em tecnologias de informação geográfica disponíveis.

6.2. Classificação e qualificação do solo

A classificação do solo constante do PDMCB deverá ser ajustada à classificação geral estabelecida no âmbito do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, no que se refere à classificação e qualificação do solo (Quadro 22).

Classificação do solo no PDMCB		Classificação do Solo prevista no Decreto Regulamentar n.º 15/2015,		
1. Espaços Urbanos	Áreas urbanas	1. Solo Urbano	1.1. Espaços centrais	
	Áreas urbanas a recuperar		1.2. Espaços habitacionais	
			1.3. Espaços de atividades económicas	
			1.4. Espaços verdes	
2. Espaços urbanizáveis			1.5. Espaços Urbanos de baixa densidade	
3. Espaços industriais			1.6. Espaços de uso especial: 1.6.1. Espaços de equipamentos; 1.6.2. Espaços de infraestruturas estruturantes; 1.6.3. Espaços turísticos.	
4. Espaços de desenvolvimento turístico				
5. Espaços de equipamento				
6. Espaço rural	6.1. Espaços agrícolas submetidos ao regime da RAN		2. Solo Rústico	2.1. Espaços Agrícolas
	6.2. Espaços agrícolas ou agro-pastoris			2.2. Espaços Florestais
	6.3. Espaços florestais ou silvo-pastoris	2.3. Espaços de Exploração de recursos energéticos e geológicos		
	6.4. Espaços de proteção a valores do património natural	2.4. Espaços naturais e paisagísticos		
	6.5. Espaços de indústrias extrativas	2.5. Espaços de atividades industriais		
		2.6. Outras categorias: 2.6.1. Espaços culturais; 2.6.2. Espaços de ocupação turística; 2.6.3. Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações; 2.6.4. Aglomerados rurais; 2.6.5. Áreas de edificação dispersa.		
7. Espaços-canais				3. Espaços-canal
				4. Estrutura ecológica municipal

Quadro 22 - Classificação e qualificação do solo no PDMCB versus classificação do solo prevista no DR n.º n.º 15/2015, de 19 de agosto

A reclassificação não é direta para todas as classes e categorias de espaço existentes no PDMCB e pode e deve envolver processos de reclassificação para solo rústico devidamente ponderados. Esta tarefa



deverá assentar em trabalho de campo alargado e de proximidade que permita corrigir as deficiências existentes na cartografia do PDMCB e colmatar a ausência de alguma informação de base, com os meios técnicos atualmente disponíveis, de forma a que possam ser aplicados com o rigor adequado os critérios definidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015.

6.3. Cartografia

A cartografia do PDMCB apresenta problemas de legibilidade e de rigor posicional que colocarão dificuldades acrescidas ao processo de revisão e à classificação e qualificação do solo, designadamente no que se refere ao solo urbano.

A revisão do PDMCB deverá atender ao que se encontra estatuído no artigo 3º-A do DL n.º 193/95, de 28 de julho, alterado e republicado pelo DL n.º 141/2014, de 19 de setembro, no que se refere ao sistema de georreferenciação, e no artigo 15º-A no que se refere à utilização de cartografia para planos territoriais, bem como no Regulamento DGT n.º 142/2016, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 27 — 9 de fevereiro de 2016.

Para a classificação e delimitação do solo urbano recomenda-se a utilização conjunta da cartografia topográfica, tal como definido Regulamento DGT n.º 142/2016, com ortofotomapas com resolução mínima de pixel de 50 cm e/ou cartografia topográfica à escala 1:2000, e Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica.

6.4. Contributos para a definição dos objetivos estratégicos

O processo de elaboração da revisão do PDMCB deve assentar na “estratégia de desenvolvimento local, a qual define as orientações estratégicas da implementação e da gestão estruturada dos processos de desenvolvimento e de competitividade do município” (n.º 2 do artigo 76º do DL n.º 80/2015). Compete à câmara municipal a definição da oportunidade e dos termos de referência para esta revisão sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares (n.º3).

Da avaliação efetuada sobre a execução do PDMCB no quadro deste relatório emergem um conjunto de recomendações importantes para o incremento da competitividade e atratividade do município de Castelo Branco que poderão ser levadas em consideração na definição dos objetivos estratégicos para a sua revisão.



No quadro da estratégia de desenvolvimento local e face à evolução registada há pelo menos 6 vetores interdependentes que deverão ser objeto de ponderação.

1. Afirmação da cidade de Castelo Branco como centro urbano de nível sub-regional.
2. Criação de emprego e atração de população.
3. Rejuvenescimento da estrutura etária da população residente.
4. Apoio à terceira idade.
5. Salvaguarda e valorização dos recursos do território municipal.
6. Promoção de uma rede sustentável de equipamentos coletivos.

Quanto ao ordenamento do território e urbanismo considera-se que a revisão do PDMCB deverá assentar em 7 linhas de orientação de suporte à estratégia de desenvolvimento local em termos de classificação e qualificação do solo e do seu regime de uso e ocupação, de intervenções qualificantes e sustentáveis sobre o território municipal e do reforço do papel dos instrumentos de planeamento territorial na condução dessa estratégia.

1. Promover a concentração urbana, contrariar a dispersão edificatória e fomentar a reabilitação e requalificação urbanas, no território municipal.
2. Promover a atualização das regras de classificação e qualificação do solo de forma criteriosa tendo por base princípios de sustentabilidade e a adaptação progressiva às alterações climáticas, com base em instrumentos de planeamento municipal de escala adequada.
3. Reforçar os mecanismos de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores do território na área do município, promovendo a identificação de áreas sensíveis e a classificação de áreas e de imóveis.
4. Promover áreas destinadas a atividades de turismo e de lazer através de instrumentos de planeamento municipal que garantam a adequada compatibilização entre as funções de salvaguarda e proteção e o usufruto por parte da população e das suas atividades.
5. Promover um regime de uso e ocupação do solo rústico que permita acolher atividades compatíveis, definindo critérios de qualidade ambiental a desenvolver em instrumentos de planeamento municipal de escala adequada.
6. Promover a atualização material e documental do PDMCB com base em ferramentas cartográficas à escala adequada e tecnologias de informação geográfica de última geração.
7. Definir um modelo de acompanhamento e avaliação do PDMCB assente num conjunto articulado de indicadores.



7. Bibliografia

CMCB (1994) – Estudos do Plano Diretor Municipal, Vários Volumes.

CMCB (2004) – Estudos da Revisão do Plano Diretor Municipal, Vários Volumes.



8. Anexos

Anexo I - Propostas de ações a desenvolver (contínua)

O nível de execução das Ações/Intervenções propostas no PDMCB foi classificado em **Parcial (P)**, **Total (T)** e **Nulo (N)**.

ACÇÕES A DESENVOLVER NO MUNICÍPIO

Ação/Intervenção Proposta	Documento onde é mencionada	Natureza	Grau de execução	Responsabilidade da execução	Observações
Criação e manutenção de uma base de dados espacializada de apoio à gestão municipal	Relatório	Material	P	CMCB	
Planos de Pormenor das Áreas urbanas a recuperar	Regulamento	Material	P	CMCB	
Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor das áreas Urbanizáveis de Alcains, Castelo Branco e Cebolais/Retaxo	Regulamento	Material	P	CMCB	
Planos de Pormenor das Áreas Industriais	Regulamento	Material	P	CMCB	
Espaços de Desenvolvimento Turístico	Regulamento/Planta de Ordenamento	Material		CMCB	
Plano de Ordenamento da Área de Desenvolvimento Turístico da Zona Envolvente da albufeira de Santa Águeda	Regulamento	Material	T	CMCB; Outro	POAP da albufeira de Santa Águeda e Pisco
Aeródromo	Regulamento/Planta de Ordenamento /Relatório	Material	T	CMCB	Com outras características funcionais
Quartel	Regulamento/Planta de Ordenamento/Relatório	Material	N	CMCB, Outro	
Construção de barragens	Estudos prévios	Material	P	CMCB, Outro	Empreendimentos públicos e privados
Garantir o abastecimento quantitativo de água a partir do Sistema Marateca	Estudos prévios	Material	T	CMCB, Outro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
Ampliar a capacidade dos reservatórios que abastecem a cidade de Castelo Branco	Estudos prévios	Material	T	CMCB, Outro	
Ampliação/remodelação da rede de adução para abastecimento de água a diversos aglomerados do município	Estudos prévios	Material	P	CMCB, Outro	
Ampliação/remodelação da rede de abastecimento água em diversos aglomerados do município (em baixa)	Estudos prévios	Material	P	CMCB	
Construção de redes de abastecimento água e de reservatórios de água em aglomerados onde não existam.	Estudos prévios	Material	P	CMCB, outro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
Construção de ETARs Construção de Estação Elevatória	Estudos prévios/ Regulamento/Planta de Ordenamento	Material	P	CMCB	
Construção/remodelação de redes de drenagem de águas residuais	Estudos prévios	Material	P	CMCB	
Construção da Subestação da Talagueira	Estudos prévios	Material	T	Outro	
Remodelação das Redes de Alta, Média e Baixa tensão	Estudos prévios	Material	T	CMCB, Outro	
Remodelação da Rede de Iluminação Pública	Estudos prévios	Material	T	CMCB	

Ampliação dos serviços de recolha de lixos nas freguesias	Estudos prévios	Material	T	CMCB	
Eliminação da lixeira existente	Estudos prévios	Material	T	CMCB	
Construir nova lixeira	Estudos prévios	Material	T	CMCB, Outro	Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos
Promover um sistema Multimunicipal	Estudos prévios	Imaterial	T	CMCB, Outro	Associação Raia-Pinhal
Promover o acondicionamento dos resíduos industriais	Estudos prévios	Material	T	Outro	Aterro de Resíduos Industriais Banais
Promover a inceneração dos resíduos hospitalares	Estudos prévios	Material	T	Outro	
Delimitar com rigor dez zonas de interesse patrimonial nos aglomerados de Alcains, Castelo Branco, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo e S. Vicente da Beira	Estudos prévios	Material	P	CMCB	
Elaboração de Planos de Recuperação e Salvaguarda em Alcains, Castelo Branco, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo e s. Vicente da Beira	Estudos prévios	Material	P	CMCB	
Promover a classificação de imóveis com interesse patrimonial: Edifício da Biblioteca Municipal e Edifício da Junta de Freguesia de S. Vicente da Beira	Estudos prévios	Material	N	CMCB	
Satisfazer as carências previsíveis de equipamentos: Ensino, Cultura e tempos livres, Desporto, Espaços Verdes, Segurança social, Correios e Telecomunicações e Prevenção e Segurança Pública	Estudos prévios	Material	T	CMCB, Outros	
Itinerários Fundamentais	Planta de Ordenamento	Material	P	Outros	

Fonte: PDMCB, 1994; CMCB

Anexo I - Propostas de ações a desenvolver (continuação)

O nível de execução das Ações/Intervenções propostas no PDMCB foi classificado em **Parcial (P)**, **Total (T)** e **Nulo (N)**.

ACÇÕES A DESENVOLVER NA ZONA CENTRAL-EIXO

	Documento onde é mencionada	Natureza	Grau de execução	Responsabilidade de da execução	Observações
1.1 - Condicionantes e salvaguardas					
1.1/01 – Racionalização da extração de inertes nos rios Ponsul e Ocreza, em articulação com os Serviços Hidráulicos do Tejo: Delimitação das áreas em que se verifica a extração de inertes e daquelas em que deverá ser vedada; identificação e caracterização de problemas de acessibilidade; formas de articulação a desenvolver com os Serviços Hidráulicos do Tejo	Relatório	Mista	P	CMCB, Outros	
1.1/02 - Promoção do ordenamento cinegético no território das freguesias de Lardosa, Mata e Lousa, a fim de preservar o potencial cinegético-recreativo para a população residente: Demarcação das áreas a afetar à exploração cinegética, tendo em conta que não se trata de um uso prioritário do solo na Zona Central/Eixo, não devendo, por isso, tomar formas conflituais em relação aos usos ligados à vocação da zona		Mista	P	CMCB; Outro	
1.1/03 - Proteção da floresta nas freguesias de Lardosa, Mata e Lousa, com limpeza das zonas florestadas e abertura de caminhos: Delimitação das áreas florestais, nos moldes referidos no ponto anterior; identificação dos investimentos em reflorestação e proteção contra incêndios	Relatório	Material	P	CMCB; Outro	PMDCI do município de Castelo Branco
1.1/04 - Salvaguarda dos valores urbanísticos tradicionais, nomeadamente os que se relacionam com a imagem dos conjuntos: Corresponde aos objetivos do Plano de salvaguarda da zona do Castelo, em Castelo Branco, e à delimitação da zona antiga de Alcains, onde as intervenções urbanísticas deverão ter carácter específico	Relatório	Material	P	CMCB	
1.1/05 - Promoção de espaços construídos e paisagens de qualidade: Elaboração de um Guia do Construtor, que complemente a legislação geral vigente e se ajuste às características construtivas locais, contendo orientações para as intervenções no domínio do edificado.	Relatório	Imaterial		CMCB	Aprovado o RMEU.
1.1/06 - Estimular - no contexto da política de incentivos ao investimento industrial - a utilização de tecnologias que otimizem a relação com o meio natural: Elaboração de estudo que fundamente o tipo e montante dos incentivos, para as unidades que recorram às tecnologias menos poluidoras, tomando como ponto de partida a vulnerabilidade do meio natural e a localização das atividades industriais.	Relatório	Imaterial		CMCB; Outro	
2.1 - Fomento económico					
2.1/01 - Promover a produção de frutos secos (nomeadamente amêndoa e avelã):	Relatório	Mista		CMCB; Outro	

Delimitação das áreas com vocação para este tipo de atividade agrícola; divulgação e potenciação das medidas propostas pelo PDAR.					
2.1/02 - Promoção do aproveitamento local de subprodutos da criação de gado ovino e caprino, nomeadamente da transformação de peles: Identificação das principais áreas de produção de matéria-prima e dos locais preferenciais para a implantação das unidades industriais; deteção de eventuais problemas de acessibilidade.	Relatório	Imaterial		CMCB; Outro	
2.1/03 - Estudo, proteção e eventual promoção do aproveitamento turístico-terapêutico das águas termais (Fonte Santa de S. Luís); Definição dos estudos a efetuar para permitir a tomada de decisão no que respeita ao aproveitamento do potencial termal.	Relatório	Imaterial		CMCB; Outro	
2.1/04 - Apoio às pedreiras de Alcains (produção de cantarias): Delimitação das áreas de exploração; identificação das áreas de mercado; deteção de problemas de acessibilidade.	Relatório	Mista	P	CMCB; Outro	
2.1/05 - Captação de financiamentos para a criação de empresas locais: Estudo das formas de articulação das propostas do PDM com os animadores Socioeconómicos do concelho;	Relatório	Imaterial		CMCB; Outro	
2.1/06 - Promoção permanente do território municipal e das atividades nelas instaladas: Disponibilização de um espaço em área central e/ou muito acessível aos viajantes do IP2, que constitua uma forma permanente de promoção do restante território municipal (mostra e venda de artigos regionais, prestação de informações relativas ao concelho).	Relatório	Mista	T	CMCB; Outro	
2.1/07 - Apoio institucional à entidade certificadora do queijo de Castelo Branco.	Relatório	Imaterial		CMCB; Outro	
2.1/08 - Implementação de barragens	Relatório	Material	P	CMCB	Empreendimentos públicos e privados
2.1/09 - Dinamização dos bordados de Castelo Branco com vista a torná-los o "ex-libris" do concelho: Lançamento, em conjunto com o IEFP, o NERCAB e o Museu, de um projeto tendente à criação de novas unidades de produção dos bordados regionais.	Relatório	Mista	T	CMCB; Outro	
2.1/10 - Estimular a implantação de unidades hoteleiras e de restaurantes que promovam a gastronomia regional e nacional: Identificação dos casos relevantes; caracterização do potencial; definição das formas de desenvolvimento. Criação e apoio, no âmbito das festas da cidade, de um concurso de pratos regionais.	Relatório	Imaterial		CMCB; Outro	
2.1/11 - Construção de um terminal Transportes	Relatório	Material	T	CMCB	Centro Coordenador de Transportes
2.1/12 - Construção de um parque para viaturas pesadas	Relatório	Material	T	CMCB	
2.1/13 - Desenvolver a rede de Gás Propano	Relatório	Material	P	CMCB; Outro	Rede de Gás Natural em Castelo Branco e Alcains
3.1 - Infraestruturas					
3.1/01 - Ampliação dos reservatórios de água para abastecimento domiciliário na rede de Castelo Branco, nomeadamente Reservatório de S. Gens (intervenção a acautelar no que se refere ao impacto visual) Reservatórios da zona baixa (Bela	Relatório	Material	T	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal

Vista e Piscina) a ampliar de 4.400 para cerca de 10.000 m3, de forma a garantir o abastecimento da Zona Industrial sem o recurso à construção de um reservatório nessa zona. Reservatório do Castelo, que serve de passagem para a água destinada ao abastecimento de Cebolais e Retaxo, a ampliar de 175 m3 para 350 m3;					
3.1/02 - Reparação da rede atual de abastecimento público de água de Castelo Branco, com remodelação pontual, de forma a evitar as perdas atuais (cerca de 20%);	Relatório	Material	P	CMCB	
3.1/03 - Estimular a construção de reservatórios próprios nas unidades industriais de maior dimensão;	Relatório	Material		CMCB	
3.1/04 - Remodelação das redes de abastecimento público de água de Alcains e Cebolais, em que o nível de perdas é também muito elevado;	Relatório	Material	P	CMCB	
3.1/05 - Ampliação do reservatório de Escalos de Cima;	Relatório	Material	T	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
3.1/06 - Remodelação integral da adução do subsistema Alcains/Escalos de Cima/Lousa/Escalos de Baixo/reservatório de Escalas de Baixo, de forma a transformar este em reservatório de distribuição (e não de jusante);	Relatório	Material	T	CMCB	
3.1/07 - Remodelação da adução no subsistema Escalos de Baixo/Mata;	Relatório	Material	T	CMCB	
3.1/08 - Renovação da adução do sistema Marateca-Sul até Cebolais de Cima;	Relatório	Material	T	CMCB	
3.1/09 - Continuar os esforços já envidados pelos Serviços Municipalizados no sentido de drenar e tratar as águas residuais dos centros populacionais de, pelo menos, mais de 500 habitantes, procurando assim evitar a poluição de caminhos e arruamentos de características predominantemente urbanas e ainda de linhas de água e campos do concelho.	Relatório	Material	P	CMCB	
3.1/10 - Remodelação das zonas de drenagem deficiente da rede de esgotos de Castelo Branco, tendo sempre em conta a necessidade de criar um sistema separativo;	Relatório	Material	P	CMCB	
3.1/11 - Adaptação dos projetos de redes de esgotos atualmente existentes para a Cidade de Castelo Branco às expansões propostas pelo PGU, no contexto da estratégia de desenvolvimento a definir no âmbito do PDM;	Relatório	Material	P	CMCB	
3.1/12 - Ligação das unidades industriais que deem origem a efluente com elevado teor de substâncias químicas ou tóxicas, à unidade de pré-tratamento da ETAR;	Relatório	Material	T	CMCB	
3.1/13 - Implementação de um sistema de controlo de qualidade do tratamento dado pelas ETARs às águas residuais;	Relatório	Mista		CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
3.1/14 - Ações tendentes a melhorar o processo de deposição dos resíduos sólidos (desincentivas ao derrame de resíduos sólidos na via pública, gestão mais eficaz do parque de contentores, etc.);	Relatório	Imaterial		CMCB	
3.1/15 - Racionalização e automatização dos procedimentos de recolha de lixos, de forma a reduzir os custos desta;	Relatório	Mista	P	CMCB	
3.1/16 - Eliminação urgente da lixeira atualmente existente, que apresenta	Relatório	Material	T	CMCB	Lixeira Celada

inconvenientes de ordem sanitária e estética, acompanhada de medidas específicas (resíduos hospitalares a incinerar in loco e identificação, para tratamento apropriado, dos casos de resíduos tóxicos de origem industrial);					
3.1/17 - Estudo de localização e dimensionamento de futura lixeira, a qual tende a localizar-se na Zona Central/Eixo, dados os critérios de seleção normalmente utilizados (para condições ambientais dadas, procurar-se-ão reduzir os custos de transportes);	Relatório	Mista	T	CMCB	Aterro de resíduos Sólido Urbanos Associação Raia-Pinhal
3.1/18 - Equacionamento sistemático das alternativas de abastecimento energético das zonas industriais, de forma a manter a competitividades do espaço destinado à indústria transformadora;	Relatório	Imaterial		CMCB	
3.1/19 - Monitorização da procura previsional de solo urbano nos aglomerados da zona, de forma a adaptar o esforço de investimento no domínio das infraestruturas à procura global de solo urbano para os diversos usos.	Relatório	Imaterial		CMCB	
3.1/20 - Construção das ETARs previstas no Plano Diretor das águas residuais de Castelo Branco	Relatório	Material	T	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
4.1 Equipamentos coletivos e habitação	Relatório				
4.1/01 - Determinação e conjugação de carências, dentro da estratégia de desenvolvimento municipal definida no âmbito do PDM;	Relatório	Imaterial		CMCB	
4.1/02 - Promoção da construção de um mercado abastecedor, de um mercado de origem para produtos de ovinocultura e cipericultura (nomeadamente queijo e carne) e ainda de um mercado de leilão de gado ovino e caprino. Estudos de dimensionamento e localização.	Relatório	Mista	P	CMCB	
4.1/03 - Papel de liderança no que se refere ao mercado de habitação Caracterização das procuras para segmentos específicos do mercado, nomeadamente a procura originada por população temporariamente residente, articulando-a com as características do stock.	Relatório	Imaterial		CMCB	
4.1/04 - Disponibilizar terreno para a construção de uma residência para alunos do Instituto Politécnico, bem como de uma biblioteca central e centro de documentação, para os alunos das Escolas Superiores integradas no IPCB.	Relatório	Material	T	CMCB	
4.1/05 - Cativar a instalação de uma Universidade privada	Relatório	Imaterial		CMCB	
5.1 - Acessibilidades					
5.1/01 - Promoção da construção de um aeródromo: Preparação de memória justificativa/enquadramento local e regional; articulação com as restantes propostas do PDM.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/02 - Construção do Heliporto	Relatório	Material	T	CMCB	Aeródromo serve o mesmo fim/Bombeiros/Hospital
5.1/03 - Construção do Centro Coordenador de Transportes	Relatório	Material	T	CMCB	Junto à Estação de caminho-de-ferro
5.1/04 - Variante a Sul do caminho-de-ferro que terá como principais funções a estruturação, ligação e articulação dos núcleos situados naquela zona, quer entre si, quer com o centro da cidade ou desta	Relatório	Material	P	CMCB	

com a rede viária principal.					
5.1/05 - Via de ligação entre o Estádio do Vale do Romeiro e a Central de Camionagem.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/06 - Ligação da Rua Jaime Lopes Dias com a Central de Camionagem.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/07 - Ligação da entrada Norte da cidade com a subestação da EDP.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/08 - Via de ligação entre a saída Sul da cidade (EN 18), o pavilhão do NERCAB e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do I.P.C.B.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/09 - Vias de acesso à Variante a Sul da linha de Caminho-de-ferro.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/10 - Ligação da Variante a Sul do Caminho-de-ferro ao centro da cidade através de eliminação progressiva das passagens de nível, substituídas por passagens desniveladas (superiores ou inferiores).	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/11 - Ampliação e modernização da atual Estação de Caminho-de-ferro existente devidamente articulada com outros equipamentos propostos, e sistemas de transportes públicos, com criação de um terminal de tomada de passageiros, junto daquela.	Relatório	Material	P	CMCB; Outro	
5.1/12 - Terminal de tomada de passageiros com 2 ou 3 cais, junto à Estação de Caminho-de-ferro.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/13 - Melhorar os acessos aos bairros periféricos.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/14 - Construção de uma variante a Alcains.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/15 - Remodelação das ligações de Cebolais/Retaxo ao IP6.	Relatório	Material	T		
5.1/16 - Promover a ligação Mata - Lousa	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/17 - Reabilitação de toda a Rede Viária com perspetivas de desclassificação.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/18 - Construção de alguns parques de estacionamento previstos no PGU.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/19 - Estudar alterações de percursos, tanto no sistema de circulação como nas navetas.	Relatório	Imaterial		CMCB	
5.1/20 - Reordenar o Trânsito no centro da cidade	Relatório	Mista	T	CMCB	
5.1/21 - Continuar a construção de abrigos nas paragens.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.1/22 - Reclassificação do IC8 para IP dado tratar-se de um itinerário de interesse nacional, cujo nível de serviço deverá ser tal que assegure correntes de tráfego estáveis e permita uma razoável liberdade de circulação aos condutores (nível B). Promover a conclusão do mesmo, de forma a estabelecer a rápida ligação desta zona ao litoral.	Relatório	Mista	N	Outro	Da responsabilidade da Administração Central
5.1/23 - Dinamizar o processo de execução dos itinerários Principais nº 2 e 6 com a atual perspetiva de duplicação das vias, de modo a manter a atual dinâmica de desenvolvimento da região.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.1/24 - Evitar esforços junto das entidades competentes, nomeadamente JAE, no sentido de ser concretizado o nó de ligação do IP2/IP6 ao Hospital Distrital de Castelo Branco.	Relatório	Material	T	Outro	
5.1/25 - Promover a ligação da Fronteira de Monfortinho com o Litoral através de um "Eixo Peninsular".	Relatório	Material	N	Outro	Da responsabilidade da Administração Central

5.1/26 - Elaborar cartas de fácil consulta das carreiras existentes e afixá-las nos abrigos, bem como folhetos informativos de horários, percursos, títulos de transportes existentes e tarifas.	Relatório	Material	T	CMCB; Outro	
5.1/27 - Apoio, necessário, à dinamização do Entrepasto Ferroviário de Benquerenças.	Relatório	Material	T	CMCB; Outro	
6.1 - Dinamização sociocultural					
6.1/01 - Apoio às instituições de carácter associativo: Identificação de associações que possam assumir papel de relevo na implantação das propostas do PDM; apoio institucional aos objetivos das associações relevantes.	Relatório	Imaterial		CMCB	Execução de um plano exaustivo de investimentos materiais e imateriais no movimento associativo
6.1/02 - Zona de Lazer em Castelo Branco	Relatório	Material	T	CMCB	
6.1/03 - Zona de Lazer em Alcains	Relatório	Material	T	CMCB	
6.1/04 - Aquisição de uma quinta em local a estudar para instalação de um museu de água bem como de outras atividades atrativas.	Relatório	Mista		CMCB	

Fonte: PDMCB, 1994; CMCB

Anexo I - Propostas de ações a desenvolver (continuação)

O nível de execução das Ações/Intervenções propostas no PDMCB foi classificado em **Parcial (P)**, **Total (T)** e **Nulo (N)**.

ACÇÕES A DESENVOLVER NA ZONA CAMPO ALBICASTRENSE

	Documento onde é mencionada	Natureza	Grau de execução	Responsabilidade da execução	Observações
1.1 - Condicionantes e Salvaguardas					
1.11/01 - Identificação e delimitação dos conjuntos urbanos e elementos a salvar, nomeadamente nas sedes de freguesia (incluindo o aglomerado - mas não a freguesia - de S. Vicente da Beira);	Relatório	Material	P	CMCB	
1.11/02 - Proteção genérica do potencial turístico associado à presença das barragens, às características do património construído e à paisagem rural: Delimitação de áreas de proteção das barragens, que se possam afetar a usos de interesse turístico, identificando estes; idem para conjuntos construídos ou de interesse paisagístico.	Relatório	Material	P	CMCB, Outro	
1.11/03 - Elaboração de um Plano de Pormenor para a zona da Barragem de St ^a . Águeda/ Projetos parcelares.	Relatório	Material	P	CMCB	POAP da albufeira de Santa Águeda e Pisco
1.11/04 - Promover a classificação de toda a área a W do Rio Ocreza como zona de alto risco de incêndio	Relatório	Mista	T	CMCB	PMDCI do Município de Castelo Branco
2.11 - Fomento económico					
2.11/01 - Promoção da realização de estudos que definam as aptidões agrícolas da zona, no contexto regional, nomeadamente tendo em conta o papel que nela assumem a ovicultura (produção de leite para o fabrico de queijo) e a vitivinicultura (integração na zona vitivinícola da Cova da Beira/VOPRD): Articulação com o PDAR e dinamização dos agricultores, para implementação das atividades que correspondem às aptidões locais.	Relatório	Imaterial		CMCB, Outro	
2.11/02 - Incentivar o povoamento piscícola das barragens e a criação de áreas de exploração cinegética na envolvente: Equacionamento em termos de viabilidade, na perspetiva de elaboração de um caderno de encargos para exploração de uma concessão na barragem de St ^a . Águeda.	Relatório	Imaterial		CMCB, Outro	
2.11/03 - Estimular a implantação de unidades hoteleiras e de restaurantes que promovam a gastronomia regional e nacional. Identificação dos casos relevantes; caracterização do potencial; definição das formas de desenvolvimento.	Relatório	Imaterial		CMCB	
2.11/04 - Implementação de barragens:	Relatório	Material	P	CMCB	Empreendimentos públicos e privados
Aproveitamento piscícola, agrícola, industrial, pecuário e de lazer.	Relatório			CMCB	
3.11 - Infraestruturas					
3.11/01 - Proceder à ligação sistemática das edificações existentes, ou a construir, aos sistemas gerais de drenagem de águas	Relatório	Material	P	CMCB	

residuais, mantendo as ligações vigiadas, de forma a assegurar a realização de sistema separativo;					
3.11/02 - Aceitação do sistema de fossa séptica, nas zonas de habitação unifamiliar não servidas pela atual rede, quando as condições geológicas e hidrológicas e a dimensão dos lotes o permitam, acautelando a possibilidade de ligação a uma futura rede de drenagem;	Relatório	Imaterial		CMCB	
3.11/03 - O abastecimento público domiciliário de água é constituído pelo sistema Pisco-Sul, tornando-se necessário: remodelar a adução a Sobral do Campo construir reservatórios elevados em Ninho do Açor e em Juncal do Campo construir um reservatório novo em Barbaído construir a adução Barbaído-Chão da Vã	Relatório	Material	T	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
3.11/04 - Execução da adução a Vale da Torre, no Sistema Casal da Serra; 3.11/05 - Remodelação da rede de distribuição de Vale da Torre.	Relatório	Material	T	CMCB	
4.11 - Equipamentos coletivos					
4.11/01 - Criação de um pólo de equipamentos locais que torne menos frequente a deslocação a Castelo Branco (Tinalhas): Identificação e caracterização dos equipamentos e dos pólos bem como dos requisitos da sua viabilização; comparação objetiva com a alternativa de localização sistemática de equipamentos coletivos em todas as sedes de freguesia.	Relatório	Material	P	CMCB	Melhoria quantitativa e qualitativa de equipamentos ao nível de várias freguesias
4.11/02 - Construção de equipamentos públicos de apoio a St.ª Águeda.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.11 - Acessibilidades					
5.11/01 - Introdução de melhoramentos nas vias que ligam o interior da zona ao IP2, de forma a estimular o desvio dos transeuntes que circulam neste;	Relatório	Material	P	CMCB	
5.11/02 - Promover a acessibilidade interna da zona ao pólo de equipamentos coletivos locais (transportes públicos).	Relatório	Material	P	CMCB	
5.11/03 - Promover as ligações entre sedes de freguesia de modo a fechar as malhas da rede atual (radial) são exemplo: Sobral do Campo/Almaceda Caféde/Freixial	Relatório	Material	T	CMCB	
5.11/04 - Reabilitação de toda a rede viária com perspectivas de desclassificação.	Relatório	Material	P	CMCB	
6.11 - Dinamização sociocultural					
6.11/01 - Apoio às associações culturais que têm por objetivo a promoção dos costumes locais.	Relatório	Imaterial		CMCB	Execução de um plano exaustivo de investimentos materiais e imateriais no movimento associativo
6.11/02 - Criação de uma pequena Zona de Lazer junto à ponte pedrinha.	Relatório	Material	N	CMCB	
6.11/03 - Apoio à Associação de Estudantes do I.P.C.B. e às suas atividades culturais.	Relatório	Imaterial		CMCB	Execução de um plano exaustivo de investimentos materiais e imateriais no movimento associativo
6.11/04 - Apoio ao aproveitamento do edifício de S. Fiel.	Relatório	Imaterial		CMCB	

Anexo I - Propostas de ações a desenvolver (continuação)

O nível de execução das Ações/Intervenções propostas no PDMCB foi classificado em **Parcial (P)**, **Total (T)** e **Nulo (N)**.

ACÇÕES A DESENVOLVER NA ZONA SUL

	Documento onde é mencionada	Natureza	Grau de execução	Responsabilidade da execução	Observações
1.111 - Condicionantes e Salvaguardas					
1.111/01 - Proteção da fauna e da floresta mediterrânica, bem como dos ecossistemas das margens do Tejo e do Aravil: Delimitação das áreas com interesse (critérios para a construção de uma área protegida, distinguindo espaços dentro da área a proteger). Estudos da fauna e da flora da zona e incentivo à manutenção e recuperação e/ou reposição.	Relatório	Mista	T	CMCB, Outro	
1.111/02 – Classificação e proteção do património construído em Malpica do Tejo e Monforte da Beira: Identificação e caracterização preliminar dos elementos de interesse; definição prévia de critérios de intervenção.	Relatório	Material	N	CMCB	
2.111 - Fomento económico					
2.111/01 - Promoção e enquadramento da exploração cinegética, tendo em conta que se trata de uma área de floresta mediterrânica de grande dimensão, pouco perturbada pela intervenção humana e enriquecida pela presença do rio Tejo: Delimitação das áreas de potencial cinegético assinalável e caracterização deste; estudo preliminar da viabilidade económica da exploração comercial da caça, com o objetivo de incentivar eventuais promotores.	Relatório	Mista	P	CMCB, Outro	
2.111/02 - Enquadramento (difusão de informação, dinamização da assistência técnica) da manutenção e expansão do montado, nomeadamente do montado de sobre: Articulação com a Direção Geral das Florestas, no sentido de consolidação da vocação florestal da zona, em alternativa ao eucalipto (difusão de informação).	Relatório	Imaterial		CMCB, Outro	
2.111/03 - Promoção de atividades de recreio de ar livre, ao nível nacional ou internacional (caça, pesca, canoagem): Publicação do potencial natural do concelho para o recreio de ar livre (procura crescente a nível europeu), criando simultaneamente sistemas de geração de receitas pelo usufruto dos bens públicos em questão (o que a rede viária possibilita).	Relatório	Imaterial		CMCB, Outro	
2.111/04 - Apoio técnico e negocial ao aproveitamento do património rural edificado, para instalações de apoio às atividades turísticas e de recreio de ar livre: Afetação dos recursos técnicos da Autarquia para a identificação e caracterização e caracterização das possibilidades de aproveitamento do património rural edificado.	Relatório	Imaterial		CMCB	

2.111/05 - Implementação de barragens. Aproveitamento piscícola, agrícola, industrial, pecuário e de lazer.	Relatório	Material	P	CMCB	Empreendimentos públicos e privados
3.111 - Infraestruturas					
3.111/01 - Proceder à ligação sistemática das edificações existentes, ou a construir, aos sistemas gerais de drenagem de águas residuais, mantendo as ligações vigiadas, de forma a assegurar a realização de sistema separativo;	Relatório	Material	P	CMCB	
3.111/02 - Aceitação do sistema de fossa séptica, nas zonas de habitação unifamiliar não servidas pela atual rede, quando as condições geológicas e hidrológicas e a dimensão dos lotes o permitam, acautelando a possibilidade de ligação a uma futura rede de drenagem;		Imaterial			
3.111/03 - A zona não é servida por rede de abastecimento público domiciliário de água, devendo encarar-se a possibilidade de construção de uma adução a partir de Cebolais de Cima (sistema Marateca-Sul), por ser admissível a entrada em colapso dos sistemas locais (quer quantitativa quer qualitativamente), baseados em furos.	Relatório	Material	T	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
4.111 - Equipamentos coletivos					
4.111/01 - A manutenção das características selvagens da zona poderá passar pela aceitação de uma acessibilidade fraca ao exterior, pelo que se tornará necessária a prestação local de serviços, alguns deles excedendo as competências das entidades públicas, embora estas possam ter um papel de apoio (serviços de saúde que, para além da presença de pessoal do sector e de instalações e equipamentos mínimos, implicam a existência de uma farmácia, serviços bancários, etc.) - serviços úteis a uma população idosa e com pouca mobilidade, mas que se tornam importantes no contexto do tipo de turismo e das atividades recreativas propostas (que apresentam algum risco para a integridade física);	Relatório	Imaterial		CMCB	
4.111/02 - Instalação de serviços de incêndio e de socorros a náufragos, minimamente equipados.	Relatório	Material	P	CMCB	Reforço da capacidade de intervenção dos Bombeiros Voluntários e criação da Brigada de Sapadores Florestais
4.111/03 - Aquisição do complexo da antiga fábrica de cerâmica junto à ponte Romana do Rio Ponsul para servir de apoio às atividades ligadas ao turismo, nomeadamente à caça.	Relatório	Imaterial	N	CMCB	
5.111 - Acessibilidades					
5.111/01 - Melhoria do sistema de transportes escolares, para os equipamentos coletivos localizados em Castelo Branco;	Relatório	Material	T	CMCB	
5.111/02 - Criação de um parque mínimo, mas bem equipado, de ambulâncias ao serviço da zona;	Relatório	Material	P	CMCB	Reforço da capacidade de intervenção dos Bombeiros Voluntários e criação da Brigada de Sapadores Florestais

5.111/03 - Apoio ao serviço local de carros de praça;	Relatório	Material	P	CMCB	
5.111/04 - Manutenção em boas condições do pavimento das estradas que ligam Castelo Branco a Malpica e Monforte da Beira, embora esta possa não estar asfaltada.	Relatório	Material	T	CMCB	
5.111/05 - Promoção das ligações: Monforte/Ladoeiro Monforte/Rosmanihal e Monforte/Lentiscais/Alfrívada	Relatório	Material	T	CMCB	
5.111/06 - Reabilitação de toda a Rede Viária com perspetivas de desclassificação.	Relatório	Material	P	CMCB	
6.111 - Dinamização sociocultural					
6.111/01 - Apoio às Juntas de Freguesia na potenciação dos recursos naturais e humanos (valorização e recolha de costumes e tradições corporizados nos conhecimentos e nas formas de vida dos indivíduos de mais idade).	Relatório	Imaterial		CMCB	
6.111/02 - Divulgação dos estudos existentes sobre os costumes da região.	Relatório	Imaterial		CMCB	

Fonte: PDMCB, 1994; CMCB

Anexo I - Propostas de ações a desenvolver (continuação)

O nível de execução das Ações/Intervenções propostas no PDMCB foi classificado em **Parcial (P)**, **Total (T)** e **Nulo (N)**.

ACÇÕES A DESENVOLVER NA ZONA DO PINHAL

	Documento onde é mencionada	Natureza	Grau de execução	Responsabilidade da execução	Observações
1.IV - Condicionantes e Salvaguardas					
1.IV/01 - Proteção sistemática da floresta de exploração, através de ações de vigilância e monitorização complementares das atividades do Ministério da tutela: Detecção sistemática das necessidades de investimento na proteção da floresta e promoção das intervenções necessárias, em articulação com outras entidades.	Relatório	Imaterial		CMCB, Outro	
1.IV/02 - Identificação de áreas a proteger e caracterização dos potenciais em causa.	Relatório	Material	P	CMCB	Área de Paisagem Protegida da Serra da Gardunha
1.IV/03 Promover a classificação desta área como zona de alto risco de incêndio.	Relatório	Material	N	CMCB	PMDCI do Município de Castelo Branco
2.IV - Fomento económico					
2.IV/01 - Aproveitamento do potencial apícola, enquadrando a produção (assistência técnica) e a comercialização: Delimitação das áreas com especial aptidão para a apicultura; caracterização dos potenciais de produção e de mercado.	Relatório	Mista	P	CMCB, Outro	
2.IV/02 - Difusão de informação e apoio institucional à diversificação da produção do sector primário, promovendo alternativas como a instalação de pomares de frutos secos (amêndoa e avelã):	Relatório	Imaterial		CMCB, Outro	
Articulação com o PDAR.	Relatório	Imaterial		CMCB,Outro	
2.IV/03 - Estudo da viabilidade técnico-económico da exploração das águas de Casal da Serra.	Relatório	Imaterial	P	CMCB, Outro	Águas da Fonte de Fraga
2.IV/04 - Estudo da localização de uma pequena área industrial para processamento de matéria-prima local, nomeadamente produtos florestais.	Relatório	Imaterial		CMCB	
2.IV/05 - Aproveitamento de lagares antigos, para promoção de gastronomia regional e azeite. Aquisição de 2 ou 3 lagares.	Relatório	Imaterial		CMCB	
2.IV/06 - Implementação de barragens: Aproveitamento piscícola, agrícola, industrial, pecuário e de lazer.	Relatório	Material	P	CMCB	Empreendimentos públicos e privados
2.IV/07 - Barragem do Alvito	Relatório	Material	N	Outro	Da responsabilidade da Administração Central
3.IV - Infraestruturas					
3.IV/01 - Proceder à ligação sistemática das edificações existentes, ou a construir, aos sistemas gerais de drenagem de águas residuais, mantendo as ligações vigiadas, de forma a assegurar a realização de sistema separativo;	Relatório	Material	P	CMCB	
3.IV/02 - Aceitação do sistema de fossa	Relatório	Imaterial		CMCB	

séptica, nas zonas de habitação unifamiliar não servidas pela atual rede, quando as condições geológicas e hidrológicas e a dimensão dos lotes o permitam, acautelando a possibilidade de ligação a uma futura rede de drenagem;					
3.IV/03 - Construção de uma adução para a zona, a partir de Palvarinho (sistema Pisco-Poente), o que permitirá substituir os abastecimentos domiciliários de água baseados em furos cuja água não tem a qualidade adequada para abastecimento público;	Relatório	Material	T	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
3.IV/04 - Construção de reservatórios com um mínimo de 50 m3, nos aglomerados que não dispõem de órgãos de reserva.	Relatório	Material	P	CMCB	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento; Águas de Portugal
4.IV - Equipamentos coletivos					
4.IV/01 - Criação de um pólo de equipamentos locais que torne menos frequente a deslocação a Castelo Branco (Sarzedas);	Relatório	Material	P	CMCB	Melhoria qualitativa e quantitativa de equipamentos ao nível das várias freguesias
4.IV/02 - Promover o policiamento por elementos da GNR, de forma a ficar garantida a proteção da floresta;	Relatório	Imaterial		Outro	
4.IV/03 - Contribuição para a instalação de equipamento local de combate a incêndios, inclusive de meios de telecomunicações.	Relatório	Material	T	CMCB,Outro	
4.IV/04 - Criação de um Centro Escolar - ensino pré-primário e primário.	Relatório	Material	T	CMCB	
4.IV/05 - Promover a execução da Escola Básica Integrada de S. Vicente da Beira	Relatório	Material	T	CMCB	
5.IV - Acessibilidades					
5.IV/01 - Seleção e manutenção de uma rodovia preferencial para o escoamento dos produtos florestais (madeira e resina), a qual deverá ser também, privilegiada para a deslocação a Castelo Branco, e que seria alvo de investimentos (a negociar com a Administração Central, no quadro da ligação a Coimbra);	Relatório	Mista		CMCB, Outro	
5.IV/02 - Melhorar a acessibilidade interna.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.IV/03 - Construção de abrigos nas paragens.	Relatório	Material	P	CMCB	
5.IV/04 - Reabilitação da rede viária com perspetivas de desclassificação.	Relatório	Material	P	CMCB	
6.IV - Dinamização sociocultural					
6.IV/01 - Aumento da capacidade dos centros sociais das Juntas de Freguesia, no que se refere às atividades que promovem a integração comunitária.	Relatório	Material	P	CMCB	
6.IV/02 - Apoio às Associações Locais	Relatório	Imaterial		CMCB	Execução de um plano exaustivo de investimentos materiais e imateriais no movimento associativo
6.IV/03 - Criação de zonas de Lazer junto ao rio Ocreza	Relatório	Material	P	CMCB	

Fonte: PDMCB, 1994; CMCB

Anexo II - Evolução da população residente, população ativa e famílias por freguesia no concelho de Castelo Branco

Freguesias	População residente						População ativa						Famílias					
	2011		2001		Var 2001-2011		2011		2001		Var 2001-2011		2011		2001		Var 2001-2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alcains	5022	9.0	4929	8.8	93	1.9	2347	9.2	2351	9.3	-4	-0.2	1984	8.5	1782	8.3	202	11.3
Almaceda	677	1.2	943	1.7	-266	-28.2	143	0.6	300	1.2	-157	-52.3	332	1.4	416	1.9	-84	-20.2
Benquerenças	720	1.3	725	1.3	-5	-0.7	236	0.9	222	0.9	14	6.3	322	1.4	365	1.7	-43	-11.8
Cafede	263	0.5	289	0.5	-26	-9.0	105	0.4	133	0.5	-28	-21.1	116	0.5	117	0.5	-1	-0.9
Castelo Branco	35242	62.8	31240	56.1	4002	12.8	17983	70.6	16067	63.8	1916	11.9	14023	60.3	11300	52.5	2723	24.1
Cebolais de Cima	1026	1.8	1290	2.3	-264	-20.5	347	1.4	556	2.2	-209	-37.6	457	2.0	547	2.5	-90	-16.5
Escalos de Baixo	746	1.3	946	1.7	-200	-21.1	330	1.3	363	1.4	-33	-9.1	334	1.4	380	1.8	-46	-12.1
Escalos de Cima	938	1.7	1110	2.0	-172	-15.5	416	1.6	467	1.9	-51	-10.9	397	1.7	438	2.0	-41	-9.4
Freixial do Campo	468	0.8	537	1.0	-69	-12.8	178	0.7	249	1.0	-71	-28.5	196	0.8	218	1.0	-22	-10.1
Juncal do Campo	355	0.6	500	0.9	-145	-29.0	122	0.5	191	0.8	-69	-36.1	175	0.8	227	1.1	-52	-22.9
Lardosa	961	1.7	1044	1.9	-83	-8.0	355	1.4	337	1.3	18	5.3	408	1.8	430	2.0	-22	-5.1
Louriçal do Campo	636	1.1	805	1.4	-169	-21.0	189	0.7	216	0.9	-27	-12.5	280	1.2	327	1.5	-47	-14.4
Lousa	621	1.1	752	1.3	-131	-17.4	201	0.8	271	1.1	-70	-25.8	294	1.3	325	1.5	-31	-9.5
Malpica do Tejo	517	0.9	758	1.4	-241	-31.8	117	0.5	183	0.7	-66	-36.1	273	1.2	395	1.8	-122	-30.9
Mata	470	0.8	590	1.1	-120	-20.3	141	0.6	192	0.8	-51	-26.6	224	1.0	252	1.2	-28	-11.1
Monforte da Beira	378	0.7	506	0.9	-128	-25.3	45	0.2	71	0.3	-26	-36.6	201	0.9	260	1.2	-59	-22.7
Ninho do Açor	380	0.7	473	0.8	-93	-19.7	139	0.5	184	0.7	-45	-24.5	166	0.7	194	0.9	-28	-14.4
Póvoa de Rio de Moinhos	663	1.2	685	1.2	-22	-3.2	304	1.2	279	1.1	25	9.0	294	1.3	278	1.3	16	5.8
Retaxo	843	1.5	1047	1.9	-204	-19.5	287	1.1	481	1.9	-194	-40.3	372	1.6	426	2.0	-54	-12.7
Salgueiro do Campo	891	1.6	965	1.7	-74	-7.7	321	1.3	366	1.5	-45	-12.3	376	1.6	374	1.7	2	0.5
Santo André das Tojeiras	747	1.3	1033	1.9	-286	-27.7	137	0.5	205	0.8	-68	-33.2	400	1.7	527	2.4	-127	-24.1
São Vicente da Beira	1259	2.2	1597	2.9	-338	-21.2	381	1.5	578	2.3	-197	-34.1	521	2.2	636	3.0	-115	-18.1
Sarzedas	1335	2.4	1738	3.1	-403	-23.2	300	1.2	479	1.9	-179	-37.4	671	2.9	817	3.8	-146	-17.9
Sobral do Campo	366	0.7	516	0.9	-150	-29.1	120	0.5	168	0.7	-48	-28.6	165	0.7	208	1.0	-43	-20.7
Tinalhas	585	1.0	690	1.2	-105	-15.2	242	0.9	282	1.1	-40	-14.2	263	1.1	294	1.4	-31	-10.5
Castelo Branco	56109	100.0	55708	100.0	401	0.7	25486	100.0	25191	100.0	295	1.2	23244	100.0	21533	100.0	1711	7.9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Anexo III - Evolução dos edifícios e alojamento familiares por freguesia no concelho de Castelo Branco

Freguesias	Edifícios						Alojamentos familiares					
	2011		2001		Var 2001-2011		2011		2001		Var 2001-2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alcains	2373	9.6	2269	9.7	104	4.6	3110	8.1	2841	8.1	269	9.5
Almaceda	576	2.3	825	3.5	-249	-30.2	576	1.5	824	2.4	-248	-30.1
Benquerenças	643	2.6	727	3.1	-84	-11.6	651	1.7	740	2.1	-89	-12.0
Cafede	210	0.9	207	0.9	3	1.4	211	0.6	210	0.6	1	0.5
Castelo Branco	7020	28.5	5930	25.3	1090	18.4	19711	51.4	16571	47.4	3140	18.9
Cebolais de Cima	698	2.8	684	2.9	14	2.0	733	1.9	743	2.1	-10	-1.3
Escalos de Baixo	676	2.7	729	3.1	-53	-7.3	692	1.8	737	2.1	-45	-6.1
Escalos de Cima	659	2.7	614	2.6	45	7.3	681	1.8	637	1.8	44	6.9
Freixial do Campo	335	1.4	319	1.4	16	5.0	342	0.9	328	0.9	14	4.3
Juncal do Campo	473	1.9	464	2.0	9	1.9	476	1.2	476	1.4	0	0.0
Lardosa	829	3.4	871	3.7	-42	-4.8	851	2.2	902	2.6	-51	-5.7
Louriçal do Campo	574	2.3	553	2.4	21	3.8	587	1.5	565	1.6	22	3.9
Lousa	484	2.0	504	2.2	-20	-4.0	498	1.3	511	1.5	-13	-2.5
Malpica do Tejo	743	3.0	907	3.9	-164	-18.1	742	1.9	915	2.6	-173	-18.9
Mata	490	2.0	481	2.1	9	1.9	492	1.3	483	1.4	9	1.9
Monforte da Beira	631	2.6	592	2.5	39	6.6	634	1.7	595	1.7	39	6.6
Ninho do Açor	321	1.3	300	1.3	21	7.0	327	0.9	305	0.9	22	7.2
Póvoa de Rio de Moinhos	584	2.4	518	2.2	66	12.7	597	1.6	533	1.5	64	12.0
Retaxo	583	2.4	576	2.5	7	1.2	605	1.6	625	1.8	-20	-3.2
Salgueiro do Campo	741	3.0	769	3.3	-28	-3.6	745	1.9	777	2.2	-32	-4.1
Santo André das Tojeiras	968	3.9	917	3.9	51	5.6	968	2.5	922	2.6	46	5.0
São Vicente da Beira	1365	5.5	1275	5.4	90	7.1	1389	3.6	1305	3.7	84	6.4
Sarzedas	1664	6.7	1454	6.2	210	14.4	1664	4.3	1467	4.2	197	13.4
Sobral do Campo	443	1.8	437	1.9	6	1.4	447	1.2	447	1.3	0	0.0
Tinalhas	586	2.4	516	2.2	70	13.6	587	1.5	522	1.5	65	12.5
Castelo Branco	24669	100.0	23438	100.0	1231	5.3	38316	100.0	34981	100	3335	9.5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continua)

Aglomerados	População Residente HM								Famílias							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Aboboreira	31	0.1	0.1	10	0.0	0.0	-21	-67.7	18	0.1	0.1	7	0.0	0.0	-11	-61.1
Águas de Verão	68	0.1	0.2	38	0.1	0.1	-30	-44.1	37	0.2	0.3	23	0.1	0.1	-14	-37.8
Alcains	4698	8.4	8.6	4902	8.7	8.8	204	4.3	1706	7.9	8.2	1939	8.1	8.2	233	13.7
Almaceda	319	0.6	9.2	239	0.4	9.3	-80	-25.1	133	0.6	8.8	108	0.5	8.7	-25	-18.8
Azenha de Baixo	a	a	a	2	0.0	9.3	a	a	a	a	8.8	1	0.0	8.7	a	a
Azenha de Cima	48	0.1	9.3	33	0.1	9.3	-15	-31.3	23	0.1	8.9	17	0.1	8.7	-6	-26.1
Azinheira	0	0.0	9.4	b	b	9.3	b	b	0	0.0	8.9	b	b	b	b	b
Barbaído	134	0.2	9.4	105	0.2	9.5	-29	-21.6	57	0.3	9.2	48	0.2	8.7	-9	-15.8
Barrocas	17	0.0	9.6	14	0.0	9.5	-3	-17.6	10	0.0	9.2	8	0.0	8.8	-2	-20.0
Benquerenças de Baixo	164	0.3	9.6						69	0.3	9.5					
Benquerenças de Cima	256	0.5	9.9	386	0.7	10.2	-34	-8.1	119	0.6	10.1	177	0.7	9.5	-11	-5.9
Bozelha	a	a	a	5	0.0	10.2	a	a	a	a	10.1	2	0.0	9.5	a	a
Bugios	49	0.1	10.0	28	0.0	10.3	-21	-42.9	25	0.1	10.2	15	0.1	9.6	-10	-40.0
Cabeça Gorda	20	0.0	10.1	16	0.0	10.3	-4	-20.0	11	0.1	10.3	9	0.0	9.6	-2	-18.2
Cabeço do Infante	67	0.1	10.1	42	0.1	10.4	-25	-37.3	35	0.2	10.4	25	0.1	9.7	-10	-28.6
Cafede	273	0.5	10.3	244	0.4	10.8	-29	-10.6	112	0.5	10.9	109	0.5	10.2	-3	-2.7
Calvos	30	0.1	10.7	25	0.0	10.9	-5	-16.7	16	0.1	11.0	17	0.1	10.3	1	6.3
Camões	9	0.0	10.8	2	0.0	10.9	-7	-77.8	6	0.0	11.0	1	0.0	10.3	-5	-83.3
Carrascal	17	0.0	10.8	10	0.0	10.9	-7	-41.2	9	0.0	11.1	6	0.0	10.3	-3	-33.3
Casal da Fraga	177	0.3	10.8	b	b	10.9	b	b	66	0.3	11.4	b	b	10.3	b	b
Casal da Pelota	80	0.1	11.2	b	b	10.9	b	b	27	0.1	11.5	b	b	10.3	b	b
Casal da Serra	172	0.3	11.3	128	0.2	11.1	-44	-25.6	71	0.3	11.8	52	0.2	10.5	-19	-26.8
Castelo Branco	30449	54.7	11.6	34639	61.8	72.9	4190	13.8	11039	51.3	63.1	13762	57.4	67.9	2723	24.7
Cebolais de Cima	1290	2.3	66.3	1015	1.8	74.7	-275	-21.3	547	2.5	65.6	452	1.9	69.8	-95	-17.4
Chão da Vá	115	0.2	68.6	73	0.1	74.8	-42	-36.5	53	0.2	65.9	39	0.2	70.0	-14	-26.4
Escalos de Baixo	916	1.6	68.8	692	1.2	76.1	-224	-24.5	369	1.7	67.6	311	1.3	71.3	-58	-15.7
Escalos de Cima	1095	2.0	70.4	905	1.6	77.7	-190	-17.4	433	2.0	69.6	383	1.6	72.9	-50	-11.5

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	População Residente HM								Famílias							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Fernão Calvo	20	0.0	72.4	11	0.0	77.7	-9	-45.0	10	0.0	69.7	9	0.0	72.9	-1	-10.0
Ferrarias Cimeiras	85	0.2	72.4	68	0.1	77.8	-17	-20.0	43	0.2	69.9	38	0.2	73.1	-5	-11.6
Fontainhas	21	0.0	72.6	11	0.0	77.8	-10	-47.6	8	0.0	69.9	5	0.0	73.1	-3	-37.5
Fonte Longa	130	0.2	72.6	84	0.1	78.0	-46	-35.4	70	0.3	70.2	48	0.2	73.3	-22	-31.4
Freixial do Campo	398	0.7	72.9	335	0.6	78.6	-63	-15.8	159	0.7	71.0	136	0.6	73.9	-23	-14.5
Garridas	12	0.0	73.6	7	0.0	78.6	-5	-41.7	7	0.0	71.0	5	0.0	73.9	-2	-28.6
Gatas	14	0.0	73.6	15	0.0	78.6	1	7.1	6	0.0	71.0	8	0.0	73.9	2	33.3
Gaviãozinho	27	0.0	73.6	9	0.0	78.7	-18	-66.7	18	0.1	71.1	5	0.0	73.9	-13	-72.2
Grade	70	0.1	73.7	54	0.1	78.7	-16	-22.9	26	0.1	71.2	21	0.1	74.0	-5	-19.2
Ingarnal	45	0.1	73.8	23	0.0	78.8	-22	-48.9	20	0.1	71.3	15	0.1	74.1	-5	-25.0
Joaninho	41	0.1	73.9	26	0.0	78.8	-15	-36.6	19	0.1	71.4	13	0.1	74.1	-6	-31.6
Juncal do Campo	370	0.7	74.0	252	0.4	79.3	-118	-31.9	166	0.8	72.2	122	0.5	74.7	-44	-26.5
Lardosa	851	1.5	74.6	788	1.4	80.7	-63	-7.4	342	1.6	73.8	324	1.4	76.0	-18	-5.3
Lentiscais	165	0.3	76.1	153	0.3	81.0	-12	-7.3	88	0.4	74.2	87	0.4	76.4	-1	-1.1
Líria	a	a	a	11	0.0	81.0	a	a	a	a	74.2	4	0.0	76.4	a	a
Lirião	a	a	a	7	0.0	81.0	a	a	a	a	74.2	4	0.0	76.4	a	a
Lisga	108	0.2	76.3	84	0.1	81.1	-24	-22.2	50	0.2	74.4	44	0.2	76.6	-6	-12.0
Lomba Chã	29	0.1	76.4	20	0.0	81.2	-9	-31.0	16	0.1	74.5	11	0.0	76.6	-5	-31.3
Louriçal do Campo2	621	1.0	77.4	525	0.9	82.1	-96	-15.5	232	1.1	75.6	229	1.0	77.6	-3	-1.3
Lousa	723	1.3	78.7	588	1.0	83.2	-135	-18.7	316	1.5	77.0	280	1.2	78.8	-36	-11.4
Magueija	22	0.0	78.7	13	0.0	83.2	-9	-40.9	9	0.0	77.1	8	0.0	78.8	-1	-11.1
Malhada do Cervo	53	0.1	78.8	28	0.0	83.2	-25	-47.2	24	0.1	77.2	18	0.1	78.9	-6	-25.0
Malpica do Tejo	701	1.3	80.1	476	0.8	84.1	-225	-32.1	368	1.7	78.9	257	1.1	79.9	-111	-30.2
Martim Branco	38	0.1	80.1	27	0.0	84.1	-11	-28.9	18	0.1	79.0	13	0.1	80.0	-5	-27.8
Mata	565	1.0	81.1	417	0.7	84.9	-148	-26.2	243	1.1	80.1	203	0.8	80.8	-40	-16.5
Maxiais	245	0.4	81.6	246	0.4	85.3	1	0.4	111	0.5	80.6	133	0.6	81.4	22	19.8
Maxial	58	0.1	81.7	33	0.1	85.4	-25	-43.1	28	0.1	80.8	18	0.1	81.5	-10	-35.7
Mendares	38	0.1	81.7	30	0.1	85.4	-8	-21.1	15	0.1	80.8	16	0.1	81.5	1	6.7
Monforte da Beira	482	0.9	82.6	350	0.6	86.1	-132	-27.4	251	1.2	82.0	188	0.8	82.3	-63	-25.1
Monte da Goula	23	0.0	82.7	10	0.0	86.1	-13	-56.5	11	0.1	82.0	6	0.0	82.3	-5	-45.5
Monte Gordo	45	0.1	82.7	22	0.0	86.1	-23	-51.1	24	0.1	82.1	11	0.0	82.4	-13	-54.2
Moureló	77	0.1	82.9	34	0.1	86.2	-43	-55.8	36	0.2	82.3	20	0.1	82.5	-16	-44.4

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	População Residente HM								Famílias							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Nave	28	0.1	82.9	13	0.0	86.2	-15	-53.6	14	0.1	82.4	8	0.0	82.5	-6	-42.9
Ninho do Açor	457	0.8	83.7	365	0.7	86.8	-92	-20.1	188	0.9	83.3	158	0.7	83.2	-30	-16.0
Outeiro	27	0.0	83.8	22	0.0	86.9	-5	-18.5	13	0.1	83.3	12	0.1	83.2	-1	-7.7
Padrão	42	0.1	83.9	27	0.0	86.9	-15	-35.7	24	0.1	83.4	15	0.1	83.3	-9	-37.5
Paiágua	114	0.2	84.1	92	0.2	87.1	-22	-19.3	55	0.3	83.7	52	0.2	83.5	-3	-5.5
Palvarinho	295	0.2	84.3	228	0.4	87.5	-67	-22.7	130		83.7	103	0.4	83.9	-27	-20.8
Paradanta	52	0.1	84.4	29	0.1	87.6	-23	-44.2	21	0.1	83.8	13	0.1	84.0	-8	-38.1
Partida	232	0.4	84.8	161	0.3	87.8	-71	-30.6	84	0.4	84.2	65	0.3	84.3	-19	-22.6
Pé da Serra	80	0.1	84.9	52	0.1	87.9	-28	-35.0	35	0.2	84.3	30	0.1	84.4	-5	-14.3
Pereiro Cimeiro	10	a	84.9	a	a	a	-a	-a	6	0.0	84.4	a	a	a	a	a
Pereiros	54	0.1	85.0	39	0.1	88.0	-15	-27.8	23	0.1	84.5	21	0.1	84.5	-2	-8.7
Pereiros	15	0.0	85.1	13	0.0	88.0	-2	-13.3	8	0.0	84.5	7	0.0	84.5	-1	-12.5
Pomar	41	0.1	85.1	35	0.1	88.1	-6	-14.6	20	0.1	84.6	19	0.1	84.6	-1	-5.0
Pousafoles	99	0.2	85.3	69	0.1	88.2	-30	-30.3	44	0.2	84.8	32	0.1	84.7	-12	-27.3
Póvoa de Rio de Moinhos	665	1.2	86.5	613	1.1	89.3	-52	-7.8	268	1.2	86.0	274	1.1	85.9	6	2.2
Rapoula	49	0.1	86.6	41	0.1	89.4	-8	-16.3	22	0.1	86.1	18	0.1	85.9	-4	-18.2
Represa	65	0.1	86.7	58	0.1	89.5	-7	-10.8	35	0.2	86.3	29	0.1	86.1	-6	-17.1
Retaxo	972	1.7	88.5	770	1.4	90.9	-202	-20.8	388	1.8	88.1	338	1.4	87.5	-50	-12.9
Ribeira de Eiras	37	0.1	88.5	29	0.1	90.9	-8	-21.6	17	0.1	88.2	13	0.1	87.5	-4	-23.5
Ribeiro da Seta	a	a	a	19	0.0	90.9	a	a	a	a	88.2	8	0.0	87.6	a	a
Rochas de Baixo	133	0.2	88.8	99	0.2	91.1	-34	-25.6	61	0.3	88.5	49	0.2	87.8	-12	-19.7
Rochas de Cima	115	0.2	89.0	75	0.1	91.3	-40	-34.8	49	0.2	88.7	35	0.1	87.9	-14	-28.6
Salgueiral	22	0.0	89.0	15	0.0	91.3	-7	-31.8	9	0.0	88.7	9	0.0	87.9	0	0.0
Salgueiro do Campo	574	1.0	90.0	473	0.8	92.1	-101	-17.6	234	1.1	89.8	216	0.9	88.8	-18	-7.7
Santo André das Tojeiras	44	0.1	90.1	39	0.1	92.2	-5	-11.4	21	0.1	89.9	19	0.1	88.9	-2	-9.5
São Domingos	89	0.2	90.3	68	0.1	92.3	-21	-23.6	37	0.2	90.1	33	0.1	89.1	-4	-10.8
São Vicente da Beira1	793	1.1	91.4	676	1.2	93.5	-117	-14.8	294	1.1	91.2	256	1.1	90.1	-38	-12.9
Sapateira	a	a	a	81	0.1	93.7	a	a	a	a	91.2	15	0.1	90.2	a	a
Sarrasqueira	41	0.1	91.5	32	0.1	93.7	-9	-22.0	23	0.1	91.3	18	0.1	90.3	-5	-21.7
Sarzedas	155	0.3	91.7	156	0.3	94.0	1	0.6	63	0.3	91.6	52	0.2	90.5	-11	-17.5
Sesminho	7	0.0	91.8	4	0.0	94.0	-3	-42.9	4	0.0	91.6	2	0.0	90.5	-2	-50.0

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	População Residente HM								Famílias							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Sesmo	74	0.1	91.9	54	0.1	94.1	-20	-27.0	37	0.2	91.7	27	0.1	90.6	-10	-27.0
Silveira Limões	a	a	a	8	0.0	94.1	a	a	a	a	91.7	4	0.0	90.6	a	a
Silveirinha dos Figos	32	0.1	91.9	32	0.1	94.2	0	0.0	17	0.1	91.8	15	0.1	90.7	-2	-11.8
Sobrainho da Ribeira	29	0.1	92.0	20	0.0	94.2	-9	-31.0	17	0.1	91.9	12	0.1	90.7	-5	-29.4
Sobral do Campo	492	0.9	92.8	342	0.6	94.8	-150	-30.5	203	0.9	92.8	157	0.7	91.4	-46	-22.7
Sopegal	38	0.1	92.1	22	0.0	94.9	-16	-42.1	18	0.1	92.9	10	0.0	91.4	-8	-44.4
Taberna Seca	122	0.2	93.0	121	0.2	95.1	-1	-0.8	49	0.2	93.2	56	0.2	91.7	7	14.3
Tapada das Figueiras	a	a	a	18	0.0	95.1	a	a	a	a	93.2	9	0.0	91.7	a	a
Tapada das Figueiras Sul	a	a	a	14	0.0	95.1	a	a	a	a	93.2	7	0.0	91.7	a	a
Teixugueiras	23	0.0	93.1	14	0.0	95.2	-9	-39.1	12	0.1	93.2	9	0.0	91.8	-3	-25.0
Tinalhas	665	1.2	94.3	561	1.0	96.2	-104	-15.6	285	1.3	94.5	252	1.1	92.8	-33	-11.6
Tojeiras	97	0.2	94.5	76	0.1	96.3	-2	-21.6	47	0.2	94.8	36	0.2	93.0	-11	-23.4
Torre	120	0.2	94.7	44	0.1	96.4	-76	-63.3	50	0.2	95.0	21	0.1	93.1	-29	-58.0
Tripeiro	68	0.1	94.8	50	0.1	96.5	-18	-26.5	35	0.2	95.2	25	0.1	93.2	-10	-28.6
Valbom	54	0.1	94.9	37	0.1	96.5	-17	-31.5	22	0.1	95.3	19	0.1	93.2	-3	-13.6
Vale Bonito	8	0.0	94.9	7	0.0	96.5	-1	-12.5	6	0.0	95.3	5	0.0	93.3	-1	-16.7
Vale Chiqueiro	35	0.1	95.0	25	0.0	96.6	-10	-28.6	17	0.1	95.4	14	0.1	93.3	-3	-17.6
Vale da Pereira	37	0.1	95.0	23	0.0	96.6	-14	-37.8	18	0.1	95.4	13	0.1	93.4	-5	-27.8
Vale da Ramada	59	0.1	95.1	43	0.1	96.7	-16	-27.1	28	0.1	95.6	19	0.1	93.5	-9	-32.1
Vale da Saraça	39	0.1	95.2	24	0.0	96.7	-15	-38.5	23	0.1	95.7	14	0.1	93.5	-9	-39.1
Vale da Sertã	20	0.0	95.2	13	0.0	96.8	-7	-35.0	11	0.1	95.7	9	0.0	93.5	-2	-18.2
Vale da Torre	132	0.2	95.5	95	0.2	96.9	-37	-28.0	62	0.3	96.0	51	0.2	93.8	-11	-17.7
Vale das Ovelhas	26	0.0	95.5	20	0.0	97.0	-6	-23.1	14	0.1	96.1	12	0.1	93.8	-2	-14.3
Vale de Água	22	0.0	95.6	13	0.0	97.0	-9	-40.9	12	0.1	96.1	9	0.0	93.8	-3	-25.0
Vale de Ferradas	53	0.1	95.7	41	0.1	97.1	-12	-22.6	26	0.1	96.3	18	0.1	93.9	-8	-30.8
Vale de Figueiras	62	0.1	95.8	45	0.1	97.2	-17	-27.4	28	0.1	96.4	25	0.1	94.0	-3	-10.7
Vale de Maria Dona	38	0.1	95.8	26	0.0	97.2	-12	-31.6	18	0.1	96.5	10	0.0	94.1	-8	-44.4
Vale de Ponsul	a	a	a	3	0.0	97.2	a	a	a	a	96.5	2	0.0	94.1	a	a
Vale do Coelho	62	0.1	96.0	42	0.1	97.3	-20	-32.3	28	0.1	96.6	21	0.1	94.2	-7	-25.0
Vale Lancinha	a	a	a	9	0.0	97.3	a	a	a	a	96.6	3	0.0	94.2	a	a
Versadas	a	a	a	6	0.0	97.3	a	a	a	a	96.6	4	0.0	94.2	a	a

Anexo IV - Evolução da população residente e famílias por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	População Residente HM								Famílias							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Vidigal	a	a	a	4	0.0	97.3	a	a	a	a	96.6	2	0.0	94.2	a	a
Vilares de Baixo	46	0.1	96.0	13	0.0	97.3	-33	-71.7	24	0.1	96.7	17	0.1	94.3	-7	-29.2
Vilares de Cima	65	0.1	96.2	32	0.1	97.4	-33	-50.8	28	0.1	96.8	27	0.1	94.4	-1	-3.6
Violeiro	68	0.1	96.3	39	0.1	97.5	-29	-42.6	34	0.2	97.0	19	0.1	94.5	-15	-44.1
Isolados	1517	2.7	100.0	1422	2.5	100.0	-95	-6.3	531	2.5	100.0	574	2.4	100.0	43	8.1
Total	55708	100.0		56109	100.0		401	0.7	21533	100.0		23960	100.0		2427	11.3

a não identificado no Censo de 2001

b não identificado no censo de 2011

1 Inclui o aglomerado de Casal da Fraga

2 Incluiu o aglomerado do Casal da Pelota

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Castelo Branco (contínua)

Aglomerados	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Aboboreira	23	0.1	0.1	35	0.1	0.1	12	52.2	23.0	0.1	0.1	35.0	0.1	0.1	12.0	52.2
Águas de Verão	69	0.2	0.3	102	0.3	0.4	33	47.8	69.0	0.3	0.4	102.0	0.4	0.6	33.0	47.8
Alcains	2712	7.8	8.0	3039	7.9	8.3	327	12.1	2176	9.3	9.7	2298	9.3	9.9	122	5.6
Almaceda	260	0.7	8.8	186	0.5	8.8	-74	-28.5	261	1.1	10.8	185	0.7	10.6	-76	-29.1
Azenha de Baixo	a	a	a	2	0.0	8.8	a	a	a	a	a	2	0.0	10.6	a	a
Azenha de Cima	47	0.1	8.9	53	0.1	8.9	6	12.8	47	0.2	11.0	53	0.2	10.8	6	12.8
Azinheira	25	0.1	9.0	b	b	b	b	b	25	0.1	11.1	b	b	b	b	b
Barbaido	85	0.2	9.2	84	0.2	9.1	-1	-1.2	85	0.4	11.5	84	0.3	11.2	-1	-1.2
Barrocas	27	0.1	9.3	24	0.1	9.2	-3	-11.1	27	0.1	11.6	24	0.1	11.3	-3	-11.1
Benquerenças de Baixo	98	0.3	9.6						102	0.4	12.0					
Benquerenças de Cima	236	0.7	10.2	361	0.9	10.1	27	8.1	239	1.0	13.0	359	1.5	12.7	18	5.3
Bozelha	a	a	a	4	0.0	10.1	a	a	a	a	a	4	0.0	12.8	a	a
Bugios	48	0.1	10.4	46	0.1	10.3	-2	-4.2	48	0.2	13.2	46	0.2	12.9	-2	-4.2
Cabeça Gorda	23	0.1	10.4	19	0.0	10.3	-4	-17.4	23	0.1	13.3	19	0.1	13.0	-4	-17.4
Cabeço do Infante	71	0.2	10.6	64	0.2	10.5	-7	-9.9	70	0.3	13.6	64	0.3	13.3	-6	-8.6
Cafede	185	0.5	11.2	194	0.5	11.0	9	4.9	183	0.8	14.4	193	0.8	14.1	10	5.5
Calvos	22	0.1	11.2	36	0.1	11.1	14	63.6	22	0.1	14.5	36	0.1	14.2	14	63.6
Camões	18	0.1	11.3	12	0.0	11.1	-6	-33.3	18	0.1	14.6	12	0.0	14.3	-6	-33.3
Carrascal	15	0.0	11.3	28	0.1	11.2	13	86.7	15	0.1	14.6	28	0.1	14.4	13	86.7
Casal da Fraga1	111	0.3	11.6	b	b	b	b	b	106	0.5	15.1	b	b	b	b	b
Casal da Pelota2	60	0.2	11.8	b	b	b	b	b	51	0.2	15.3	b	b	b	b	b

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Casal da Serra	144	0.4	12.2	121.0	0.3	11.5	-23	-16.0	142	0.6	15.9	120	0.5	14.9	-22	-15.5
Castelo Branco	15873	45.4	57.6	19017	49.5	61.0	3144	19.8	5242	22.4	38.3	6294	25.5	40.4	1052	20.1
Cebolais de Cima	743	2.1	59.7	729	1.9	62.9	-14	-1.9	684	2.9	41.2	692	2.8	43.2	8	1.2
Chão da Vá	109	0.3	60.0	107	0.3	63.2	-2	-1.8	106	0.5	41.7	107	0.4	43.6	1	0.9
Escalos de Baixo	702	2.0	62.1	637	1.7	64.9	-65	-9.3	694	3.0	44.6	620	2.5	46.1	-74	-10.7
Escalos de Cima	614	1.8	63.8	643	1.7	66.5	29	4.7	591	2.5	47.1	622	2.5	48.6	31	5.2
Fernão Calvo	15	0.0	63.8	18	0.0	66.6	3	20.0	15	0.1	47.2	18	0.1	48.7	3	20.0
Ferrarias Cimeiras	75	0.2	64.1	67	0.2	66.8	-8	-10.7	74	0.3	47.5	67	0.3	49.0	-7	-9.5
Fontainhas	21	0.1	64.1	7	0.0	66.8	-14	-66.7	21	0.1	47.6	7	0.0	49.0	-14	-66.7
Fonte Longa	110	0.3	64.4	106	0.3	67.1	-4	-3.6	109	0.5	48.1	106	0.4	49.4	-3	-2.8
Freixial do Campo	233	0.7	65.1	220	0.6	67.6	-13	-5.6	224	1.0	49.0	212	0.9	50.3	-12	-5.4
Garridas	21	0.1	65.2	18	0.0	67.7	-3	-14.3	21	0.1	49.1	18	0.1	50.4	-3	-14.3
Gatas	17	0.0	65.2	11	0.0	67.7	-6	-35.3	17	0.1	49.2	11	0.0	50.4	-6	-35.3
Gaviãozinho	28	0.1	65.3	19	0.0	67.8	-9	-32.1	27	0.1	49.3	19	0.1	50.5	-8	-29.6
Grade	40	0.1	65.4	35	0.1	67.9	-5	-12.5	40	0.2	49.5	35	0.1	50.6	-5	-12.5
Ingarnal	48	0.1	65.5	22	0.1	67.9	-26	-54.2	48	0.2	49.7	22	0.1	50.7	-26	-54.2
Joaninho	22	0.1	65.6	20	0.1	68.0	-2	-9.1	22	0.1	49.8	20	0.1	50.8	-2	-9.1
Juncal do Campo	338	1.0	66.6	286	0.7	68.7	-52	-15.4	329	1.4	51.2	284	1.2	52.0	-45	-13.7
Lardosa	700	2.0	68.6	635	1.7	70.4	-65	-9.3	670	2.9	54.0	619	2.5	54.5	-51	-7.6
Lentiscais	232	0.7	69.2	199	0.5	70.9	-33	-14.2	232	1.0	55.0	199	0.8	55.3	-33	-14.2
Líria	a	a	a	9	0.0	70.9	a	a	a	a	a	9	0.0	55.3	a	a
Lirião	a	a	a	59	0.2	71.1	a	a	a	a	a	59	0.2	55.6	a	a
Lisga	77	0.2	69.5	81	0.2	71.3	4	5.2	77	0.3	55.4	81	0.3	55.9	4	5.2
Lomba Chã	23	0.1	69.5	22	0.1	71.3	-1	-4.3	23	0.1	55.5	22	0.1	56.0	-1	-4.3

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Louriçal do Campo2	365	1.0	70.6	463	1.2	72.5	98	26.8	364	1.6	57.0	454	1.8	57.8	90	24.7
Lousa	500	1.4	72.0	472	1.2	73.8	-28	-5.6	494	2.1	59.1	458	1.9	59.7	-36	-7.3
Magueija	21	0.1	72.1	23	0.1	73.8	2	9.5	21	0.1	59.2	23	0.1	59.8	2	9.5
Malhada do Cervo	38	0.1	72.2	29	0.1	73.9	-9	-23.7	38	0.2	59.4	29	0.1	59.9	-9	-23.7
Malpica do Tejo	885	2.5	74.7	694	1.8	75.7	-191	-21.6	881	3.8	63.1	693	2.8	62.7	-188	-21.3
Martim Branco	41	0.1	74.8	29	0.1	75.8	-12	-29.3	41	0.2	63.3	29	0.1	62.8	-12	-29.3
Mata	442	1.3	76.1	407	1.1	76.8	-35	-7.9	440	1.9	65.2	404	1.6	64.4	-36	-8.2
Maxiais	246	0.7	76.8	227	0.6	77.4	-19	-7.7	239	1.0	66.2	220	0.9	65.3	-19	-7.9
Maxial	42	0.1	76.9	42	0.1	77.5	0	0.0	42	0.2	66.4	42	0.2	65.5	0	0.0
Mendares	26	0.1	77.0	43	0.1	77.7	17	65.4	26	0.1	66.5	43	0.2	65.7	17	65.4
Monforte da Beira	577	1.6	78.6	583	1.5	79.2	6	1.0	575	2.5	68.9	581	2.4	68.0	6	1.0
Monte da Goula	30	0.1	78.7	36	0.1	79.3	6	20.0	30	0.1	69.1	36	0.1	68.2	6	20.0
Monte Gordo	72	0.2	78.9	40	0.1	79.4	-32	-44.4	72	0.3	69.4	40	0.2	68.3	-32	-44.4
Mourela	74	0.2	79.1	96.0	0.3	79.6	22	29.7	74	0.3	69.7	96	0.4	68.7	22	29.7
Nave	25	0.1	79.2	31	0.1	79.7	6	24.0	25	0.1	69.8	31	0.1	68.9	6	24.0
Ninho do Açor	295	0.8	80.0	308	0.8	80.5	13	4.4	290	1.2	71.0	302	1.2	70.1	12	4.1
Outeiro	15	0.0	80.1	18	0.0	80.6	3	20.0	15	0.1	71.1	18	0.1	70.2	3	20.0
Padrão	52	0.1	80.2	44	0.1	80.7	-8	-15.4	52	0.2	71.3	44	0.2	70.3	-8	-15.4
Paiágua	119	0.3	80.6	94	0.2	80.9	-25	-21.0	119	0.5	71.8	94	0.4	70.7	-25	-21.0
Palvarinho	227	0.6	81.2	209	0.5	81.5	-18	-7.9	225	1.0	72.8	209	0.8	71.6	-16	-7.1
Paradanta	44	0.1	81.3	47.0	0.1	81.6	3	6.8	44	0.2	73.0	47	0.2	71.7	3	6.8
Partida	194	0.6	81.9	212.0	0.6	82.1	18	9.3	194	0.8	73.8	212	0.9	72.6	18	9.3
Pé da Serra	56	0.2	82.1	71	0.2	82.3	15	26.8	56	0.2	74.0	71	0.3	72.9	15	26.8

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Pereiro Cimeiro	11	0.0	82.1	b	b	b	b	b	11	0.0	74.1	b	b	b	b	b
Pereiros	75	0.2	82.3	57.0	0.1	82.5	-18	-24.0	75	0.3	74.4	57	0.2	73.1	-18	-24.0
Pereiros	16	0.0	82.4	32	0.1	82.5	16	100.0	16	0.1	74.5	32	0.1	73.3	16	100.0
Pomar	56	0.2	82.5	51	0.1	82.7	-5	-8.9	56	0.2	74.7	51	0.2	73.5	-5	-8.9
Pousafoles	64	0.2	82.7	55	0.1	82.8	-9	-14.1	60	0.3	75.0	55	0.2	73.7	-5	-8.3
Póvoa de Rio de Moinhos	508	1.5	84.1	528	1.4	84.2	20	3.9	493	2.1	77.1	518	2.1	75.8	25	5.1
Rapoula	38	0.1	84.3	38	0.1	84.3	0	0.0	38	0.2	77.2	38	0.2	75.9	0	0.0
Represa	48	0.1	84.4	53	0.1	84.4	5	10.4	48	0.2	77.4	51	0.2	76.1	3	6.3
Retaxo	553	1.6	86.0	547	1.4	85.9	-6	-1.1	504	2.2	79.6	526	2.1	78.3	22	4.4
Ribeira de Eiras	30	0.1	86.1	16	0.0	85.9	-14	-46.7	30	0.1	79.7	16	0.1	78.3	-14	-46.7
Ribeiro da Seta	a	a	a	49	0.1	86.0	a	a	a	a	a	48	0.2	78.5	a	a
Rochas de Baixo	120	0.3	86.4	75	0.2	86.2	-45	-37.5	120	0.5	80.2	75	0.3	78.8	-45	-37.5
Rochas de Cima	79	0.2	86.6	52	0.1	86.4	-27	-34.2	79	0.3	80.6	52	0.2	79.1	-27	-34.2
Salgueiral	18	0.1	86.7	26	0.1	86.4	8	44.4	18	0.1	88.3	26	0.1	79.2	8	44.4
Salgueiro do Campo	492	1.4	88.1	427	1.1	87.5	-65	-13.2	485	2.1	88.3	423	1.7	80.9	-62	-12.8
Santo André das Tojeiras	32	0.1	88.2	36	0.1	87.6	4	12.5	32	0.1	88.3	36	0.1	81.0	4	12.5
São Domingos	72	0.2	88.4	67	0.2	87.8	-5	-6.9	72	0.3	88.3	67	0.3	81.3	-5	-6.9
São Vicente da Beira ¹	414	1.2	89.6	526.0	1.4	89.2	112	27.1	393	1.7	88.3	500	2.0	83.3	107	27.2
Sapateira	a	a	a	15	0.0	89.2	a	a	a	a	a	15	0.1	83.4	a	a
Sarrasqueira	30	0.1	89.7	36	0.1	89.3	6	20.0	30	0.1	88.4	36.0	0.1	83.5	6	20.0
Sarzedas	146	0.4	92.6	139	0.4	89.7	-7	-4.8	146	0.6	89.1	139	0.6	84.1	-7	-4.8
Sesminho	11	0.0	92.7	11	0.0	89.7	0	0.0	11	0.0	89.1	11	0.0	84.1	0	0.0
Sesmo	86	0.2	92.9	110	0.3	90.0	24	27.9	86	0.4	89.5	110	0.4	84.6	24	27.9
Silveira Limões	a	a	a	16	0.0	90.0	a	a	a	a	a	16	0.1	84.6	a	a

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Silveirinha dos Figos	24	0.1	93.0	24	0.1	90.1	0	0.0	22	0.1	89.6	24	0.1	84.7	2	9.1
Sobrainho da Ribeira	36	0.1	93.1	36	0.1	90.2	0	0.0	36	0.2	89.7	36	0.1	84.9	0	0.0
Sobral do Campo	437	1.2	94.3	431	1.1	91.3	-6	-1.4	427	1.8	91.5	427	1.7	86.6	0	0.0
Sopegal	32	0.1	94.4	25	0.1	91.4	-7	-21.9	32	0.1	91.7	25	0.1	86.7	-7	-21.9
Taberna Seca	97	0.3	94.7	117	0.3	91.7	20	20.6	94	0.4	92.1	116	0.5	87.2	22	23.4
Tapada das Figueiras	a	a	a	38	0.1	91.8	a	a	a	a	a	38	0.2	87.3	a	a
Tapada das Figueiras Sul	a	a	a	23	0.1	91.8	a	a	a	a	a	23	0.1	87.4	a	a
Teixugueiras	24	0.1	93.0	32	0.1	91.9	8	33.3	24	0.1	92.2	32	0.1	87.6	8	33.3
Tinalhas	506	1.4	94.4	558	1.5	93.4	52	10.3	501	2.1	94.3	556	2.3	89.8	55	11.0
Torre	89	0.3	94.7	59	0.2	93.5	-30	-33.7	87	0.4	94.7	55	0.2	90.0	-32	-36.8
Tripeiro	55	0.2	94.8	97.0	0.3	93.8	42	76.4	55	0.2	94.9	97	0.4	90.4	42	76.4
Valbom	42	0.1	95.0	30	0.1	93.9	-12	-28.6	42	0.2	95.1	30	0.1	90.6	-12	-28.6
Vale Bonito	10	0.0	95.0	7	0.0	93.9	-3	-30.0	10	0.0	95.1	7	0.0	90.6	-3	-30.0
Vale Chiqueiro	40	0.1	95.1	41	0.1	94.0	1	2.5	40	0.2	95.3	41	0.2	90.8	1	2.5
Vale da Pereira	41	0.1	95.2	31	0.1	94.1	-10	-24.4	41	0.2	95.5	31	0.1	90.9	-10	-24.4
Vale da Ramada	39	0.1	95.3	42	0.1	94.2	3	7.7	38	0.2	95.6	42	0.2	91.0	4	10.5
Vale da Saraça	29	0.1	95.4	26	0.1	94.2	-3	-10.3	28	0.1	95.8	26	0.1	91.2	-2	-7.1
Vale da Sertã	20	0.1	95.5	24	0.1	94.3	4	20.0	20	0.1	95.9	28	0.1	91.3	8	40.0
Vale da Torre	140	0.4	95.9	118	0.3	94.6	-22	-15.7	140	0.6	96.5	110	0.4	91.7	-30	-21.4
Vale das Ovelhas	24	0.1	95.9	52	0.1	94.8	28	116.7	24	0.1	96.6	52	0.2	91.9	28	116.7
Vale de Água	19	0.1	96.0	18	0.0	94.8	-1	-5.3	19	0.1	96.6	18	0.1	92.0	-1	-5.3
Vale de Ferradas	30	0.1	96.1	29	0.1	94.9	-1	-3.3	26	0.1	96.7	24	0.1	92.1	-2	-7.7
Vale de Figueiras	62	0.2	96.3	68.0	0.2	95.1	6	9.7	62	0.3	97.0	68	0.3	92.4	6	9.7

Anexo V - Evolução dos alojamentos clássicos e dos edifícios por aglomerado no concelho de Castelo Branco (continuação)

Aglomerados	Alojamentos								Edifícios							
	2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação		2001	% do Total do Concelho	% Acumulada	2011	% do Total do Concelho	% Acumulada	Variação	
							Abs.	%							Abs.	%
Vale de Maria Dona	22	0.1	96.3	19	0.0	95.1	-3	-13.6	22	0.1	97.1	19	0.1	92.4	-3	-13.6
Vale de Ponsul	a	a	a	17	0.0	95.1	a	a	a	a	a	17	0.1	92.5	a	a
Vale do Coelho	44	0.1	96.5	46	0.1	95.3	2	4.5	44	0.2	97.3	41	0.2	92.7	-3	-6.8
Vale Lancinha	a	a	a	4	0.0	95.3	a	a	a	a	a	4	0.0	92.7	a	a
Versadas	a	a	a	7	0.0	95.3	a	a	a	a	a	7	0.0	92.7	a	a
Vidigal	a	a	a	7	0.0	95.3	a	a	a	a	a	7	0.0	92.8	a	a
Vilares de Baixo	35	0.1	96.6	43	0.1	95.4	8	22.9	35	0.1	97.4	43	0.2	92.9	8	22.9
Vilares de Cima	45	0.1	96.7	58	0.2	95.6	13	28.9	44	0.2	97.6	58	0.2	93.2	14	31.8
Violeiro	84	0.2	96.9	92.0	0.2	95.8	8	9.5	84	0.4	98.0	92.0	0.4	93.5	8	9.5
Isolados	1287	3.7	100.0	1519	4.0	100.0	232	18.0	1230	5.2	100.0	1502	6.1	100.0	272	22.1
Total	34981	100.0		38382	100.0		3401	9.7	23438	100.0		24669	100.0		1231	5.3

a não identificado no Censo de 2001

b não identificado no censo de 2011

1 Inclui o aglomerado de Casal da Fraga

2 Incluiu o aglomerado do Casal da Pelota

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 2001 e 2011.

Anexo VI - Oferta de Equipamentos de Ensino no concelho de Castelo Branco

Equipamentos coletivos de Ensino (Públicos e Privados)									
Freguesias	Estabelecimentos de Ensino Público e Privado Infantil/Creche e Pré-Escolar/Jardim de Infância		Estabelecimentos de Ensino Básico - 1º, 2º e 3º Ciclos		Estabelecimentos de Ensino Secundário	Ensino Profissional Público e Privado	Ensino Artístico	Ensino Especial	Ensino Superior
	Ensino Público	Ensino Privado	Ensino Público	Ensino Privado	Ensino Publico				
Alcains	1	1	2	0	1	1	0	0	0
Almaceda	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benquerenças	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Castelo Branco	5	11	13	2	2	5	1	2	5
Lardosa	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Louriçal do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Malpica do Tejo	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Monforte da Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salgueiro do Campo	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Santo André das Tojeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente da Beira	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Sarzedas	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Tinalhas	1	0	1	0	0	0	0	0	0
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	1	0	1	0	0	0	0	0	0
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	1	0	2	0	0	0	0	0	0
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	2	0	1	0	0	0	0	0	0
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	1	0	1	0	0	0	0	0	0
TOTAL	17	12	26	2	3	6	1	2	5

Fonte CMCB

Anexo VII - Oferta atual de Equipamentos de Cultura no concelho de Castelo Branco

Equipamentos de Cultura						
Freguesias	Centro Cultural	Biblioteca	Pousada da Juventude	Centro de ATL	Espaços Culturais/Salas de Espetáculos/ Centros de Convívio	Museu
Alcains	1	2	0	1	1	2
Almaceda	0	0	0	1	7	0
Benquerenças	0	0	0	0	2	0
Castelo Branco	1	5	1	9	10	7
Lardosa	0	0	0	0	2	0
Louriçal do Campo	0	0	0	0	2	0
Malpica do Tejo	0	0	0	0	1	0
Monforte da Beira	0	0	0	0	1	0
Salgueiro do Campo	0	0	0	0	2	0
Santo André das Tojeiras	0	1	0	0	10	0
São Vicente da Beira	0	1	0	0	8	1
Sarzedas	0	0	0	0	21	0
Tinalhas	0	0	0	0	1	0
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	0	0	0	0	2	0
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	0	1	0	0	2	0
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	0	0	0	0	2	0
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	0	2	0	2	4	0
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	0	0	0	1	2	1
Total	2	12	1	14	76	11

Fonte CMCB

Anexo VIII - Oferta de Equipamento de Desporto no concelho de Castelo Branco

Equipamentos de Desporto													
Freguesias	Campo de Futebol Não Relvado	Campo de Futebol de Relva Sintética	Campo de Futebol Relvado	Campos de Ténis	Pista de Atletismo	Campos de tiro	Piscinas Cobertas	Piscinas Descobertas	Desportos Motorizados	Polidesportivo	Circuito de Manutenção	Veículos não motorizados	Pavilhões e Ginásios Cobertos
Alcains	1	1	1	2	0	1	1	1	0	3	0	0	2
Almaceda	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Benquerenças	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Castelo Branco	2	4	1	14	3	1	2	1	1	13	2	1	9
Lardosa	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
Louriçal do Campo	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Malpica do Tejo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Monforte da Beira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salgueiro do Campo	2	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0
Santo André das Tojeiras	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
São Vicente da Beira	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0
Sarzedas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Tinalhas	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	2	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	0	2
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	2	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0
União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Total	31	5	1	17	3	3	3	9	1	39	2	1	15

Fonte: CMCB

Anexo IX - Oferta atual de Equipamento de Saúde no concelho de Castelo Branco

Equipamentos de Saúde					
Freguesias	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco - Hospital Distrital	Centro de Saúde	Extensões de Centro de Saúde	Posto de Medicamentos	Farmácia
Alcains	0	1	0	0	1
Almaceda	0	0	1	0	0
Benquerenças	0	0	1	0	0
Castelo Branco	1	2	1	0	11
Lardosa	0	0	1	0	1
Louriçal do Campo	0	0	1	0	1
Malpica do Tejo	0	0	1	0	0
Monforte da Beira	0	0	1	0	0
Salgueiro do Campo	0	0	1	1	1
Santo André das Tojeiras	0	0	1	0	0
São Vicente da Beira	0	0	1	0	1
Sarzedas	0	0	1	0	1
Tinalhas	0	0	1	0	0
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	0	0	2	0	1
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	0	0	2	0	1
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	0	0	2	0	0
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	0	0	2	2	0
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	0	0	2	1	0
União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	0	0	2	1	0
Total	1	3	24	5	19

Fonte: CMCB

Anexo X - Oferta atual de Equipamento de Solidariedade Social no concelho de Castelo Branco

Equipamentos de Solidariedade Social						
Freguesias	Creche/Jardim de Infância	Lar para Idosos	Centro de Convívio	Centro de Dia	Lar para crianças e Jovens	Lar/Centro de Apoio a Pessoas com Deficiência
Alcains	1	1	1	1	0	0
Almaceda	0	0	0	1	0	0
Benquerenças	0	0	0	1	0	0
Castelo Branco	6	6	4	4	3	3
Lardosa	0	1	0	1	0	0
Louriçal do Campo	0	0	0	1	1	1
Malpica do Tejo	0	0	0	1	0	0
Monforte da Beira	0	0	0	1	0	0
Salgueiro do Campo	1	1	1	1	0	0
Santo André das Tojeiras	0	0	1	1	0	0
São Vicente da Beira	0	1	1	1	0	0
Sarzedas	0	0	1	1	0	0
Tinalhas	0	0	0	1	0	0
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	1	1	1	1	0	0
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	0	0	0	1	0	0
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	0	0	0	1	0	0
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	0	0	0	1	0	0
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	0	0	0	2	0	0
União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	0	1	0	1	0	0
Total	9	12	10	23	4	4

Fonte: CMCB

Anexo XI - Oferta atual de Equipamento de Proteção e Segurança Pública no concelho de Castelo Branco

Equipamentos de Proteção e Segurança Pública				
Freguesias	PSP	GNR	Quartel dos Bombeiros	Postos de Vigia
Alcains	0	1	0	0
Almaceda	0	0	0	0
Benquerenças	0	0	0	0
Castelo Branco	1	1	1	0
Lardosa	0	0	0	0
Louriçal do Campo	0	0	0	0
Malpica do Tejo	0	1	0	0
Monforte da Beira	0	0	0	1
Salgueiro do Campo	0	0	0	0
Santo André das Tojeiras	0	0	0	0
São Vicente da Beira	0	1	0	0
Sarzedas	0	0	0	0
Tinalhas	0	1	0	0
União das freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo	0	1	0	1
União das freguesias de Escalos de Baixo e Mata	0	1	0	0
União das freguesias de Escalos de Cima e Lousa	0	0	0	0
União das freguesias de Freixial e Juncal do Campo	0	0	0	0
União das freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo	0	0	0	0
União das freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	0	0	0	0
Total	1	7	1	2

Fonte: CMCB

**Anexo XII - Oferta atual dos Sistemas de Abastecimento de águas no concelho de Castelo Branco
(continua)**

Aglomerados	Tipo de Sistema	Sistema de Abastecimento							Reservatórios
		Furo	N.º Furos	Mina	N.º Minas	Poço	N.º Poços	Captação Superficial	Nº
Alcains	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	2
Almaceda	Público/SMCB	F	1	M	2				3
Ingarnal	Público/SMCB	F	1		1				
Valbom	Público/SMCB			M	1				1
Lameirinha	Público/SMCB				1				
Martim Branco	Autónomo			M	1				1
Padrão	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Paiágua	Autónomo	F			1				1
Ribeira de Eiras	Público/SMCB			1					1
Rochas de Baixo	Público/SMCB			M	1				1
Rochas de Cima	Público/SMCB		1	M	2				1
Benquerenças de Cima	Público/SMCB							Santa Águeda	
Benquerenças de Baixo	Público/SMCB							Santa Águeda	1
Maxiais	Público/SMCB							Santa Águeda	1
Taberna Seca	Público/SMCB							Santa Águeda	
Cafede	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Castelo Branco	Público/SMCB							Santa Águeda	4
Lentiscais	Público/SMCB							Santa Águeda	1
Cebolais de Cima	Público/SMCB							Santa Águeda	1
Escalos de Baixo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Escalos de Cima	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Freixial do Campo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Barbaído	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Juncal do Campo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Camões	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Chão da Vã	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Lardosa	Público/SMCB							Casal da Serra\Santa Águeda	1
Vale da Torre	Público/SMCB							Casal da Serra\Santa Águeda	
Louriçal do Campo	Público/SMCB							Casal da Serra	1
Casal da Pelota	Público/SMCB							Casal da Serra	
Torre	Público/SMCB							Casal da Serra	
Lousa	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Malpica do Tejo	Público/SMCB							Santa Águeda	1
Mata	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Monforte da Beira	Público/SMCB					1			1
Ninho do Açor	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Póvoa de Rio de Moinhos	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Retaxo	Público/SMCB							Santa Águeda	

**Anexo XII - Oferta atual dos Sistemas de Abastecimento de águas no concelho de Castelo Branco
(continuação)**

Agglomerados	Tipo de Sistema	Sistema de Abastecimento							Reservatórios
		Furo	N.º Furos	Mina	N.º Minas	Poço	N.º Poços	Captação Superficial	Nº
Represa	Público/SMCB							Santa Águeda	1
Salgueiro do Campo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Palvarinho	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Santo André das Tojeiras	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Aboboreira	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Barrocas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Bugios	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Cabeça Gorda	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Fernão Calvo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Ferrarias Cimeiras	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Fontainhas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Fonte Longa	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Garridas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Gaviãozinho	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Joaninho	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Monte Gordo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Outeiro	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Silveira dos Limões	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Sopegal	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Tojeiras	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale Chiqueiro	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale da Pereira	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Vale da Ramada	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Vale da Saraça	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale das Ovelhas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale de Água	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Vale do Coelheiro	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
São Vicente da Beira	Público/SMCB			4				Pisco	1
Casal da Fraga	Público/SMCB			2				Pisco	1
Casal da Serra	Público/SMCB			19		1		Casal da Serra	1
Mourela	Público/SMCB							Pisco	
Tripeiro	Público/SMCB							Pisco	
Vale de Figueiras	Público/SMCB			2					1
Violeiro	Público/SMCB							Pisco	1
Partida	Público/SMCB							Pisco	
Pereiros	Público/SMCB							Pisco	
Paradanta	Autónomo			2					
Sarzedas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Almoinhas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Azenha de Cima	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Cabeço do Infante	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Calvos	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1

**Anexo XII - Oferta atual dos Sistemas de Abastecimento de águas no concelho de Castelo Branco
(continuação)**

Aglomerados	Tipo de Sistema	Sistema de Abastecimento							Reservatórios
		Furo	N.º Furos	Mina	N.º Minas	Poço	N.º Poços	Captação Superficial	Nº
Águas de Verão	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Carrascal	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Gualdins	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Gatas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Grade	Autónomo								1
Lisga	Público/SMCB		1	M	1			Pisco\Santa Águeda	1
Lomba Chã	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Magueija	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Malhada do Cervo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Maxial do Campo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Mendares	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Monte da Goula	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Nave	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Pé da Serra	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Pereiros	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Pereiros	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Pisão	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Pomar	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Pousafoles	Autónomo							Pisco\Santa Águeda	
Rapoula	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Salgueiral	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Salgueirinho	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
São Domingos	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Sarrasqueira	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Sesmo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Sesminho	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Silveirinha dos Figos	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Sobrainho da Ribeira	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Teixugueiras	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale Bonito	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale da Sertã	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Vale de Ferradas	Autónomo							Pisco\Santa Águeda	
Vale do Freixo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vale de Maria Dona	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Versadas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vidigal	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vilares de Baixo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	
Vilares de Cima	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1
Sobral do Campo	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	2
Tinalhas	Público/SMCB							Pisco\Santa Águeda	1

Fonte: SMCB

Anexo XIII - Oferta atual dos Sistemas de Águas Residuais no concelho de Castelo Branco (contínua)

Agglomerados	Sem Tratamento	Rede de Drenagem	Fossa Séptica	ETAR	Estação Elevatória
Alcains		X		x	
Almaceda		X	X		
Ingarnal	X				
Lameirinha	X				
Martim Branco	X				
Padrão	X				
Paiágua	X				
Ribeira de Eiras	X				
Rochas de Baixo		X			
Rochas de Cima	X				
Valbom	X				
Benquerenças de Cima		X		x	
Benquerenças de Baixo		X		x	
Maxiais		X	X	x	
Taberna Seca		X	x	x	
Cafede		X		x	
Castelo Branco		X		X	
Lentiscais		X	X	x	
Cebolais de Cima		X		X	
Escalos de Baixo		X			
Escalos de Cima		X			
Freixial do Campo		X			x
Barbaido		X	X		
Juncal do Campo		X		X	
Camões	X				
Chão da Vã		X	X	x	
Lardosa		X		X	
Vale da Torre		X	X		
Louriçal do Campo		X		X	
Casal da Pelota		X	X		
Torre		X		X	x
Lousa		X		x	x
Malpica do Tejo		X		X	x
Mata		X		x	x
Monforte da Beira		X		X	
Ninho do Açor		X	X	x	x
Póvoa de Rio de Moinhos		X		x	x
Retaxo		X		x	x
Represa		X	X	x	
Salgueiro do Campo		X		x	
Palvarinho		X	X	x	
Santo André das Tojeiras		X	X	x	

**Anexo XIII - Oferta atual dos Sistemas de Águas Residuais no concelho de Castelo Branco
(continuação)**

Aglomerados	Sem Tratamento	Rede de Drenagem	Fossa Séptica	ETAR	Estação Elevatória
Aboboreira	X				
Barrocas	X				
Bugios	X				
Cabeça Gorda	X				
Fernão Calvo	X				
Ferrarias Cimeiras	X				
Fontainhas	X				
Fonte Longa	X				
Garridas	X				
Gaviãozinho	X				
Joaninho	X				
Monte Gordo	X				
Outeiro	X				
Silveira dos Limões	X				
Sopegal	X				
Tojeiras		X	X	X	
Vale Chiqueiro	X				
Vale da Pereira	X				
Vale da Ramada	X				
Vale da Saraça	X				
Vale das Ovelhas	X				
Vale de Água	X				
Vale do Coelhoheiro	X				
São Vicente da Beira		X			x
Casal da Fraga		X			x
Casal da Serra	X				
Mourela	X				
Tripeiro	X				
Vale de Figueiras	X				
Violeiro	X				
Partida		X	X	X	
Pereiros	X				
Paradanta	X				
Sarzedas		X	X	X	
Almoinhas	X				
Azenha de Cima	X				
Cabeço do Infante	X				
Calvos	X				
Águas de Verão	X				
Carrascal	X				
Gualdins	X				
Gatas	X				

**Anexo XIII - Oferta atual dos Sistemas de Águas Residuais no concelho de Castelo Branco
(continuação)**

Aglomerados	Sem Tratamento	Rede de Drenagem	Fossa Séptica	ETAR	Estação Elevatória
Grade	X				
Lisga	X				
Lomba Chã	X				
Magueija	X				
Malhada do Cervo	X				
Maxial do Campo	X				
Mendares	X				
Monte da Goula	X				
Nave	X				
Pé da Serra	X				
Pereiro Cimeiro	X				
Pereiros	X				
Pomar	X				
Pousafoles	X				
Rapoula	X				
Salgueiral	X				
Salgueirinho	X				
São Domingos	X				
Sarrasqueira	X				
Sesmo	X				
Sesminho	X				
Silveirinha dos Figos	X				
Sobrainho da Ribeira	X				
Teixugueiras	X				
Vale Bonito	X				
Vale da Sertã	X				
Vale de Ferradas	X				
Vale de Maria Dona	X				
Versadas	X				
Vidigal	X				
Vilares de Baixo	X				
Vilares de Cima	X				
Sobral do Campo		X	X	X	
Tinalhas		X		X	x

Fonte: SMCB

Anexo XIV - Oferta atual do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco - Contentores de recolha indiscriminada (contínua)

Aglomerado	Nº de contentores
Aboboreira	1
Alcains	134
Almaceda	15
Almoinhas	1
Azenha de Baixo	0
Azenha de Cima	4
Azinheira	-
Barbaído	5
Barrocas	2
Benquerenças	14
Bugios	2
Cabeça Gorda	1
Cabeço do Infante	4
Calvos	2
Camões	1
Carrascal	1
Casal Aguas de Verão	4
Casal da Fraga	13
Casal da Pelota	-
Casal da Serra	12
Castelo Branco	1015
Cebolais de Cima e Retaxo	123
Chão da Vã	8
Escalos de Baixo e Mata	54
Escalos de Cima e Lousa	51
Fernão Calvo	1
Ferrarias Cimeiras	4
Fontainhas	1
Fonte Longa	10
Freixial do Campo e Juncal do Campo	31
Garridas	1
Gatas	1
Gaviãozinho	1
Grade	3
Gualdins	1
Ingarnal	-
Joaninho	1
Lameirinha	2
Lardosa	42
Lentiscals	14
Lirião	0

Aglomerado	Nº de contentores
Lisga	2
Lomba Chã	2
Louriçal do Campo	33
Magueija	1
Malhada do Cervo	2
Malpica do Tejo	26
Martim Branco	3
Maxiais	16
Maxial do Campo	2
Mendares	2
Monforte da Beira	19
Monte da Goula	1
Monte Gordo	3
Mourela	4
Nave	1
Ninho do Açor	18
Outeiro	1
Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede	49
Padrão	3
Paiágua	3
Palvarinho	12
Paradanta	-
Partida	8
Pereiro Cimeiro	1
Pereiros	4
Pereiros de baixo	2
Pisao	1
Pomar	2
Pousafoles	2
Pé da Serra	2
Rapoula	2
Represa	6
Ribeira de Eiras	2
Ribeiro da Seta	8
Rochas de Baixo	3
Rochas de Cima	4
Salgueiral	1
Salgueirinho	1
Salgueiro do Campo	32
Santo André das Tojeiras	7
Sarrasqueira	2

Anexo XIV - Oferta atual do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco - Contentores de recolha indiscriminada (continuação)

Aglomerado	Nº de contentores
Sarzedas	11
Sesmo	3
Sesminho	1
Silveira dos Limões	2
Silveirinha dos Figos	2
Sobrainho da Ribeira	1
Sobral do Campo	29
São Domingos	5
São Vicente da Beira	25
Sopegal	2
Taberna Seca	10
Teixugueiras	1
Tinalhas	40
Tojeiras	4
Torre	4
Tripeiro	3
Valbom	1
Vale Bonito	1
Vale Chiqueiro	3
Vale da Pereira	3
Vale da Ramada	4
Vale da Saraça	1
Vale da Sertã	1
Vale da Torre	8
Vale das Ovelhas	1
Vale de Água	1
Vale de Ferradas	3
Vale de Figueiras	2
Vale de Maria Dona	2
Vale do Coelho	2
Versadas	1
Vidigal	1
Vilares de Baixo	1
Vilares de Cima	2
Violeiro	4
Total	1696

Fonte: SMCB

Anexo XV - Oferta atual do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco – Ecopontos (contínua)

Aglomerados	N.º de Ecopontos Existentes
Aboboreira	-
Águas de Verão	-
Alcains	31
Almaceda	2
Almoinhas	0
Azenha de Baixo	0
Azenha de Cima	1
Azinheira	-
Barbaído	2
Barrocas	-
Benquerenças de Baixo	2
Benquerenças de Cima	3
Bugios	-
Cabeça Gorda	-
Cabeço do Infante	-
Caféde	4
Calvos	-
Camões	-
Carrascal	-
Casal da Fraga	1
Casal da Pelota	-
Casal da Serra	1
Castelo Branco	223
Cebolais de Cima	5
Chão da Vã	1
Escalos de Baixo	5
Escalos de Cima	6
Fernão Calvo	-
Ferrarias Cimeiras	1
Fontainhas	-
Fonte Longa	2
Freixial do Campo	3
Garridas	-
Gatas	-
Gaviãozinho	-
Grade	-
Gualdins	-
Ingarnal	-
Joaninho	-
Juncal do Campo	4
Lameirinha	-

Aglomerados	N.º de Ecopontos Existentes
Lentiscais	2
Lirião	-
Lisga	1
Lomba Chã	-
Louriçal do Campo	4
Lousa	4
Magueija	-
Malhada do Cervo	-
Malpica do Tejo	5
Martim Branco	-
Mata	4
Maxiais	1
Maxial do Campo	-
Mendares	-
Monforte da Beira	2
Monte da Goula	-
Monte Gordo	-
Mourela	-
Nave	-
Ninho de Açor	4
Outeiro	-
Póvoa de Rio de Moinhos	6
Padrão	-
Paiágua	1
Palvarinho	3
Paradanta	-
Partida	1
Pereiro Cimeiro	-
Pereiros	1
Pereiro de Baixo	-
Pomar	-
Pousafoles	1
Pé da Serra	-
Rapoula	-
Represa	1
Retaxo	6
Ribeira de Eiras	1
Rochas de Baixo	1
Rochas de Cima	1
Salgueiral	-
Salgueirinho	-

Anexo XV - Oferta atual do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco – Ecopontos (continuação)

Aglomerados	N.º de Ecopontos Existentes
Salgueiro do Campo	5
Santo André das Tojeiras	2
Sarrasqueira	-
Sarzedas	3
Sesminho	-
Sesmo	-
Silveira dos Limões	-
Silveirinha dos Figos	-
Sobrainho da Ribeira	-
Sobral do Campo	3
São Domingos	2
São Vicente da Beira	6
Sopegal	
Taberna Seca	2
Teixugueiras	
Tinalhas	4
Tojeiras	1
Torre	1
Tripeiro	-
Valbom	-
Vale Bonito	-
Vale Chiqueiro	1
Vale da Pereira	-
Vale da Ramada	-
Vale da Sarapa	-
Vale da Sertã	-
Vale da Torre	1
Vale das Ovelhas	-
Vale de água	-
Vale de Ferradas	-
Vale de Figueiras	-
Vale de Maria Dona	-
Vale do Coelhoheiro	-
Versadas	-
Vidigal	-
Vilares de Baixo	-
Vilares de Cima	-
Violeiro	1
Vidigal	-
Vilares de Baixo	-
Vilares de Cima	-
Violeiro	-
Total	385

Fonte: SMCB

Anexo XVI - Oferta atual do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Castelo Branco – Vidrões

Aglomerados	Nº de Vidrões
Alcains	1
Almaceda	0
Barbaído	1
Benquerenças	0
Casal da Fraga	2
Castelo Branco	10
Cebolais de Cima	0
Escalos de Cima e Lousa	2
Escalos de Baixo e Mata	1
Lameirinha	1
Lardosa	1
Lomba chã	1
Louriçal do Campo	1
Padrão	1
Palvarinho	1
Póvoa de Rio de Moinhos	1
Represa	2
Retaxo	1
Sarzedas	0
Salgueiro do Campo	1
São Vicente da Beira	0
Tinalhas	1
Total	29

Fonte: SMCB

Anexo XVII

Metodologia de cálculo da folga actual dos perímetros e polígonos delimitados no PDMCB em Vigor

Na impossibilidade de o sistema de informação da Câmara Municipal de Castelo Branco fornecer dados seguros sobre a folga atual dos perímetros urbanos delimitados no PDMCB em vigor e considerando as especificidades da classificação do solo estabelecida na Planta de Ordenamento do PDMCB e a sua deficiente legibilidade e rigor posicional, estabeleceu-se a metodologia constante deste anexo de forma a estimar a folga existente em cada perímetro urbano, contendo ou não polígonos de Área Urbana, Espaço urbanizável e Espaço Industrial, e perímetros de polígonos de Área urbana a recuperar ou de Área industrial, que nos pareceu ser a mais adequada e ajustada.

A metodologia é comum aos perímetros urbanos dos aglomerados com exceção de Alcains, Castelo Branco e de Cebolais/Retaxo, pelo facto de nestes terem sido delimitados Espaços urbanizáveis e Espaços industriais no interior do perímetro e adicionalmente em Castelo Branco existir um Plano Geral de Urbanização (PGUCB) em vigor e vários Planos de Pormenor eficazes, alguns deles promovendo alterações ao PDMCB. A metodologia é também comum a todos os polígonos de Áreas Urbanas a recuperar e de Espaços industriais não inseridos em perímetro urbano.

A metodologia teve em atenção os passos:

- 1ª Fase – Aposição dos perímetros das Áreas Urbanas e dos polígonos das Áreas urbanas a recuperar, dos Espaços urbanizáveis e dos Espaços industriais do PDMCB sobre o ortofotomapa de 2015 da DGT;
- 2ª Fase – Atualização dos perímetros urbanos e dos perímetros dos polígonos das Áreas urbanas a recuperar e dos Espaços industriais com base nos Planos de Pormenor aprovados em data posterior à aprovação do PDMCB;
- 3ª Fase – No interior dos perímetros delimitados na Fase 2, foram delimitadas as áreas não ocupadas por edificações não inseridas em Plano de Pormenor ou em Loteamento Urbano e calculada a respetiva superfície;
- 4ª Fase – Às áreas calculadas na fase anterior foram aplicados os respetivos índices de utilização do solo constantes do regulamento do PDMCB.
- 5ª Fase – O valor obtido na fase anterior foi dividido por 250 m² (considerado ser a dimensão média da área de construção de um fogo unifamiliar em moradia). Assim foi obtido o número de fogos que é possível construir em área não programada em cada perímetro. No que se refere aos Espaços industriais foi utilizada a dimensão média do lote constante do Plano de Pormenor de Ampliação da Zona Industrial de Castelo Branco (cerca de 6000m²).
- 6ª Fase – Nas áreas programadas, abrangidas por Plano de Pormenor e/ou Loteamento Urbano e/ou licenças/autorizações, foi avaliada a execução em concreto desses instrumentos de gestão urbanística ou de execução dos planos em termos de fogos ou de lotes industriais. Nesta fase foram consideradas as

licenças/autorizações de obras particulares concedidas pela CMCB, entre 2015, data posterior ao voo dos ortofotomapas, e Março de 2017.

7ª Fase – A folga total foi obtida pela adição do número de fogos ou do número de lotes obtido na 5ª Fase com os obtidos na 6ª Fase.

Em relação ao cálculo da folga no perímetro urbano da cidade de Castelo Branco considerou-se a capacidade máxima indicada na proposta de PGUCB na respetiva área de intervenção à qual foi adicionada a folga resultante do apuramento efetuado nos Espaços Urbanizáveis e nos Espaços Industriais delimitados no PDMCB e não inseridos na área de intervenção do PGUCB, conforme estabelecido nas Fases 3 a 7, acima referidas. Adicionalmente, foi calculada a folga existente nos espaços programados abrangidas por Plano de Pormenor e/ou Loteamento Urbano, na área abrangida pelo PGUCB.

Em relação ao cálculo da folga nos perímetros de Alcains e Cebolais/Retaxo procedeu-se conforme estabelecido nas Fases 3 a 7, acima referidas.

Esta metodologia revela-se adequada ao cálculo das folgas existentes nos Espaços urbanos, Espaços Urbanizáveis e nos Espaços Industriais delimitados no PDMCB em vigor.

Em nossa opinião a estimativa produzida peca por defeito em relação ao valor real uma vez que não foram avaliados os processos de reabilitação e de renovação urbana que tiveram um forte incremento a partir do ano 2000. Esta diferença será tanto maior quanto menos eficazes forem os mecanismos de fiscalização e controlo das operações urbanísticas.

Anexo XVIII

Indicadores urbanísticos por aglomerados no concelho de Castelo Branco (contínua)

AGLOMERADOS	EDIFÍCIOS 2011	ALOJAMENTOS 2011	FAMILIAS 2011	INDIVÍDUOS 2011	PERÍMETRO NO PDMCB				DENSIDADE GLOBAL			DENSIDADE LIQUIDA		
					Nº POLIGNOS	Área ha	AREA OCUPADA ha	ÁREA LIVRE ha	EDIFÍCIOS / ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha
Aboboreira	35	35	7	10	3	5.25	5.25	0.00	7	7	2	7	7	2
Alcains	2298	3039	1939	4902	2	394.66	241.30	153.36	6	8	12	10	13	20
Almaceda	185	186	108	239	2	27.30	17.36	9.95	7	7	9	11	11	14
Azenha de Baixo	2	2	1	2	1	1.61	1.09	0.52	1	1	1	2	2	2
Azenha de Cima	53	53	17	33	4	6.44	6.19	0.25	8	8	5	9	9	5
Azinheira	Não consta do Censo 2011				1	1.55	1.55	0.00	Não consta do Censo 2011					
Barbaído	84	84	48	105	3	7.04	6.39	0.65	12	12	15	13	13	16
Barrocas	24	24	8	14	1	3.00	1.02	1.98	8	8	5	24	24	14
Benquerenças Cima + Benquerenças Baixo	359	361	177	386	2	63.22	43.65	19.56	6	6	6	8	8	9
Bozelha	4	4	2	5	Sem perímetro delimitado no PDMCB									
Bugios	46	46	15	28	1	6.77	4.98	1.79	7	7	4	9	9	6
Cabeça Gorda	19	19	9	16	1	4.16	2.11	2.05	5	5	4	9	9	8
Cabeço do Infante	64	64	25	42	2	7.21	6.29	0.92	9	9	6	10	10	7
Cafede	193	194	109	244	1	35.87	15.94	19.93	5	5	7	12	12	15
Calvos	36	36	17	25	2	5.34	5.34	0.00	7	7	5	7	7	5
Camões	12	12	1	2	1	1.66	0.95	0.71	7	7	1	13	13	2
Carrascal	28	28	6	10	1	2.77	1.40	1.38	10	10	4	20	20	7
Casal Águas de Verão	102	102	23	38	2	6.22	5.46	0.76	16	16	6	19	19	7
Casal da Serra	120	121	52	128	2	7.82	6.91	0.91	15	15	16	17	18	19
Castelo Branco	6294	19017	13762	34639	8	1662.51	A calcular no PU e PPs		4	11	21	A calcular no PU e PPs		
Cebolais de Cima + Retaxo	692	729	452	1015	1	223.19	155.41	67.79	3	3	5	4	5	7
Chão da Vá	107	107	39	73	3	7.28	7.28	0.00	15	15	10	15	15	10
Escalos de Baixo	620	637	311	692	3	66.21	42.65	23.56	9	10	10	15	15	16
Escalos de Cima	622	643	383	905	2	79.50	50.82	28.68	8	8	11	12	13	18
Fernão Calvo	18	18	9	11	1	2.52	2.52	0.00	7	7	4	7	7	4

Anexo XVIII

Indicadores urbanísticos por aglomerados no concelho de Castelo Branco (continuação)

AGLOMERADOS	EDIFÍCIOS 2011	ALOJAMENTOS 2011	FAMILIAS 2011	INDIVÍDUOS 2011	PERÍMETRO NO PDMCB				DENSIDADE GLOBAL			DENSIDADE LIQUIDA		
					Nº POLIGNOS	Área ha	AREA OCUPADA ha	ÁREA LIVRE ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha
Ferrarias	67	67	38	68	2	16.40	12.03	4.37	4	4	4	6	6	6
Fontainhas	7	7	5	11	2	2.37	2.37	0.00	3	3	5	3	3	5
Fonte Longa	106	106	48	84	5	19.03	17.53	1.51	6	6	4	6	6	5
Freixial do Campo	212	220	136	335	3	37.73	22.11	15.61	6	6	9	10	10	15
Garridas	18	18	5	7	1	2.76	1.81	0.95	7	7	3	10	10	4
Gatas	11	11	8	15	2	1.29	1.10	0.19	9	9	12	10	10	14
Gaviãozinho	19	19	5	9	2	5.81	3.68	2.13	3	3	2	5	5	2
Grade	35	35	21	54	2	6.03	5.53	0.50	6	6	9	6	6	10
Ingarnal	22	22	15	23	1	4.60	4.60	0.00	5	5	5	5	5	5
Juncal do Campo	284	286	122	252	2	32.84	19.02	13.82	9	9	8	15	15	13
Lardosa	619	635	324	788	2	68.74	53.37	15.37	9	9	11	12	12	15
Lentiscais	199	199	87	153	1	20.78	17.12	3.65	10	10	7	12	12	9
Líria	9	9	4	11	Sem perímetro delimitado no PDMCB									
Lirião	59	59	4	7	1	122.31	81.61	40.70	0	0	0	1	1	0
Lisga	81	81	44	84	2	7.87	7.30	0.57	10	10	11	11	11	12
Lomba Chã	22	22	11	20	2	4.59	3.58	1.00	5	5	4	6	6	6
Louriçal do Campo + Casal da Pelota	454	463	229	525	4	47.96	38.95	9.01	9	10	11	12	12	13
Lousa	458	472	280	588	1	55.59	30.07	25.53	8	8	11	15	16	20
Magueija	23	23	8	13	3	2.63	1.76	0.87	9	9	5	13	13	7
Malhada do Cervo	29	29	18	28	1	5.10	4.68	0.42	6	6	5	6	6	6
Malpica	693	694	257	476	1	64.18	41.67	22.50	11	11	7	17	17	11
Martim Branco	29	29	13	27	1	2.91	2.91	0.00	10	10	9	10	10	9
Mata	404	407	203	417	4	31.23	20.10	11.12	13	13	13	20	20	21
Maxiais	220	227	113	246	4	19.58	16.29	3.29	11	12	13	14	14	15
Maxial do Campo	42	42	18	33	1	8.55	8.16	0.39	5	5	4	5	5	4
Mendares	43	43	16	30	2	3.06	2.59	0.47	14	14	10	17	17	12
Monforte da Beira	581	583	188	350	3	46.91	23.94	22.97	12	12	7	24	24	15

Anexo XVIII

Indicadores urbanísticos por aglomerados no concelho de Castelo Branco (continuação)

AGLOMERADOS	EDIFÍCIOS 2011	ALOJAMENTOS 2011	FAMILIAS 2011	INDIVÍDUOS 2011	PERÍMETRO NO PDMCB				DENSIDADE GLOBAL			DENSIDADE LIQUIDA			
					Nº POLIGNOS	Área ha	AREA OCUPADA ha	ÁREA LIVRE ha	EDIFÍCIOS / ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha	
Monte da Goula	36	36	6	10	Sem perímetro delimitado no PDMCB										
Monte Gordo	40	40	11	22	3	9.90	7.15	2.76	4	4	2	6	6	3	
Mourela	96	96	20	34	2	8.75	8.75	0.00	11	11	4	11	11	4	
Nave	31	31	8	13	1	2.57	1.74	0.83	12	12	5	18	18	7	
Ninho do Açor	302	308	158	365	2	41.69	30.29	11.39	7	7	9	10	10	12	
Outeiro	18	18	12	22	1	1.80	1.14	0.66	10	10	12	16	16	19	
Padrão	44	44	15	27	2	4.90	4.90	0.00	9	9	6	9	9	6	
Paiágua	94	94	52	92	4	10.87	9.11	1.76	9	9	8	10	10	10	
Palvarinho	209	209	103	228	1	13.31	13.31	0.00	16	16	17	16	16	17	
Paradanta	47	47	13	29	1	2.28	2.28	0.00	21	21	13	21	21	13	
Partida	212	212	65	161	2	16.35	14.80	1.55	13	13	10	14	14	11	
Pé da Serra	71	71	30	52	3	6.88	4.35	2.53	10	10	8	16	16	12	
Pereiro Cimeiro	11	11	5	9	1	1.96	1.33	0.63	6	6	5	8	8	7	
Pereiros	57	57	21	39	1	2.88	2.29	0.59	20	20	14	25	25	17	
Pereiros	32	32	7	13	1	4.69	4.69	0.00	7	7	3	7	7	3	
Pomar	51	51	19	35	1	3.05	2.56	0.49	17	17	11	20	20	14	
Pousafoles	55	55	32	69	3	4.44	4.26	0.18	12	12	16	13	13	16	
Póvoa de Rio de Moinhos	518	528	274	613	2	49.47	36.24	13.23	10	11	12	14	15	17	
Rapoula	38	38	18	41	2	6.92	5.33	1.59	5	5	6	7	7	8	
Represa	51	53	29	58	2	10.77	8.97	1.80	5	5	5	6	6	6	
Ribeira de Eiras	16	16	13	29	1	2.97	2.07	0.90	5	5	10	8	8	14	
Ribeiro da Seta	48	49	8	19	2	81.18	14.46	66.72	1	1	0	3	3	1	
Rochas de Baixo	75	75	49	99	1	9.36	9.36	0.00	8	8	11	8	8	11	
Rochas de Cima	52	52	35	75	2	10.25	6.43	3.82	5	5	7	8	8	12	
Salgueiral	26	26	9	15	1	0.88	0.88	0.00	29	29	17	29	29	17	
Salgueiro do Campo	423	427	216	473	3	53.81	35.72	18.09	8	8	9	12	12	13	

Anexo XVIII

Indicadores urbanísticos por aglomerados no concelho de Castelo Branco (continuação)

AGLOMERADOS	EDIFÍCIOS 2011	ALOJAMENTOS 2011	FAMILIAS 2011	INDIVÍDUOS 2011	PERÍMETRO NO PDMCB				DENSIDADE GLOBAL			DENSIDADE LIQUIDA		
					Nº POLIGNOS	Área ha	AREA OCUPADA ha	ÁREA LIVRE ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha
Santo André das Tojeiras+ Joaquinho	36	36	19	39	1	27.68	27.68	0.00	1	1	1	1	1	1
São Domingos	67	67	33	68	3	8.28	7.49	0.79	8	8	8	9	9	9
São Vicente da Beira+ Casal da Fraga	500	526	256	676	4	65.63	52.00	13.63	8	8	10	10	10	13
Sapateira	15	15	15	81	1	1.02	1.02	0.00	15	15	80	15	15	80
Santo André das Tojeiras+ Joaquinho	36	36	19	39	1	27.68	27.68	0.00	1	1	1	1	1	1
Sarrasqueira	36	36	18	32	2	3.75	3.75	0.00	10	10	9	10	10	9
Sesminho	11	11	2	4	1	1.14	1.14	0.00	10	10	4	10	10	4
Sesmo	110	110	27	54	2	5.27	4.93	0.34	21	21	10	22	22	11
Silveira dos Figos	24	24	15	32	1	1.89	1.07	0.82	13	13	17	22	22	30
Silveira Limões	16	16	4	8	1	3.59	2.56	1.03	4	4	2	6	6	3
Sobrinho da Ribeira	36	36	12	20	1	5.88	3.53	2.35	6	6	3	10	10	6
Sobral do Campo	427	431	157	342	1	67.17	42.69	24.48	6	6	5	10	10	8
Sopegal	25	25	10	22	2	5.55	3.34	2.21	5	5	4	7	7	7
Taberna Seca	116	117	56	121	1	15.72	14.58	1.14	7	7	8	8	8	8
Tapada Figueiras Norte	38	38	9	18	1	50.16	36.65	13.51	1	1	0	1	1	0
Tapada Figueiras Sul	23	23	7	14	1	19.93	13.56	6.36	1	1	1	2	2	1
Teixugueiras	32	32	9	14	1	3.96	2.13	1.84	8	8	4	15	15	7
Tinalhas	556	558	252	561	1	58.42	44.38	14.04	10	10	10	13	13	13
Tojeiras	76	76	36	76	1	8.90	5.75	3.14	9	9	9	13	13	13
Torre	55	59	21	44	1	1.94	1.94	0.00	28	30	23	28	30	23
Tripeiro	97	97	25	50	4	6.75	5.28	1.47	14	14	7	18	18	9
Valbom	30	30	19	37	3	3.64	3.64	0.00	8	8	10	8	8	10
Vale Bonito	7	7	5	7	1	1.18	1.01	0.17	6	6	6	7	7	7
Vale Chiqueiro	41	41	14	25	4	5.42	5.42	0.00	8	8	5	8	8	5
Vale da Saraça	26	26	14	24	1	5.06	2.92	2.14	5	5	5	9	9	8
Vale da Sertã	24	24	9	13	2	3.78	3.78	0.00	6	6	3	6	6	3

Anexo XVIII

Indicadores urbanísticos por aglomerados no concelho de Castelo Branco (continuação)

AGLOMERADOS	EDIFÍCIOS 2011	ALOJAMENTOS 2011	FAMILIAS 2011	INDIVÍDUOS 2011	PERÍMETRO NO PDMCB				DENSIDADE GLOBAL			DENSIDADE LIQUIDA		
					Nº POLIGNOS	Área ha	AREA OCUPADA ha	ÁREA LIVRE ha	EDIFÍCIOS / ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha	EDIFÍCIOS /ha	ALOJAMENTOS /ha	INDIVÍDUOS /ha
Vale da Torre	110	118	51	95	3	6.79	6.79	0.00	16	17	14	16	17	14
Vale das Ramadas	42	42	19	43	1	7.76	6.52	1.23	5	5	6	6	6	7
Vale de Água	18	18	9	13	3	6.58	6.58	0.00	3	3	2	3	3	2
Vale de Ferradas	28	29	18	41	1	4.39	3.68	0.72	6	7	9	8	8	11
Vale de Maria Dona	19	19	10	26	1	2.50	1.86	0.64	8	8	10	10	10	14
Vale de Ponsul	17	17	2	3	1	0.00	0.00	0.00	Área de Desenvolvimento Turístico no PDMCB					
Vale do Coelho	46	46	21	42	1	9.33	6.60	2.73	5	5	5	7	7	6
Vale Figueira	68	68	25	45	1	4.24	4.24	0.00	16	16	11	16	16	11
Vale Lancinha	4	4	3	9	Sem perímetro delimitado no PDMCB									
Vale Ovelhas	52	52	12	20	1	5.36	2.99	2.37	10	10	4	17	17	7
Vale Pereira	31	31	13	23	2	8.80	5.08	3.72	4	4	3	6	6	5
Versadas	7	7	4	6	1	1.51	1.51	0.00	5	5	4	5	5	4
Vidigal	7	7	2	4	1	1.50	1.50	0.00	5	5	3	5	5	3
Vilares de Baixo	43	43	17	32	2	5.07	3.75	1.32	8	8	6	11	11	9
Vilares de Cima	58	58	27	49	5	4.31	4.31	0.00	13	13	11	13	13	11
Violeiro	92	92	22	42	3	10.14	6.39	3.75	9	9	4	14	14	7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2011; PDMCB.

Anexo XIX

Características dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho de Castelo Branco e respetivas folgas em número de fogos (contínua)

AGLOMERADOS	PERÍMETRO NO PDMCB				FOLGA			
	Nº POLIGNOS	Area m ²	AREA OCUPADA m ²	ÁREA LIVRE m ²	AREA DE CONSTRUÇÃO m ²	Nº FOGOS ESTIMADO		
						NA ÁREA LIVRE	EM PP OU LOTEAMENTO URBANO	TOTAL
Aboboreira	3	52471.1	52471.1	0.0	0.0	0		0
Alcains	2	3946628.2	2413020.5	1533607.7	1002110.0	2378	189	2567
Almaceda	2	273048.8	173572.0	99476.8	49738.4	199	0	199
Azenha de Baixo	1	16064.0	10911.4	5152.6	2576.3	10	0	10
Azenha de Cima	4	64411.5	61871.1	2540.4	1270.2	5	0	5
Azinheira	1	15486.0	15486.0	0.0	0.0	0	0	0
Barbaido	3	70397.5	63945.5	6452.0	3226.0	13	0	13
Barrocas	1	29990.0	10150.1	19839.9	9920.0	40	0	40
Benquerêncas*	2	632159.7	436524.2	195635.5	97817.7	391	4	395
Bozelha	Sem perímetro delimitado no PDMCB							
Bugios	1	67665.0	49769.7	17895.4	8947.7	36	0	36
Cabeça Gorda	1	41615.5	21105.8	20509.7	10254.9	41	0	41
Cabeço do Infante	2	72061.1	62895.9	9165.2	4582.6	18	0	18
Cafede	1	358662.4	159356.5	199305.9	99652.9	399	6	405
Calvos	2	53382.5	53382.5	0.0	0.0	0	0	0
Camões	1	16583.5	9454.2	7129.3	3564.7	14	0	14
Carrascal	1	27732.0	13973.2	13758.8	6879.4	28	0	28
Casal Águas de Verão	2	62202.5	54586.7	7615.8	3807.9	15	0	15
Casal da Serra	2	78154.5	69098.9	9055.6	4527.8	18	0	18
Castelo Branco	8	16625136.1	A calcular no PU e PPs			621	2418	3039
Cebolais de Cima/Retaxo	1	2231940.4	1554067.4	677872.9	440617.4	1762	0	1762
Chão da Vã	3	72828.3	72828.3	0.0	0.0	0	0	0
Escalos de Baixo	3	662102.1	426527.5	235574.6	117787.3	471	32	503
Escalos de Cima	2	795021.4	508239.8	286781.5	143390.8	574	59	633
Fernão Calvo	1	25221.1	25221.1	0.0	0.0	0	0	0
Ferrarias	2	163987.5	120319.9	43667.6	21833.8	87	0	87
Fontainhas	2	23677.0	23677.0	0.0	0.0	0	0	0
Fonte Longa	5	190323.5	175258.8	15064.7	7532.3	30	0	30
Freixial do Campo	3	377268.5	221121.8	156146.7	78073.3	312	0	312

Anexo XIX

Características dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho de Castelo Branco e respetivas folgas em número de fogos (contínua)

AGLOMERADOS	PERÍMETRO NO PDMCB				FOLGA			
	Nº POLIGNOS	Area m ²	AREA OCUPADA m ²	ÁREA LIVRE m ²	AREA DE CONSTRUÇÃO m ²	Nº FOGOS ESTIMADO		
						NA ÁREA LIVRE	EM PP OU LOTEAMENTO URBANO	TOTAL
Garridas	1	27610.5	18095.6	9514.9	4757.5	19	0	19
Gatas	2	12881.0	10998.0	1883.0	941.5	4	0	4
Gaviãozinho	2	58127.5	36827.9	21299.6	10649.8	43	0	43
Grade	2	60295.0	55252.8	5042.2	2521.1	10	0	10
Ingarnal	1	46019.0	46019.0	0.0	0.0	0	0	0
Juncal do Campo	2	328406.4	190159.8	138246.5	69123.3	276	0	276
Lardosa	2	687360.6	533671.0	153689.6	76844.8	307	92	399
Lentiscais	1	207757.0	171216.6	36540.4	18270.2	73	0	73
Líria	Sem perímetro delimitado no PDMCB							
Lirião	1	1223064.5	816081.3	406983.2	122095.0	581	93	674
Lisga	2	78683.5	72984.0	5699.5	2849.7	11	0	11
Lomba Chã	2	45860.5	35829.5	10031.0	5015.5	20	0	20
Louriçal do Campo + Casal da Pelota	4	479623.0	389516.5	90106.5	45053.3	180	0	180
Lousa	1	555922.4	300656.2	255266.2	127633.1	511	8	519
Magueija	3	26329.8	17644.4	8685.4	4342.7	17	0	17
Malhada do Cervo	1	50984.0	46814.0	4170.0	2085.0	8	0	8
Malpica	1	641751.6	416736.1	225015.5	112507.8	450	0	450
Martim Branco	1	29076.0	29076.0	0.0	0.0	0	0	0
Mata	4	312262.3	201048.6	111213.7	55606.8	222	0	222
Maxiais	4	195778.5	162872.1	32906.4	16453.2	66	0	66
Maxial do Campo	1	85546.5	81640.2	3906.3	1953.2	8	0	8
Mendares	2	30574.0	25891.0	4683.0	2341.5	9	0	9
Monforte da Beira	3	469095.9	239366.3	229729.6	114864.8	459	0	459
Monte da Goula	Sem perímetro delimitado no PDMCB							
Monte Gordo	3	99039.0	71458.3	27580.7	13790.3	55	0	55
Mourelo	2	87527.5	87527.5	0.0	0.0	0	0	0
Nave	1	25703.5	17368.7	8334.8	4167.4	17	0	17
Ninho do Açor	2	416857.9	302910.5	113947.4	56973.7	228	0	228

Anexo XIX

Características dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho de Castelo Branco e respetivas folgas em número de fogos (continuação)

AGLOMERADOS	PERÍMETRO NO PDMCB				FOLGA			
	Nº POLIGNOS	Area m ²	AREA OCUPADA m ²	ÁREA LIVRE m ²	AREA DE CONSTRUÇÃO m ²	Nº FOGOS ESTIMADO		
						NA ÁREA LIVRE	EM PP OU LOTEAMENTO URBANO	TOTAL
Outeiro	1	18005.5	11417.3	6588.2	3294.1	13	0	13
Padrão	2	49041.5	49041.5	0.0	0.0	0	0	0
Paiágua	4	108684.8	91058.3	17626.5	8813.2	35	0	35
Palvarinho	1	133125.5	133125.5	0.0	0.0	0	0	0
Paradanta	1	22761.0	22761.0	0.0	0.0	0	0	0
Partida	2	163461.1	147967.0	15494.1	7747.1	31	0	31
Pé da Serra	3	68810.9	43508.5	25302.3	12651.2	51	0	51
Pereiro Cimeiro	1	19603.5	13267.4	6336.1	3168.1	13	0	13
Pereiros	1	28760.0	22851.8	5908.2	2954.1	12	0	12
Pereiros	1	46939.0	46939.0	0.0	0.0	0	0	0
Pomar	1	30528.5	25608.3	4920.2	2460.1	10	0	10
Pousafoles	3	44427.5	42645.3	1782.2	891.1	4	0	4
Póvoa de Rio de Moinhos	2	494711.2	362440.9	132270.3	66135.2	265	18	283
Rapoula	2	69213.0	53320.0	15893.0	7946.5	32	0	32
Represa	2	107677.0	89723.0	17954.0	8977.0	36	0	36
Ribeira de Eiras	1	29708.5	20662.8	9045.7	4522.8	18	0	18
Ribeiro da Seta	2	811790.2	144605.7	667184.5	200155.4	801	Lar residencial	801
Rochas de Baixo	1	93611.9	93611.9	0.0	0.0	0	0	0
Rochas de Cima	2	102473.0	64294.1	38178.9	19089.5	76	0	76
Salgueiral	1	8814.0	8814.0	0.0	0.0	0	0	0
Salgueiro do Campo	3	538093.4	357240.6	180852.8	90426.4	362	0	362
Santo André das Tojeiras+ Joaninho	1	276822.5	276822.5	0.0	0.0	0	0	0
São Domingos	3	82832.5	74937.5	7895.0	3947.5	16	0	16
São Vicente da Beira+ Casal da Fraga	4	656252.2	519959.4	136292.8	68146.4	273	32	305
Sapateira	1	10187.9	10187.9	0.0	0.0	0	0	0
Sarzedas	2	300861.4	178849.0	122012.4	61006.2	244	0	244

Anexo XIX

Características dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho de Castelo Branco e respetivas folgas em número de fogos (continuação)

AGLOMERADOS	PERÍMETRO NO PDMCB				FOLGA			
	Nº POLIGNOS	Area m ²	AREA OCUPADA m ²	ÁREA LIVRE m ²	AREA DE CONSTRUÇÃO m ²	Nº FOGOS ESTIMADO		
						NA ÁREA LIVRE	EM PP OU LOTEAMENTO URBANO	TOTAL
Sarrasqueira	2	37512.0	37512.0	0.0	0.0	0	0	0
Sesminho	1	11373.0	11373.0	0.0	0.0	0	0	0
Sesmo	2	52669.0	49312.8	3356.2	1678.1	7	0	7
Silveira dos Figos	1	18934.5	10690.0	8244.5	4122.3	16	0	16
Silveira Limões	1	35870.0	25578.0	10292.0	5146.0	21	0	21
Sobrinho da Ribeira	1	58786.0	35332.6	23453.4	11726.7	47	0	47
Sobral do Campo	1	671704.2	426889.4	244814.7	122407.4	490	0	490
Sopegal	2	55505.0	33448.1	22056.9	11028.4	44	0	44
Taberna Seca	1	157185.0	145781.9	11403.1	5701.6	23	0	23
Tapada das Figueiras Norte	1	501596.2	366459.8	135136.4	40540.9	162	58	220
Tapada das Figueiras Sul	1	199255.8	135626.6	63629.2	19088.7	76	49	125
Teixugueiras	1	39645.5	21292.5	18353.0	9176.5	37	0	37
Tinalhas	1	584182.8	443772.5	140410.3	70205.1	281	0	281
Tojeiras	1	88967.4	57536.1	31431.3	15715.6	63	0	63
Torre	1	19379.0	19379.0	0.0	0.0	0	0	0
Tripeiro	4	67480.5	52806.5	14674.0	7337.0	29	0	29
Valbom	3	36396.1	36396.1	0.0	0.0	0	0	0
Vale Bonito	1	11799.5	10120.3	1679.2	839.6	3	0	3
Vale Chiqueiro	4	54228.5	54228.5	0.0	0.0	0	0	0
Vale da Saraça	1	50607.0	29171.9	21435.1	10717.5	43	0	43
Vale da Sertã	2	37849.5	37849.5	0.0	0.0	0	0	0
Vale da Torre	3	67854.5	67854.5	0.0	0.0	0	0	0
Vale das Ramadas	1	77587.5	65246.5	12341.0	6170.5	25	0	25
Vale de Água	3	65844.5	65844.5	0.0	0.0	0	0	0
Vale de Ferradas	1	43939.0	36767.1	7171.9	3585.9	14	0	14
Vale de Maria Dona	1	25011.0	18561.7	6449.3	3224.7	13	0	13

Anexo XIX

Características dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho de Castelo Branco e respetivas folgas em número de fogos (continuação)

AGLOMERADOS	PERÍMETRO NO PDMCB				FOLGA			
	Nº POLIGNOS	Area m ²	AREA OCUPADA m ²	ÁREA LIVRE m ²	AREA DE CONSTRUÇÃO m ²	Nº FOGOS ESTIMADO		
						NA ÁREA LIVRE	EM PP OU LOTEAMENTO URBANO	TOTAL
Vale de Ponsul	1	207833.0	Área de Desenvolvimento Turístico no PDMCB					
Vale do Coelho	1	93298.5	65973.2	27325.3	13662.7	55	0	55
Vale Figueira	1	42428.0	42428.0	0.0	0.0	0	0	0
Vale Lancinha	Sem perímetro delimitado no PDMCB							
Vale Ovelhas	1	53605.5	29858.9	23746.6	11873.3	47	0	47
Vale Pereira	2	88006.0	50833.9	37172.1	18586.0	74	0	74
Versadas	1	15110.0	15110.0	0.0	0.0	0	0	0
Vidigal	1	15044.0	15044.0	0.0	0.0	0	0	0
Vilares de Baixo	2	50717.0	37491.1	13225.9	6612.9	26	0	26
Vilares de Cima	5	43111.5	43111.5	0.0	0.0	0	0	0
Violeiro	3	101394.9	63866.4	37528.5	18764.3	75	0	75

Fonte: PDMCB; CMCB